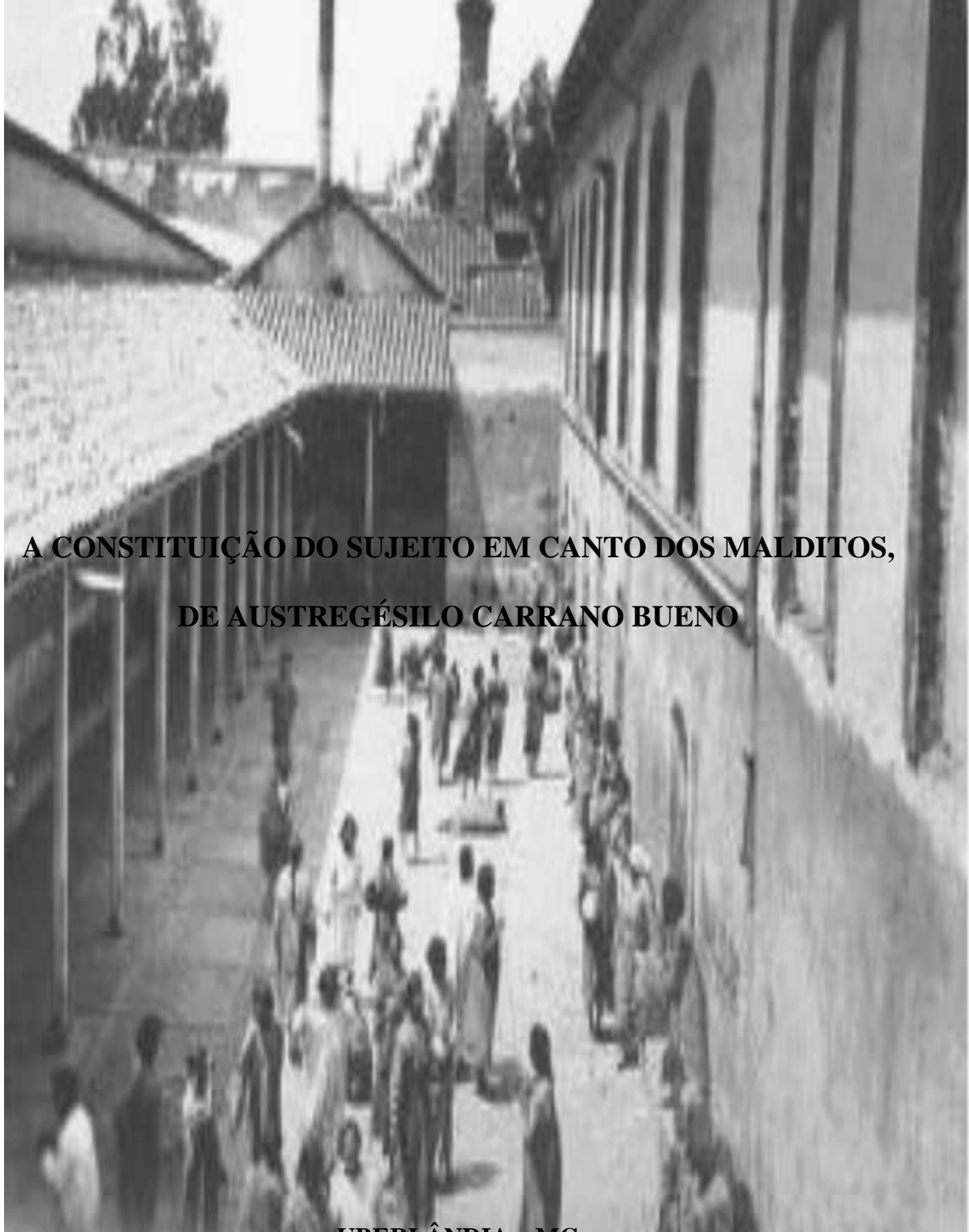




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
JAQUELINNE ALVES FERNANDES**



**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM CANTO DOS MALDITOS,  
DE AUSTREGÉSILO CARRANO BUENO**

**UBERLÂNDIA – MG**

**2010**

JAQUELINNE ALVES FERNANDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM *CANTO DOS MALDITOS*, DE  
*AUSTREGÉSILO CARRANO BUENO***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos: Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: João Bôsco Cabral dos Santos

UBERLÂNDIA – MG  
2010

JAQUELINNE ALVES FERNANDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM *CANTO DOS MALDITOS*, DE  
*AUSTREGÉSILO CARRANO BUENO***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos: Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.  
Orientador: João Bôsko Cabral dos Santos

Uberlândia, março de 2010.

JAQUELINNE ALVES FERNANDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM *CANTO DOS MALDITOS*, DE  
*AUSTREGÉSILO CARRANO BUENO***

Data da defesa: 30/04/2010.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (orientador)

---

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marisa Martins Gama-Khalil

*– Como?! Você pensa que eu teria tanta dificuldade e tanto prazer em escrever, que eu me teria obstinado nisso, cabeça baixa, se não preparasse – com as mãos um pouco febris – o labirinto onde me aventurar, deslocar meu propósito, abrir-lhe subterrâneos, enterrá-lo ao longe dele mesmo, encontrá-lhe desvios que resumem e deformam seu percurso, onde me perder e aparecer, finalmente, diante de olhos que eu não terei mais que encontrar? Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.*

(FOUCAULT, 2004a, p. 20)

*À **mamãe**, que me dedicou um amor incondicional, que depositou em mim sua confiança, sempre com doçura e firmeza, apontando-me os caminhos e ensinando-me a nunca desistir (a quem dedico meu eterno amor e saudade). Que deitada em sua cama, já bastante adoentada, escutou a leitura de um artigo que publiquei em um livro dizendo: “que lindo, minha filha, você vai longe”! Que com sua voz suave afirmava: “você vai conseguir, não vou te deixar desistir”! Que oferecia, de bom grado, seu colo, seu amor, seus carinhos. Mamãe, é por você que sigo em frente, é por ter aprendido contigo a ser forte e a lutar. É por ter tido você como exemplo que a vida vale a pena. Obrigada por não permitir que eu desistisse, por ter caminhado comigo lado a lado e, especialmente, obrigado por ter me amado e me ensinado a amar! Mamãe, nós conseguimos!*

*Ao **papai**, que se emocionava com minhas conquistas, observando-me calado, dizendo “deixa a menina (falando de mim), porque ela sabe por onde andar” (pai, eu também já quis ir embora, por muitas e muitas vezes!). Que com sua linguagem simples perguntava-me: como estão os estudos? Mostrando preocupação com coisas que me interessavam, mesmo quando estavam distantes de seu universo. Ai papai, que saudades de nossos fins de semana, daquela guariroba que comprava especialmente para mim. E dos momentos que compartilhávamos fazendo deliciosas pamonhas. Momentos em que todos estavam com preguiça, por conta do trabalho e você dizia: “vamos fazer sim, porque a menina (referindo-se a mim) gosta”. Obrigada pelo amor, pelo olhar silencioso, mas sempre atento... Pai, essa conquista é sua também!*

## AGRADECIMENTOS

*“Eu juro que é melhor  
Não ser o normal  
Se eu posso pensar que Deus sou eu*

*Sim sou muito louco, não vou me curar”  
(Araldo Baptista / Rita Lee, In: Mutantes)*

Agradeço, agradeço e agradeço:

Ao PAPAI e à MAMÃE, que mesmo não estando presentes fisicamente, me fizeram forte, pois neles sempre pude confiar: eles me ensinaram a ouvir, mesmo no silêncio, me indicaram os caminhos que agora percorro, carregando em meu peito a chama do amor que me dedicaram (*“Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento, a tempo/ Eu acordei com medo e procurei no escuro/ Alguém com seu carinho e lembrei de um tempo/ Porque o passado me traz uma lembrança/ Do tempo que eu era criança/ E o medo era motivo de choro/ Desculpa pra um abraço ou um consolo”*)

Ao querido professor Dr. João Bôsko Cabral dos Santos por aceitar me orientar, pelo carinho, pela amizade e pela confiança depositadas (João, *“nós sabemos por que somos!”*);

À minha sereia IARA, por todo amor que nos une, por carregar em seu pequeno corpinho tamanha luz e sabedoria (*“eu não existo longe de você – Marisa monte*);

À DINDINHA (Julimar) – a melhor irmã que alguém poderia ter –, por nutrir por mim um amor quase incondicional, por não me abandonar, por me apoiar e por ter a paciência

necessária para ler e reler meu texto, sugerindo-me caminhos a trilhar (*Te amuu!*);

Ao meu irmão CLEU (professor Dr. Cleudemar Alves Fernandes), por todos os laços (sentimentais, acadêmicos...) que nos une, por ter me “*ensinado a pescar*” em nossas inúmeras tardes de discussão teórica, tanto no grupo de estudos quanto na sala de aula (“*haverá paradeiro para nosso desejo dentro ou fora de nós?*” – Arnaldo Antunes)

Ao professor Dr. Antônio Fernandes Júnior (queridíssimo Tony), pela sensibilidade que teve ao ler meu trabalho, por todas as indicações e por tudo o que já vivenciamos juntos (Adoro você!);

A minha sobrinha Laiane, que muito contribuiu em minhas pesquisas acerca dos manicômios (Você vai longe!);

Ao PAULO, por nossas calorosas e produtivas discussões teóricas, por apontar-me caminhos para minhas análises.

À professora Dra. Marisa Gama Kalil, pela leitura e apontamentos (Obrigada, querida!!!!);

Aos colegas que, no primeiro ano do mestrado, muito contribuíram para minha pesquisa, por nossas longas tardes de leitura e estudo regadas a muita coca-cola e risadas (Obrigada a todos!);

À professora Dra. Fernanda Mussalim; pelo incentivo para entrar no mestrado e pelo apoio no início de minhas pesquisas.





## RESUMO

Nesse estudo nos propusemos a analisar a constituição discursiva e identitária de Austregésilo Carrano Bueno, por meio de práticas de subjetivação e da tomada de uma pluralidade de posições-sujeito – dentre elas, a de sujeito de razão e a posição-sujeito de desrazão – das quais nos ocupamos para desenvolver a pesquisa em questão. Para tal, nos apoiamos na Análise do Discurso de linha Francesa, pautados numa perspectiva foucaultiana, observando os processos de subjetivação e objetivação que levam um adolescente comum a ser enquadrado na posição-sujeito “louco” e a constituir-se por ela. Desse modo, tratamos da constituição histórico-discursiva do objeto loucura e de sua emergência no *corpus* de análise a partir de superfícies de emergência e de grades de especificação. Abordamos, também, os procedimentos de controle do discurso que levam um sujeito a inserir-se na posição de louco. Para tanto, tratamos o manicômio como um espaço heterotópico no qual discursividades são instauradas. Abordamos em nossas análises, também, os procedimentos de controle do discurso (disciplinarização, rejeição, separação etc.) que determinam se um sujeito está ou não autorizado a falar de determinado lugar. Precisamos destacar, ainda, que, em nosso trabalho, não levamos em consideração a classificação que se costuma fazer das três fases da obra de Foucault, pois a nós interessava observar, por meio de sua proposta teórica e de seus métodos de análise a constituição e a emergência da loucura enquanto objeto de discursos, que se dá em uma relação entre história e memória.

**Palavras-chave:** Loucura, procedimentos de controle do discurso, práticas de subjetivação, tomada de posição-sujeito.

## ABSTRACT

In the present study we proposed to analyze identity and discursive constitution of Austregésilo Carrano Bueno through practices of subjectification and a plurality of subject-positions assumed by him – among them, subject of reason and the subject-position of unreason – of which we are concerned to develop the present research. To this end, we rely on Discourse Analysis of the French tradition based on Foucaultian perspective, observing the processes of subjectivity and objectivity that let an average teenager to be framed in the subject-position "crazy" and be up for it. Thus, we treat the historical and discursive constitution of the object “madness” and its emergence in the *corpus* selected for analysis from surfaces of emergence and grids of specification. We also approach the procedures to control discourse that lead an individual to fall into the position of crazy. Therefore, we treat the insane asylum as a heterotopic space in which discourses are established. We discuss in our analysis, too, the procedures for control of speech (disciplining, rejection, separation, etc.) determining whether a subject is or is not authorized to speak to a particular place. We must note also that, in our work, do not take into account the classification that typically is done for the three Foucault’s phases, because the interest we see, through his theoretical proposal and its methods of analysis was the constitution and the emergence of madness as an object of discourse, which takes place in a relationship between history and memory.

Keywords: Madness, procedures to control the discourse, practices of subjectivity, making subject-position.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – LOUCURA: OBJETO HISTÓRICO QUE EMERGE POR MEIO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS.....	41
1.1. HÁ NORMALIDADE?.....	42
1.2. BREVE HISTÓRICO DAS MOVÊNCIAS E DESLOCAMENTOS DOS DISCURSOS SOBRE A LOUCURA AO LONGO DOS SÉCULOS .....	46
1.3. FORMAÇÃO DISCURSIVA DOS OBJETOS .....	51
1.4. EMERGÊNCIA DISCURSIVA DO SUJEITO-LOUCO E DO OBJETO LOUCURA NO CANTO DOS MALDITOS.....	55
CAPÍTULO II – PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO: TOMADA DE UMA POSIÇÃO-SUJEITO .....	63
2.1. PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA .....	64
2.1.1. O SUJEITO E O PODER.....	64
2.1.2. INSERÇÃO NA POSIÇÃO-SUJEITO-LOUCO .....	70
(F6): .....	73
2.1.3. O CORPO E O GOVERNO DE SI.....	77
2.1.4. O CORPO FALA .....	81
2.1.5. CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA .....	85
2.1.6. LOUCO: QUE IDENTIDADE É ESSA?.....	87
2.2. RELATO AUTOBIOGRÁFICO E FUNÇÃO- AUTOR.....	91
2.3. A ESCRITA DE SI.....	94
2.3.1. AUSTRY CONSTITUINDO-SE COMO SUJEITO POR MEIO DA ESCRITA DE SI.....	97

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO E	
ESPAÇOS HETEROTÓPICOS .....	105
3.1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO:	
INTERDIÇÃO/SEPARAÇÃO/REJEIÇÃO DO DISCURSO DO LOUCO.....	106
3.1.1. LOUCO: LIXO HUMANO? .....	109
3.2. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO: O PODER	
DISCIPLINAR .....	114
3.2.1. CORPOS DISCIPLINARIZADOS, CORPOS DOCILIZADOS.....	120
3.3. ESPAÇOS DISCURSIVOS: HETEROTOPIAS .....	123
3.3.1. MANICÔMIO: ESPAÇO INSTITUCIONAL QUE INSTAURA	
DISCURSIVIDADES .....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM EFEITO DE FIM... ..	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	141

## INTRODUÇÃO

*Fui internado ontem  
Na cabine 103  
Do hospício  
Do engenho de dentro  
Só comigo tinham dez  
Estou doente do peito  
Estou doente do coração  
Minha cama já virou leito  
Disseram que eu perdi a razão  
Estou maluco da idéia  
Guiando carro na contra mão  
Saí do palco, fui pra platéia  
Saí do quarto, fui pro porão  
(Sérgio Sampaio, In: Que loucura)*

O estudo que ora propomos está pautado na Análise do Discurso de linha francesa, a partir de uma perspectiva teórica de Michel Foucault. Tomamos como *corpus* de estudo o livro “*Canto dos malditos*”, de Austregésilo Carrano Bueno. Este livro deu origem ao filme *Bicho de Sete Cabeças*, que foi rodado entre fevereiro e abril de 2000, na cidade de São Paulo, sendo apresentado em inúmeros festivais e recebendo prêmios importantes. O “*Canto dos malditos*” é um relato autobiográfico, por meio do qual Austregésilo Carrano Bueno (1957-2008) constitui-se como sujeito, contando suas passagens pelos hospícios de Curitiba e Rio de Janeiro. A obra que escolhemos para *corpus* de estudo é classificada como autobiográfica<sup>1</sup>, por isso, permite-nos tomá-la como uma *escrita de si*<sup>2</sup>, conforme propõe Foucault (1983), uma vez que acreditamos que por meio da escrita de si Austry constitui-se como sujeito discursivo, assumindo diferentes posições-sujeito.

Em 1974, com dezessete anos, Austry era tido como um jovem rebelde, usuário de maconha, embora não se considerasse um viciado. A rebeldia vivenciada por esse sujeito, no momento da adolescência, era expressa no “corpo” enquanto resistência ao contexto histórico-social imediato no qual se encontrava inserido – momento da ditadura militar, que impunha uma cultura da ordem, que deveria ser expressa tanto pelos discursos como pelo “corpo” –, uma vez que, conforme Foucault (1986a),

---

<sup>1</sup> Trataremos desse conceito e demonstraremos como nos deslocamos dele no Capítulo II de nosso estudo.

<sup>2</sup> Esse conceito será desenvolvido no Capítulo II de nossa dissertação.

sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que nele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também se atam e de repente se exprimem, mas nele também se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do EU (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. (Foucault, 1986a, p. 22)

Em sua busca por emoções e por liberdade, cometia ‘transgressões’ contra as normas estabelecidas pela sociedade, como pichar muros, usar brincos e cabelos compridos, sendo sempre incompreendido pela família e, principalmente, pelo pai. Austry era um estudante secundarista (fazia o terceiro ano científico), um sujeito que, durante a infância, sempre foi muito reprimido pelos pais, principalmente pela mãe, conforme ele mesmo afirma:

Até os doze ou treze anos fui muito vigiado, não tinha a liberdade de ser moleque. Isso me criou sérios problemas de relacionamento, prejudicando meus estudos no ginásio. Eu era muito medroso, tinha medo de brigar. Os outros moleques se aproveitavam desse medo. Eu apanhava de minha mãe o suficiente, em casa. Ela se concentrava muito em sua profissão de costureira e não permitia que eu a perturbasse.

Mas as encheções de saco dos outros moleques chegaram ao limite. Um belo dia, abri a cabeça de um deles com uma pedra. Quase fui expulso do ginásio. Depois da conversa com o diretor, e algumas explicações, minha mãe começou a me soltar mais e mais. A liberdade da rua é apaixonante. De repente, o mundo se apresentava a minha frente. Cresci um adolescente revoltado, como a maioria dos adolescentes da classe pobre. Vendo tudo, querendo tudo e não tendo nada. Meus velhos assumiram uma atitude de passividade. Não ousavam a prender-me em casa. Sabiam que eu iria agredi-los. Não fisicamente, mas verbalmente. Não tinham mais nenhum domínio sobre mim. (CARRANO, 2004. p. 20)

Nesse fragmento, podemos observar a construção subjetiva do sujeito que nos propomos a analisar. Emergem, desses enunciados três posições-sujeito bastante distintas, que levam Austry a constituir-se como um adolescente rebelde, amante da liberdade, visto por todos como indisciplinado e revoltado. Assim, observamos como PS1 (posição sujeito um), o menino Austregésilo, que era visto pelos pais e professores como um garoto disciplinado, pois era um bom aluno, obediente, não revidava às agressões, contudo, ele se considerava um sujeito reprimido, medroso, que era massacrado pela vontade dos adultos e pela ‘chacota’ dos outros garotos da escola. Na PS2 (posição sujeito dois), encontramos um garoto que aprende a revidar, que adquire, a partir desse momento, o direito à liberdade. Essa posição aponta para a PS3 (posição sujeito três), da qual emerge um adolescente que não abria mão da liberdade, que

saboreava a vida com intensidade, transgredido normas, rompendo com padrões, sendo, por isso, mal visto por toda a sociedade. No entanto, buscava um “lugar ao sol” e acreditava que a única maneira de ter uma ascensão social era por meio dos estudos, que levava muito a sério, tirando boas notas, preparando-se para ser um futuro jornalista.

Austry passava a maior parte do tempo no Foto (lugar em que a turma de jovens “especiais” – conforme Carrano, *op. cit.*, p.11 – se reunia). Nesse local o grupo se sentia “em casa”. Tinham liberdade para fumar seus baseados, usar Artane, levar garotas, dentre outras coisas. Apesar do uso de drogas, eram dedicados aos estudos, pois acreditavam que era a única maneira para conseguir uma ascensão social, tirando boas notas e participando das aulas. Esses jovens diferenciavam-se da grande maioria dos outros por exercerem resistência aos padrões e normas estabelecidos pela sociedade. Era década de 1970, o país vivenciava a censura e os horrores impostos pela Ditadura Militar, contudo esse grupo de jovens sonhava com a liberdade de expressão e com a ascensão social por meio do trabalho e do estudo. Vestiam-se e comportavam-se de maneira que não era aceita pela sociedade, tornando-se, assim, um grupo de jovens “especial”. Austry gostava muito da aula de artes e tinha o sonho de se tornar um jornalista (“atingir meu objetivo: fazer comunicação. Vou ser um dos melhores jornalistas que esse país já teve, sonhava”. – Carrano, *op. cit.*, p. 37). Com relação ao uso de drogas, Austry afirma que: “não éramos um grupo de drogas pesadas. Um ou outro às vezes experimentava o pico. Mas no geral ficávamos mesmo com as bolas, os xaropes e o fininho” (Carrano, *op. cit.*, p.13).

Esse grupo de adolescentes tinha como objetivo curtir a vida, o momento, o presente. Estavam sempre juntos. Às vezes, arrumavam uma desculpa qualquer para os pais e viajavam, de carona, pois não tinham dinheiro, durante o fim de semana. Acampavam na praia e se divertiam o quanto podiam.

Durante as férias de julho desse mesmo ano, Austry foi convidado, por um de seus amigos para viajar para o Rio de Janeiro e se hospedar na casa de sua tia. Ao chegarem ao Rio, Austry depara com uma casa em meio à favela, na qual a tia de seu amigo morava com o marido (que não fazia a menor questão de ser simpático) e seis filhos. O amigo de Austry já tinha conhecimento acerca de tudo isso, portanto já havia planejado o que faria para aproveitar ao máximo aquele período. Explicou para Austry que a situação na casa da tia não estava boa, então teriam que “batalhar”. Sem ter conhecimento sobre o que seria essa batalha, Austry acompanhou o amigo até



Copacabana, mais especificamente a uma Galeria que ficava na Avenida Atlântica, no Posto 6.

Entramos na galeria. Não era muito bonita, preferia o visual lá de fora. Chegamos num barzinho do outro lado da galeria. Meu amigo logo achou quatro conhecidos sentados numa das mesas e apresentou-me. Eram bichas.

- Esse é um amigo. Veio comigo lá do Sul.
- Gauchinho, tchê! - exclamou uma, bem empolgadinha.
- Paranaense - respondi seco.
- Humm... machão, seu amigo - disse a bicha, me provocando.
- É um cara legal - respondeu meu amigo.
- Não parece! - comentou a bicha, virando a cabecinha.
- Aí, tô chegando - falei pro meu amigo.
- Calma, gauchinho, pra que pressa? - atirou a fresca.

Virei as costas e entrei na galeria. Meu amigo veio atrás, cheio de moral, pegou-me no braço e falou irado.

- Péra aí, cara, você disse que queria batalhar?
- Batalhar... é isso, comer bicha? Tá por fora, meu chapa! Nunca comi bicha e não vai ser agora...
- Cara, deixa de onda! E só dar uns finções nesses putos, pinta rapidinho uma grana. Um apê pra ficar, deixe de ser otário!
- Otário é a porra. Você falou em Curitiba que a gente ia ficar na casa de sua tia. Não me falou que a gente ia comer bicha. Se eu soubesse não teria vindo. Qual é, cara?
- Tá legal. A grana dá só pra ir buscar as mochilas. Chegando aqui a gente se separa. Cada um na sua, falou?
- Tá limpo. (CARRANO, *op. cit.*, p. 21- 22)

Os amigos se separaram, Austrý ficou sozinho e sem dinheiro em meio a uma grande e desconhecida cidade. Ficou rondando pelo calçadão, “o sono já pedia a sua hora e o corpo estava pra lá de cansado. Olhando aquele areião de praia, na minha frente... ouvindo o barulho do mar” (CARRANO, *op. cit.*, p.13). Como não tinha lugar para ficar, resolveu dormir na praia, pensando que no outro dia venderia algumas de suas roupas e voltaria para casa. Quando o dia amanheceu, Austrý percebeu que era apenas um, entre tantos outros, que estava dormindo ali. Um dos rapazes que dormia perto dele, o Rodolfo, chamou-lhe a atenção. Conversaram e tornaram-se amigos e, aos poucos, Rodolfo foi ensinando a Austrý como “batalhar” – “armando um sete um” (CARRANO, *op. cit.*, p.26) –, sem se prostituir, para conseguir dinheiro, alimento, dentre outras coisas. Austrý aprendeu a ganhar dinheiro e se esqueceu da idéia de ir embora. Em uma de suas andanças pelo calçadão conheceu Verinha, de quem se tornou “namorado”. Dias após o conhecer Verinha, encontrou-se com uma bela garota de Curitiba (Taninha), que já era sua conhecida, vivendo numa situação semelhante a sua, ou seja, de mendicância. Acabaram formando um triângulo amoroso, que além da cumplicidade na relação amorosa, dividiam também as responsabilidades pela sobrevivência e diversão.

Um dia, sentados em um banco perto de um bar, conheceram Luiz Carlos, um jovem de vinte anos, estudante, com grande poder aquisitivo e sustentado pelos pais. Foram convidados pelo novo conhecido a tomar alguns *chopps* e em seguida para irem a sua casa, para que ele pudesse lhes oferecer uma refeição. Luiz Carlos afirma ter inveja de Austrý e das garotas, pois nunca conseguiria viver uma situação semelhante. Luiz Carlos sente o desejo de ocupar esse lugar de liberdade, no qual estão Austrý e as garotas, mas falta-lhe coragem, pois seus pais são representantes dos valores da ordem da sociedade vigente naquele momento e ele não teria força nem coragem para lutar contra eles e viver de acordo com suas próprias vontades. Esse sentimento justifica a inveja que diz sentir de Austrý e das meninas, pois eles “estão curtindo sem saber se irão comer amanhã, onde irão dormir” (CARRANO, *op. cit.*, p. 35). Luiz Carlos afirma ainda que essa liberdade vivenciada por eles assusta a sociedade e talvez por isso é que sejam tão marginalizados, pois “estão mostrando um jeito livre de viver, que agride os princípios de uma sociedade materialista e conservadora” (CARRANO, *op. cit.*, p. 36) e que os trata como ameaças aos valores dessas pessoas.

No dia seguinte, combinaram com Luiz que voltariam para passar a noite em sua casa, mas foram presos: eram, “sem dúvida uma agressão aos olhos dos senhores de família” (CARRANO, *op. cit.*, p.42). Na delegacia, “o funcionário de meu pai [forma como se refere ao delegado]<sup>3</sup>, que estava sentado atrás de uma mesa”; [...] “eu achava um absurdo tudo aquilo, pois não era nenhum criminoso para ficar ali. Não tinham pegado a gente com nada, e eu era menor” (CARRANO, *op. cit.*, p.42). Mesmo assim, passou uma noite de grandes pesadelos, sofrimentos e resistência ao que lhe era imposto. Devido a suas palavras de resistência, conquistou o ódio de muitos: “as garotas saíram no segundo dia. Só sai depois de interrogado” (CARRANO, *op. cit.*, p.43). Após quatro dias de prisão, Austrý foi solto e resolveu voltar para casa, em Curitiba, desejando, um dia, voltar a viver (morar) no Rio.

Em Curitiba, tudo exatamente igual! Contudo, Austrý se sentia “superior, autoconfiante, uma sensação gostosa de ter realizado algo diferente. Nas minhas inseguranças de adolescente, aquela experiência foi importante” (CARRANO, *op. cit.*, p.44), graças à experiência vivida no Rio de Janeiro. A vida em Curitiba voltou ao seu curso natural: escola, “baladinhas”, a mesma turma etc. Em um fim de semana do mês de agosto daquele ano (1977) fizeram uma viagem para Camboriú. Foram e voltaram

---

<sup>3</sup> Parênteses nossos.

de ônibus. Austrý cometeu a tolice de oferecer drogas para uma garota que estava paquerando no ônibus. A garota recusou as drogas e contou o ocorrido para um senhor careca, que chamou a polícia. Quando chegaram à rodoviária de Curitiba foram recepcionados pela polícia. Na rodoviária os guardas, após vasculharem os pertences dos garotos, encontraram Artane e um envelope de Abulemim. Um dos garotos conseguiu esconder e em seguida se "livrar" da maconha que tinha. Foram entregues, então, ao pessoal da narcóticos, por conta dos comprimidos encontrados pelos guardas. Passaram uma noite na delegacia, mas como não encontraram com eles nenhuma droga ilícita, foram liberados na manhã seguinte. Saíram da delegacia jurando para si mesmos que nunca mais fumariam maconha. Ficaram com muito medo do delegado (um japonês com cara de poucos amigos e com fama de torturador). Souberam, também, a partir de uma enunciação do delegado, que a polícia estava de olho em toda a turma e também no "Foto".

Os jovens saíram dali com a certeza de que se os policiais tivessem encontrado maconha com eles teriam colocado-os no pau-de-arara<sup>4</sup>, pois era por meio da tortura<sup>5</sup> do usuário de maconha que eles chegam aos pequenos traficantes.

Austrý, assim como diversos outros garotos de sua geração, durante a adolescência, construía, por meio de seus discursos (que emergiam tanto de seus dizeres como de seu 'corpo' e comportamento), um lugar de resistência, rebelando-se contra os abusos e violências que ocorriam naquele período.

Por medo de serem pegos, deixaram de se encontrar no Foto, limitando-se a barzinhos, jogos de pimbolim, deram "um tempo" com as "baladas". Contudo, Austrý não imaginava, mas, mesmo com a mudança de comportamento de sua turma, sua tragédia particular ainda estava por vir.

Em meados de outubro daquele mesmo ano, foi convidado pelo pai para ir ao hospital, visitar um amigo que estava internado. Austrý estranhou o convite, pois nunca saíam juntos, mas achou melhor não recusar. Chegando ao hospital foram recepcionados por dois enfermeiros, que se posicionaram ao lado de Austrý e agarraram-no pelos braços. Ao interrogar sobre o que estava acontecendo, ouviu do pai: “- Calma filho, é para o seu bem!” (CARRANO, *op. cit.*, p. 51). Foi arrastado para o interior do hospital – disseram-lhe que ele faria alguns exames. Já no interior do

---

<sup>4</sup> Instrumento usado para tortura.

<sup>5</sup> Técnica usada por militares, durante a Ditadura Militar para “arrancar” a confissão dos que eram detidos.

ambulatório, um dos enfermeiros, chamado Marcelo, esclareceu para Austry o que realmente estava acontecendo. Disse que seu pai havia encontrado, no bolso de uma de suas jaquetas, um pouco de maconha e que o havia internado para tratamento, alegando que ele era um viciado. Após esses esclarecimentos e a evidente insatisfação de Austry, aplicaram-lhe uma injeção que o fez dormir o resto do dia e a noite toda.

No outro dia, ao acordar, vestido com um pijama azul de bolinhas, levantou-se e foi até a porta, de onde visualizou um grande pavilhão, com mesas compridas e muitas pessoas tomando café. Ao final do pavilhão havia um corredor com outros quartos e após o corredor mais um pavilhão, com mais mesas. Austry sentou-se no primeiro pavilhão e tomou seu café. Foi o último a terminar e logo foi encaminhado, por um enfermeiro, a um pátio, que ficava após o segundo pavilhão, atrás de uma porta que estava sempre trancada e vigiada por enfermeiros. O primeiro contato de Austry com manicômio e seus internos foi de estranheza e total desidentificação. O pátio tinha uns 20m<sup>2</sup>, cercado por um muro de mais ou menos 5m de altura. Ali,

vi outros internos, que não estavam às mesas, em frente ao meu quarto. Mais pareciam mendigos maltrapilhos. Ficavam isolados dos outros num canto próximo aos banheiros do pátio. Nesse canto havia um telhadinho, parecendo uma churrasqueira de parque. Aquele grupo estranho ali ficava. (CARRANO, *op. cit.*, p. 54-55)

Austry ficou observando o pátio pensando que a falta de entendimento entre ele e seu pai levou a uma completa ausência de diálogo e o medo de perder o controle sobre o filho levou o pai a tornar-se autoritário e inacessível. Começou então a indagar-se:

Pai, por que você fez isso comigo? [...] Eu, dentro de um lugar desses... e meus estudos? Se tivéssemos conversado, pai, eu lhe provaria que não sou um viciado... não sou, pai! Não precisava me trazer pra cá. Por que não conversamos, pai? Por que não conversamos, porra? (CARRANO, *op. cit.*, p. 57)

Enquanto estava perdido em seus pensamentos, o médico adentrou o pátio. O coração de Austry disparou. Os outros internos rodearam o médico, cada um dizendo uma coisa diferente. Austry aproximou-se, dizendo que queria falar-lhe. O médico olhou-lhe e saiu em seguida, afirmando que voltaria no outro dia. Insistindo em falar com o médico, obteve como resposta de um dos enfermeiros: é “melhor você ficar calmo, pro seu próprio bem” (CARRANO, *op. cit.*, p. 57).

Gastou um tempo imaginando uma maneira para fugir dali. Pensou que se convencesse mais dois ou três internos a ajudá-lo, conseguiriam dominar o enfermeiro que vigiava a porta e conseguiriam fugir. Olhou para os lados, buscando alguém que lhe parecesse mais normal, “pois todos que estão internados eram loucos” (CARRANO, *op. cit.*, p. 57) – nesse ínterim, podemos perceber que estar no sanatório significava ocupar a identidade do louco, portanto, esse espaço físico, assim como todos os outros, cria identidades. Avistou Rogério, lendo um gibi e se aproximou. Rogério estava ali há cinco meses e já era reincidente no hospício, viciado em pico<sup>6</sup>. Austrý falou-lhe sobre a fuga, mas Rogério dissuadiu-lhe da ideia, mostrando-lhe que tal ato era impossível. Aos poucos, Rogério foi informando-lhe sobre os procedimentos e estratégias utilizados pelos médicos e enfermeiros no interior do manicômio. Comentou sobre o excesso de comprimidos – “aqui a sedação é feita em massa. Tomamos mais de vinte comprimidos diários.” – (CARRANO, *op. cit.*, p. 59), sobre o comportamento do médico<sup>7</sup> responsável pelo tratamento dos internos e aconselhou Austrý a se livrar dos medimentos para que não ficasse totalmente sedado. Rogério cria modos de resistência, por meio de práticas discursivas que fazem com que todos acreditem que ele está completamente docilizado, disciplinado, contudo, burla, de maneira velada, as normas que lhe são impostas, escondendo o medicamento debaixo da língua e depois se livrando dele, conseguindo drogas ilícitas com amigos que vinham visitá-lo e usando-as em seu quarto, dentre outras coisas.

A conversa continuou por muito tempo. Comentaram acerca da ignorância do pai de Austrý, que, na tentativa de livrá-lo do uso de drogas, acabou por levá-lo, contraditoriamente, para “o lugar mais errado do mundo, pois aqui dentro nós somos drogados diariamente” (CARRANO, *op. cit.*, p. 59). Falaram muito sobre o consumo de drogas, salientando a falta de conhecimento da população sobre o assunto. Falaram também sobre a necessidade de conscientizar os jovens sobre o real perigo das drogas, a partir de depoimentos de verdadeiros usuários, que retratassem os problemas de saúde e emocionais causados pelas drogas, dentre outras coisas. A conversa foi se estendendo e a medida em que avançava, o cansaço e angústia de Rogério iam se evidenciando (“Eu já

---

<sup>6</sup> Usuário de cocaína administrada por via intravenosa.

<sup>7</sup>

- Esse médico é um verdadeiro psicopata. Chama-se Dr. Almor Guimont, catedrático em Psiquiatria, professor em universidades, um dos diretores desse “laboratório” chamado Sanatório Bom Recanto. Tem setenta e dois anos e se você cair na mão dele, xará, ele com certeza irá te queimar todos os chifres.... É o maior sádico que tive o desprazer de conhecer. (CARRANO, *op. cit.*, p.59)

estou cansado disso, qualquer dia acabo com esse martírio, de entrar e sair desses hospícios. Tomo uma *over* e fim. Aqui dentro só judiam, graças à ignorância. É melhor uma *over* e ponto final. - CARRANO, *op. cit.*, p. 63). Enquanto conversavam, entrou no pátio um enfermeiro, distribuindo medicamentos e para a surpresa de Austry, que ainda não tinha sido examinado, ele também seria medicado.

Austry não foi examinado, todo o seu receituário foi feito a partir de sua ficha médica, que foi preenchida por seu pai. Por mais que tentasse argumentar e fazer com que algum médico o examinasse, era sempre tudo inútil. Estava sendo submetido ao “tratamento” para viciados, com todos os “medicamentos” necessários. Tinha verdadeiro pavor ao eletrochoque e pedia, incessantemente, para Marcelo, enfermeiro com quem conseguia estabelecer um certo diálogo, para ajudá-lo a livrar-se daquilo, pois sabia, por meio de Rogério, que o aplicavam em viciados. Marcelo nada podia fazer. E os dias transcorriam lentamente. Sentia dó de si mesmo e, com o tempo, a revolta começou a vir a tona, “quanto mais conversava, mais aquele lugar parecia desprezível” (CARRANO, *op. cit.*, p. 70). Não via a hora de sair dali e acreditava que durante a primeira visita familiar, ao relatar como era o manicômio e o tratamento, seria levado para casa. Contudo, a instituição tinha suas estratégias: antes da primeira visita, fazia uma entrevista com os familiares, ‘para alertá-los sobre as alucinações que os internos poderiam apresentar nesse início de tratamento’, e, durante os primeiros quinze dias de internação, em que o paciente não poderia receber visitas, era obrigado a tomar remédios para abrir o apetite, ficando gordinho e apresentando aos familiares um aspecto muito saudável. Diante de tais provas, nada do que o interno dissesse, faria com que os familiares o retirassem de lá.

Rogério, por ser reincidente, sabia muito sobre o funcionamento do manicômio e alertava Austry acerca de tudo o que poderia e estaria por acontecer, contudo Austry resolveu isolá-lo por um tempo, pois seus dizeres soavam-lhe como maus presságios; Austry não acreditava em sua veracidade. No entanto, os dizeres de Rogério iam se comprovando, a medida em que Austry observava os acontecimentos ao seu redor. O Hospício tornava-se cada vez mais insuportável e a única esperança de Austry era a de conseguir convencer seus familiares, durante a primeira visita que lhe fariam no 15º dia de internamento, sobre a realidade daquele terrível lugar.

Seria possível convencer aos familiares? Alguém daria crédito a um “viciado”? Quem é o detentor da verdade em se tratando das drogas, um adolescente rebelde ou o

médico, que era um professor universitário bastante conceituado? Teria Austrý chance de se livrar daquela intuição? O que é a verdade no interior de um manicômio?

E os dias estavam passando.... Rogério continuava ensinando a Austrý como sobreviver naquele inferno, ensinando-o inclusive a se livrar do excesso de medicamentos. Contudo, a realidade, quando não nos agrada, machuca, faz doer, provoca reflexões complicadas e Austrý não queria saber disso, assim continuava tomando os medicamentos, por achar que, sendo obediente, a família o tiraria daquele horrendo lugar.

Quinta-feira, dia de visitas. Naquele dia o manicômio ficava mais alegre, todos os que as receberiam tomavam banho, se arrumavam, com a ajuda dos enfermeiros, para receberem bem os familiares e para que esses mantivessem a ilusão de que seus entes estavam sendo bem cuidados. No dia de visitas a comida era caprichada e todos os internos tinham esperança de que a família os levasse de volta para casa. Austrý quis saber se sua família viria, mas disseram-lhe que ele só poderia receber visitas depois de quinze dias de internação. Perguntou a Rogério se as visitas entravam no pavilhão onde ficavam e Rogério explicou-lhe que ali dentro era expressamente proibida a entrada de familiares ou qualquer outra visita. Os dirigentes do hospício não deixariam que os familiares vissem a degradação humana em que os internos viviam. Era tudo organizado de maneira que a família sempre acharia que os entes queridos estavam sendo bem cuidados, recebendo o melhor tratamento possível.

As visitas eram recebidas em um pátio sem muros, todo arborizado, com bancos limpos e bem pintados, flores e pássaros. No dia de visitas tudo era organizado, para que acreditassem que estavam fazendo o melhor por seu ente, deixando-o internado ali. O pátio onde as visitas eram recebidas era limpo, bem cuidado e agradável. “O interior do pavilhão era proibido à visita de estranhos, poderiam prejudicar o andamento do valioso tratamento!” (CARRANO, *op. cit.*, p. 80)

Austrý sabia que, com o cenário que criavam para as visitas, seus dizeres não teriam a menor chance de credibilidade. Rogério estava ansioso, pediria para sua família que o retirasse dali ou, que pelo menos, o mudasse de ala. O horário de visitas terminava às dezessete horas. Os internos regressavam para o interior do manicômio carregados de frutas, doces, cigarros e angústias, pois a esperança de que os familiares os levasse embora terminava junto com o fim da visita.

No dia seguinte às visitas, Austrý foi acordado por um enfermeiro que o levou até outro quarto, alegando que o médico iria falar com ele. O enfermeiro retirou-se deixando-o trancado. Austrý ficou amedrontado (“era um pavor incontrolável” –

CARRANO, *op. cit.*, p. 85), pressentindo o que estava por vir. Ouviu o barulho dos outros internos, que regressavam do café, chamou um deles e perguntou, por uma fresta da porta, se sabia por que o tinham prendido ali. O interno respondeu-lhe que ele iria tomar um eletrochoque. Ficou ainda mais apavorado, atormentado por um verdadeiro turbilhão de pensamentos. Pela pequena abertura da porta viu outro interno passando e o chamou. O paciente informou-lhe que o local onde estava trancado era a sala de eletrochoques e que o “tratamento” era aplicado às dez horas, que era hora da chegada do médico.

Após as terríveis horas de espera, ouviu os gritos apavorados de Rogério, que estava no quarto ao lado, onde o médico tinha acabado de chegar para iniciar o ‘tratamento’. Austrý ouviu vários gritos, seguidos de um longo gemido e depois um silêncio assustador. Cada vez mais apavorado, Austrý ouviu o barulho de rodinhas e em seguida viu a porta de seu quarto se abrir. Estava paralisado de medo. Não conseguia reagir. Foi deitado, pelo enfermeiro Marcelo, na cama de barriga pra cima e cabeça em direção a porta, onde estava o Dr. Alaor. Marcelo o segurou na cama, colocando uma de suas pernas sobre o tórax de Austrý. Colocaram em sua boca um pequeno tubo preto oco, de borracha e pediram-lhe para que mordesse com força. Passaram um produto gorduroso em suas têmporas. Austrý já não conseguia mais raciocinar, pois estava paralisado pelo medo. Viu o médico se aproximar e, examinar-lhe as têmporas. Depois disso, apenas escutou o próprio gemido e perdeu os sentidos.

Ao acordar, Austrý estava todo babado e sentia horríveis dores de cabeça e por todo o corpo, seus pensamentos estavam embaralhados, a respiração cansada, muito confuso, não conseguia controlar suas ideias e nem tão pouco se levantar daquela cama. Foi ajudado por um dos enfermeiros e levado à sala para tomar café. Não conseguia engolir, doía o estômago, também não conseguia morder, doíam-lhe os dentes. Conseguiu comer muito pouco, vomitando logo em seguida. Foi levado ao pátio e procurou um canto onde pudesse ficar quieto. Deitou-se no chão e chorou, pois o que fizeram com ele foi uma verdadeira violência. Não conseguiu comer durante todo aquele dia e toda vez que insistia em fazê-lo vomitava. Como as dores não passavam, o seu corpo foi se acostumando com elas. No outro dia já estava bem melhor ficou por bastante tempo no pátio, conversando com Rogério e Marcelo, que era um enfermeiro que tratava a todos com bastante carinho, e de quem Austrý aprendera a gostar. Durante essa conversa souberam que Rogério, mesmo dentro do manicômio continuava



tomando pico, pois amigos levavam-lhe cocaína e quando não a tinha, destilava comprimidos e se aplicava.

O tempo continuava passando lento... No domingo à noite, ao se deitar, Austrý se lembrou que na segunda-feira era dia de eletrochoques e ficou completamente perturbado. Não conseguia dormir. Andava pelo quarto escuro, fumava, desejava que não amanhecesse o dia. A manhã chegou e com ela uma nova sessão de choques. Austrý estava desesperado e a espera que antecedia a sessão era uma verdadeira tortura. Desesperado começou a rezar – pois quando a razão não é suficiente para resolver grandes problemas, apela-se para a educação religiosa (fé) – e de repente começou a lambar o chão, prometendo a Nossa Senhora que se não recebesse choque naquele dia, lambaria todo o assoalho daquele quarto.

Com a língua empoeirada, engolia toda aquela sujeira. E meu pavor aumentava. Os minutos eram infundáveis. Preso naquele quarto. Esperando o choque. Rezava e lambia o chão. Rezava, lambia e engolia a sujeira do chão. Desesperado, queria algo cortante... cortaria os meus pulsos! Faria, no desespero em que estava, qualquer coisa para não tomar choque.

Sentia-me um animal ferido e acuado, preso naquele quarto. Um garoto de dezessete anos, espinha na cara, barba nem pronunciada. Preso, esperando o choque! Um lugar que jamais sonhara conhecer. Preso! esperando o choque. Passando por pesadelos que fariam qualquer machão adulto ficar temeroso. Preso. Esperando o choque. Dizem que há trinta anos não usam mais eletrochoque na psiquiatria intitulada moderna. Preso. Esperando. O Choque. O que é que eu estou fazendo aqui dentro, então? Preso, esperando o eletrochoque! Esse eletrochoque é um terror, meu Deus! por que fazem isso? Preso, esperando o choque. Sua aplicação é a seco, à unha nos agarram e aplicam essa porra. Por que permitem que façam isso comigo? Preso, esperando o eletrochoque. O que eles dizem para os nossos familiares é uma coisa - queria ver meu pai aqui dentro: preso, esperando o eletrochoque. Eu não queria passar novamente por aquele pesadelo. Estava no primeiro quarto, ao lado da enfermaria. Rogério estava em algum outro quarto. Minha limpeza bucal do assoalho de nada adiantou. Vozes no corredor. Aquele barulho de rodinhas. O médico chegou! Minha penitência de nada adiantou. O coração vai pular do meu peito. Minhas pernas. No canto, quero furar a parede. Pavor, eu realmente! eu te conheço. (CARRANO, *op. cit.*, p. 102)

A penitência, ou seja, a limpeza bucal do assoalho, de nada adiantou. O médico chegou. Austrý tentou resistir, empurrou um dos enfermeiros, mas foi imobilizado por um outro, novamente escutou apenas uma parte do gemido e ficou desacordado. No outro dia, sentiu dores e indisposição, como havia acontecido da primeira vez. Assim o tempo foi passando. O eletrochoque tornou-se parte da rotina de “tratamento” de Austrý. As sessões aconteciam duas vezes por semana: uma na segunda-feira, outra na sexta-feira.

Chegou o tão esperado dia em que Austrý receberia suas primeiras visitas. Ele estava feliz e esperançoso. Tinha certeza de que a família o tiraria dali e processaria o médico pelos eletrochoques que lhe aplicara. Era domingo e o manicômio estava em festa, como sempre ocorria no dia de visitas. Todos os que receberiam visita estavam de banho tomado, roupas limpas e o almoço, como sempre acontecia nos dias de visita, estava bem caprichado. Austrý não via a hora de sair dali, afinal já tinha percebido que seus movimentos estavam bastante lentos, efeito dos remédios e choques. Estava confiante, acreditava que nunca mais colocaria os pés naquele horrendo lugar. Finalmente chegou a tão sonhada hora. Todos de sua família estavam ali e o receberam com um grande sorriso. Pai, mãe, a irmã e o irmão, que eram filhos só do seu pai. Todos mostravam-se felizes com o reencontro. Austrý observou o jardim, realmente era bonito, muito bem cuidado. Sentado em um dos bancos, foi direto ao assunto e pediu que o tirassem dali imediatamente. O pai comportou-se como se não tivesse ouvido o pedido – a voz de Austrý foi negada em nome de um discurso médico que garantia a sua melhora –, falou do quanto ele estava bonito, corado e com aspecto saudável.

Austrý tentou sensibilizar a mãe, contando-lhe que tudo o que estavam vendo ali fora era uma grande encenação. Contou-lhes sobre o excesso de medicamentos, sobre os remédios para abrir o apetite, o que fazia com que o aspecto físico do interno ficasse muito bom, enganando as famílias sobre a realidade do tratamento. Disse-lhes que tudo o que viam ali era uma grande farsa, que no interior do manicômio as coisas funcionavam de maneira bem diferente. Falou acerca dos crônicos, que andavam de um lado para o outro como zumbis, sujos de fezes, fedendo. Contou-lhes sobre a agressividade desses crônicos e sobre os mau tratos que recebiam. Falava de maneira tranquila, queria convencê-los a levá-lo embora dali.

A família não o ouvia. Por mais que insistisse, sempre davam uma resposta vaga, pedindo-lhe para ter paciência. Mas como ter paciência diante de tudo o que estava vendo e vivenciando? Alegavam que o tinham levado para lá para que se curasse do vício de fumar maconha. De nada adiantava os argumentos de Austrý, não conseguia fazer com que entendessem o que se passava no interior do sanatório e nem tão pouco que não era viciado em nenhuma droga. Continuava tentando sensibilizá-los e provar-lhes que fora um erro terem-no internado, entretanto, tudo o que dizia era em vão. Numa tentativa desesperada de convencê-los Austrý disse:

- Estão me aplicando choque! - bombardeei.
- O Dr. Alaor Guimont é um dos melhores psiquiatras do Paraná. Se não me engano, ele tem até livros publicados. Tudo que ele fizer é para o teu bem, Austrý! - disse meu irmão, com mais de dez anos de diferença da minha idade, conselheiro da família.
- Escuta aqui, Zé Luiz... Zeca! vocês parecem que já vieram preparados para as minhas reclamações. Vocês não me dão um voto de crédito. Esse doutorzinho que você diz ser tão grande e poderoso nem sequer fez um exame para ver se sou viciado ou não. Está somente me enchendo de comprimidos e me dando eletrochoque. Ele deve ter uma bola de cristal, pois nem me examinou!
- Esse médico tem mais de quarenta anos de profissão. Com o que falamos para ele de você, já sabe o tipo de tratamento que vai aplicar. Ele é muito experiente e competente. (CARRANO, *op. cit.*, p. 111)

Tentou de tudo, pediu e implorou, mas nada adiantou. A família estava convencida de que ele era um viciado e que não haveria melhor tratamento para curá-lo do que o que estava recebendo ali. O pai o chamou de mau agradecido e falou sobre a dificuldade que teve em arrumar a vaga para ele naquele hospital, onde o tratamento era, segundo o pai, exemplar.

Na manhã de segunda-feira foi levado novamente ao quarto dos eletrochoques, mas ficou tranquilo, afinal o pai prometeu que falaria com o médico. Austrý acreditava que os enfermeiros o tinham levado para lá porque o médico ainda não os tinha avisado que era para suspender os choques, mas esse mal entendido logo seria resolvido. Contudo, o pai não havia falado com o médico e, eficientemente, o “tratamento” foi aplicado mais uma vez. O dia transcorreu com o mesmo martírio de sempre, com dores, vômitos etc.

Na terça-feira Austrý estava terrivelmente irritado – o que, para a instância médica, responsável por aquela instituição psiquiátrica, é um sintoma da loucura, contudo observamos essa irritabilidade como forma de resistência às práticas que lhe eram impostas naquele lugar e contra as quais a família não tomava nenhuma atitude. Marcelo aplicou-lhe uma injeção, dizendo que era um fortificante, contudo, logo após a aplicação seu maxilar começou a repuxar, os dedos a se contorcerem, a sentir câibras por todo o corpo. A partir desses sintomas, percebeu que Marcelo havia aplicado-lhe uma Tortulina<sup>8</sup>. Estava sendo apresentado a mais uma das “maravilhas” do manicômio. Rogério, vendo o amigo passando mal com os efeitos da injeção, deu-lhe um pedaço de madeira para que ele pudesse morder e evitar que o maxilar repuxasse, pois como já

---

<sup>8</sup> Medicamento usado quando o interno estava nervoso ou agressivo. Seu efeito fazia com que todos os músculos do corpo se repuxassem. O interno sentia câibras por todo corpo, uma sensação de que seus músculos estavam sendo rasgados.

havia experimentado esse medicamento por várias vezes, sabia como resistir aos procedimentos, que sempre se repetiam ali dentro como práticas comuns a esse tipo de instituição.

Os dias foram passando e Austrý estava cada vez mais sedado e os choques também continuavam. A indiferença foi tomando conta de seu ser, já não tinha mais vontade própria. Nada ali dentro o incomodava mais. Estava efetivamente tornando-se um crônico, pois, inserido no hospício, convivendo com “loucos que defecavam e urinavam por toda parte” (CARRANO, *op. cit.*, p. 27) e com enfermeiros ‘sádicos’, ‘ameaçadores’; Austrý, um adolescente, vai sendo levado a inscrever-se na posição de louco, devido às condições a que foi submetido.

Depois de oitenta ou noventa dias ali dentro, não suportava mais a visita dos familiares, ficava ansioso para que fossem embora para que pudesse voltar para dentro do sanatório. Considerava a família um grupo de estranhos e acreditava que o hospício era o meu lugar. Aprendera a gostar dali. Os novatos já me chamavam de crônico. Pouco me importava, tinha cigarros. Os do canto não me repudiavam mais. Até já vinham pegar meus cigarros. Às vezes, aos berros, conseguia afastá-los. Mas sempre voltavam. Minha vontade não existia mais. Não sentia nada. Era como uma folha seca. Fazia tudo o que me mandavam. “Deita Austrý”! – eu deitava. “Pula, Austrý”! – eu pulava. (CARRANO, *op. cit.*, p. 117)

A decepção com a família leva a uma desidentificação, a uma alteridade que é constitutiva de sua nova identidade, a identidade de louco: “acreditava que o hospício era o meu lugar”, pois estava criando para si uma nova posição-sujeito.

Por conta do período de ‘tratamento’, Austrý havia se tornado um sujeito abobalhado, sem vontade própria, incapaz de se concentrar, com o organismo intoxicado por substâncias químicas (remédios diversos). Havia efetivamente ocupado o lugar do louco, construindo um processo de identificação com eles, uma vez que os sujeitos são recrutados e produzidos, conforme Woodward (2007), não apenas no nível do consciente, mas também no nível do inconsciente. Nesse sentido, por suas vontades por não terem sido consideradas, é levado a adequar-se a posicionamentos que não gostaria de ocupar. Austrý não assume a identidade de louco por vontade própria, ao contrário disso, pela própria falta de vontade: conforme ele mesmo relata, sua inserção e delimitação como louco se deram sem que houvesse uma interferência ou uma participação direta do que Foucault (2004d) define como instância de delimitação, pois médico algum o examinou, nem mesmo no ato da internação. Desenvolveu um verdadeiro pavor a estranhos, tinha medo que eles o machucassem, tornou-se um

sujeito fragilizado, apavorado. Percebia o que acontecia a sua volta, mas não participava de nada. Diante da situação em que Austrý se encontrava a família exigiu a sua alta e o levaram para casa.

Em casa, dispensaram-lhe toda a atenção, contudo já era tarde demais, pois quando saiu da clínica, Austrý já não tinha condições de conviver no meio social dito normal. Austrý havia construído um processo de identificação com os loucos e com o hospício, uma vez que, segundo Baumam, “identificar-se com significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar” (2005, p. 36).

A presença de pessoas o incomodava, não queria ver ninguém, sentia um imenso desejo de isolar-se. Apenas quando estava só, em seu quarto, se sentia bem; assim, os dias passavam e não havia ninguém que conseguisse tirá-lo dali. Dois meses se passaram e Austrý não se aproximava de ninguém: fazia até as refeições no quarto. A presença de qualquer pessoa o deixava transtornado (sentia medo, desconfiança e/ou vergonha). Pedia com frequência para voltar para o sanatório. Sentia-se indiferente a tudo.

Diante de tal situação, foi levado, pela família, de volta ao sanatório. Em termos discursivos diríamos que isso ocorreu porque o sujeito-adolescente já ocupava um lugar na ordem discursiva do hospício e não conseguia mais conviver com os sujeitos ‘normais’: este foi o percurso que o levou a constituir-se como louco, inserindo-se na posição-sujeito de desrazão. No sanatório Austrý sentia-se bem, acreditando estar entre iguais (estava construindo, aos poucos, sua identidade de louco). Ninguém lhe cobrava nada e nem o criticava por nada. Ele estava criando o “seu próprio mundo”, não queria mais sofrer. O ostracismo o havia dominado e ele não sentia falta de nada e nem de ninguém, nada o incomodava mais. Havia se tornado uma folha seca, nada conseguia comovê-lo. Após um tempo, o eletrochoque começou a ser reutilizado com o objetivo de trazer-lhe de “volta à realidade”.

Tinham se passado cinco meses, Austrý esteve dormindo acordado por todo esse tempo, mas aos poucos estava voltando desse “estranho espaço flutuante”. Após um período de mais três meses, somando-se ao todo oito meses de internação, com movimentos ainda lentos, em função do excesso de medicamentos, sua família resolveu tirar-lhe, mais uma vez, do sanatório.

Austrý estava diferente, não sorria e tinha dificuldades para se comunicar. Por insistência da família começou a trabalhar como vendedor de seguros. O curso de

preparação foi muito difícil, uma vez que Austrý não conseguia assimilar as informações, contudo, a psicóloga responsável pelo curso acabou aprovando-o, ao perceber suas dificuldades. Ficou trabalhando por alguns meses, mas não conseguia vender nada. Estava cada vez mais confuso, pois não sabia mais como lidar com o meio social; os efeitos dos choques e medicamentos eram evidentes.

Austrý, com o objetivo de voltar a se relacionar, foi fazer um curso de vendas, junto com outro vendedor da firma em que trabalhava, no SENAC<sup>9</sup>. Lá conheceram duas garotas (nos dizeres de Austrý, “duas gatinhas”) e uma delas, de imediato, se interessou por ele. Começaram um namorinho, mas não durou, pois Austrý acabou descobrindo que não conseguia ter ereção. Isso o deixou ainda mais deslocado, agressivo e frustrado. “Desesperado, já não sabia mais quem eu era. Uma ruptura de personalidade que realmente estava me deixando louco. Se teve época em que eu precisei de psicólogo, foi nessa fase. Um psicólogo, não um sádico psiquiatra.” (CARRANO, *op. cit.*, p. 126) (grifos nossos)

Devido ao seu comportamento e a sua confusão mental, sua família estava cogitando a possibilidade de uma nova internação, no entanto ele recusava tal possibilidade. Certo dia, um colega de trabalho o convidou para um café e, com muito jeito, foi fazendo com ele se abrisse. Austrý contou-lhe tudo e ele o aconselhou a fazer uma novena a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a procurar um centro espírita. Começou, sem muito entusiasmo, a participar das novenas, contudo a cada dia se sentia mais calmo. Sua autoconfiança voltou, sentia novamente vontade de viver, de se divertir, de ser feliz, de namorar. Passou a se dar bem no trabalho e tudo estava correndo bem. “Estava recuperado, como se fosse realmente um milagre. [...] Creio sim, que milagre existe!” (CARRANO, *op. cit.*, p. 128)

Começou a fazer um curso de teatro e era sempre elogiado por suas ótimas atuações. Resolveu tornar-se um ator profissional, mas como em seu estado as chances não aconteciam, mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi morar em um pensionato e trabalhar como vendedor de seguros, estava ganhando um bom dinheiro e vivendo bem. Uma noite, em uma discoteca, se envolveu em uma briga e foi levado para a delegacia. De lá levaram-no para o Hospital Psiquiátrico Pinel<sup>10</sup>, em Botafogo. Austrý estava

---

<sup>9</sup> SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

<sup>10</sup> “A história do Instituto Philippe Pinel começou em 13 de janeiro de 1937, quando nasceu com o nome de Instituto de Neurosifilis e fazia parte do complexo psiquiátrico da Praia Vermelha, juntamente com o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, o IPUB. Em 1965, foi batizado como Hospital Pinel,

novamente internado. Ficou paralisado, anestesiado diante da situação em que se encontrava, mas como estava muito cansado, acabou dormindo. No outro dia, após o almoço, foi chamado para falar com o psiquiatra, o que lhe causou o maior espanto. O Pinel era um hospital muito diferente do Bom Recanto, melhor estruturado, com um pátio pequeno, mas bastante arborizado. A quantidade de medicamentos usados nos internos também era menor. Contudo havia, também, muitas irregularidades, como enfermeiros de “pavio curto”, que agrediam fisicamente os internos; muitas baratas na cozinha, higiene precária para com os alimentos etc.

No décimo quinto dia de internação, seu pai foi tirá-lo do hospital e o levou de volta à Curitiba. Austrý não conseguiu trabalho, por isso ficou alguns meses ocupado apenas em se envolver em confusões, o que fez com que fosse preso por diversas vezes. A cada prisão Austrý ficava mais revoltado, com mais ódio das pessoas e do mundo. Numa dessas prisões, após apanhar muito, foi avisado pelo guarda civil responsável pela surra: “Amanhã de manhã eu volto para terminar o serviço” (CARRANO, *op. cit.*, p 130). Para evitar outra surra, Austrý se sujou todo com suas próprias fezes, evitando, com isso, que o policial lhe encostasse, protegendo-se de uma nova surra (estratégia usada contra a violência). A sujeira evitou a surra, mas Austrý foi novamente levado para um hospital psiquiátrico: Hospital Psiquiátrico São Gerônimo.

Após a volta para Curitiba, o pai de Austrý tentou interná-lo por diversas vezes, mas ora ele resistia à internação, ora conseguia fugir, não parando mais em nenhum hospital. Dessa vez, como Austrý tinha sido preso, o pai não poderia deixar escapar essa chance, aproveitou-se dessa situação para mandá-lo novamente para o manicômio. O Hospital Psiquiátrico São Gerônimo era novo e Austrý foi levado para um quarto particular. O quarto era confortável, contudo o medo do eletrochoque era sempre muito grande. Logo descobriu que esse tratamento não era usado ali. A situação naquele hospital não era muito diferente dos demais por onde passou. Dois psiquiatras para mais de oitenta pacientes, diagnosticavam o paciente e faziam o receituário com menos de cinco minutos de conversa, os pacientes passavam a maior parte do tempo sob os cuidados dos enfermeiros que, salvo raras exceções, eram extremamente despreparados.

Austrý tornou-se um mestre em livrar-se dos medicamentos, contudo quando foi descoberto, começaram a lhe aplicar injeções nas veias. O excesso de injeção intravenosa fez com que suas veias ‘secassem’.

---

homenageando o fundador da psiquiatria, Philippe Pinel. Em 1994, ganhou seu nome atual”. Retirado de: [www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel\\_institucional.htm](http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_institucional.htm)

Nitidamente vemos aqui os deslocamentos estratégicos na história dessa relação entre poder *X* resistência, que possibilitam a constituição de outras práticas, outras relações de poder e conseqüentemente, outras formas de resistência. Durante esse período de internação fez um diário (duas de suas páginas estão editadas no *corpus* de estudo) a partir do qual é possível observar, por meio de sua escrita, o estado de sedação em que Austrý se encontrava.

Uma noite, com muita dor no braço, por conta de uma injeção mal aplicada (que quase o fez perder o braço esquerdo) Austrý, trancado no quarto para dormir, começou a gritar pelos enfermeiros, a fim de pedir-lhes um analgésico. Como ninguém apareceu, começou a bater no criado-mudo, que era de latão, com um pedaço de madeira que arrancou do guarda-roupa. O barulho foi tão grande que todos os internos acordaram e logo apareceram dois enfermeiros, mas ao contrário de lhe darem o remédio, fizeram muitas ameaças para que ele parasse com o barulho. Austrý ficou muito aborrecido. Arrumou uma maneira de impedir que a porta do quarto fosse aberta e desmontou, a ponta pés, o guarda-roupa. Com um pedaço de madeira quebrou o vitrô e o banheiro. Os enfermeiros apareceram fazendo ameaças, mas não conseguiram entrar no quarto. Como não conseguiram fazê-lo abrir a porta com as ameaças, mudaram o tom da conversa e acabaram convencendo-o a abri-la.

O enfermeiro, furioso, agarrou o braço machucado de Austrý e o torceu para trás e levaram-no para a solitária<sup>11</sup>, onde ficou por quatro dias. Ao sair da solitária, foi transferido para a enfermaria, perdendo todas as regalias a que tinha direito no quarto particular. A enfermaria fedia a fezes, pois os crônicos defecavam em si mesmos e sujavam tudo por ali, deixando um cheiro insuportável. Ali naquele hospital não havia o canto dos malditos, mas sim a ala dos malditos, que era onde Austrý estava. Numa forte epidemia de piolhos e muquiranas<sup>12</sup>, Austrý foi obrigado a raspar a cabeça, perdendo seus compridos cabelos de que tanto se orgulhava.

Estava agora com dezenove anos e desde a primeira internação, já fazia dois anos e meio que estava entrando e saindo de hospícios. Já estava cansado de tudo isso. Seu aniversário seria dali a três meses e tinha esperança de sair do manicômio antes disso, mas não saiu. Completou vinte anos internado naquele hospício. Nervoso por

---

<sup>11</sup> Lugar institucional usado para corrigir problemas disciplinares. Lugar de exclusão no interior da exclusão, contudo esse espaço difere-se do canto dos malditos, por ser uma criação institucional.

<sup>12</sup> Uma espécie de piolho do corpo (*Pediculus humanus*), que é encontrado nos pelos do corpo e cola seus ovos às fibras das roupas.

Fonte: [www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=8&inford=235](http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=8&inford=235)

Pesquisado em: 09/10/09



estar ali "preso" no dia de seu aniversário, arrumou uma briga e novamente foi parar na solitária. Naquele dia estava decidido: fugiria ou morreria, mas de uma maneira ou outra sairia do sanatório, pois não suportava mais aquele lugar. Austry estava cada vez mais rebelde e os enfermeiros já não sabiam mais que castigo aplicar-lhe. Vivia sob efeito da Tortulina, mas mesmo assim arrumava briga, apanhava ou quebrava alguma coisa. Um dia pegou uma vassoura e quebrou todas as lâmpadas do corredor: foi amarrado em uma cama e os enfermeiros depilaram todo o seu corpo com esparadrapo, colando-o e puxando-o com força. Quanto mais nervoso Austry ficava, pior era o castigo. Sedavam-no ao máximo para conseguirem controlá-lo. Muitas vezes foi impedido de receber visitas por estar no lençol de força (o que conhecemos popularmente como camisa de força), na solitária, ou amarrado em alguma cama.

Austry havia conquistado o respeito da "malucada", aprontava o que queria, os outros o ajudavam e, por mais que os enfermeiros ameaçassem, ninguém o 'dedava'. Por conta de outra briga foi novamente parar na solitária. Colocaram-no ali só de cueca e o deixaram lá por muito tempo. Diziam que quando ele estava na solitária, o hospício ficava em paz. Uma senhora que cuidava da limpeza deu-lhe cigarros e uma caixa de fósforos. Pediu diversas vezes ao enfermeiro, que lhe levava as refeições, para que o tirasse dali, mas nada. Já estava na solitária há cinco dias, não estava mais aguentando. Despedaçou o colchão velho que ficava ali e colocou fogo. Quase morreu sufocado (“*Independência ou morte!*”) e esse fato fez com que a família o retirasse, definitivamente, do sanatório.

Segundo uma carta, escrita pelo pai de Austry (Israel Ferreira Bueno) anos depois da última internação de seu filho e inserida no final do livro “*Canto dos malditos*”, o que o levou a internar o filho no hospital psiquiátrico foi uma grande ignorância sobre o tratamento e também sobre as drogas, lícitas e ilícitas. O pai afirma, no decorrer de seu escrito, que aqueles anos em que manteve o filho internado foi “o período mais negro de sua vida” (CARRANO, *op. cit.*, p. 161), pois via que Austry estava sofrendo, tornando-se um verdadeiro “morto-vivo”, mas acreditava que o tratamento, por mais duro que parecesse, faria o filho “abandonar o vício de fumar maconha” (CARRANO, *op. cit.*, p. 162).

Com Austry internado, sua esposa adoeceu, tendo de fazer tratamento clínico, tomando remédios para dormir e calmantes, o que levou, mais tarde, a um sério problema cardíaco. Israel não conseguia se concentrar no trabalho, por isso começou a faltar dinheiro em casa. Todos os parentes se afastaram. Enquanto isso, via o filho

piorar: cada vez mais agressivo, mesmo completamente sedado. Ele e a esposa perderam por completo o controle emocional, ficaram totalmente desorientados. O fato de Austrý quase morrer queimado foi a gota d'água que fez com que ele fosse retirado do manicômio e levou o pai a jurar a si mesmo que nunca mais o internaria, pois se “era para ele morrer, não morreria dentro de um desses centros de tortura” (CARRANO, *op. cit.*, p. 165).

No momento da escrita da carta, o pai de Austrý confessa um grande arrependimento pelos males que fez ao filho, contudo, já era tarde demais para reparar o mal e a única coisa que lhe restou foi advertir outros pais para que não cometessem o mesmo erro.

Por que o nome “*Canto dos Malditos*”? A polissemia inscrita no texto por meio do significante ‘canto’ é algo que possui uma historicidade. Primeiro em termos da modalidade enunciativa – título de livro que evoca um espaço físico descrito na obra. Se recorrermos a uma análise de uma série enunciativa, constituída por essa modalidade (título de livro), notar-se-á que a polissemia é uma técnica bastante recorrente nesse tipo de enunciado.

Podemos pensar, então, que o nome foi dado a esse relato por haver, no interior do hospício Bom Retiro, um local onde os loucos crônicos – aqueles que, supostamente, não mais sairiam da condição de sujeito-louco – eram esquecidos. Interditados dentro da própria interdição institucional, os crônicos mantinham-se amontoados no ‘canto dos malditos’. Comportavam-se como verdadeiros “lixos humanos”, coisificados, amontoados como peças inúteis. O que recebiam não era tratamento médico, mas drogas e calmantes que serviam para impedir que ‘dessem trabalho’ aos enfermeiros ou que se matassem, brigando por pontas de cigarros. O “canto dos malditos” era o lugar do sofrimento, da dor e, sobretudo, da falta de atenção e do silêncio. A nosso ver, esse espaço físico instaura discursividades, sendo possível verificar nele a manifestação e o funcionamento dos procedimentos de controle do discurso (FOUCAULT, 2006a).

Podemos ainda relacionar o lexema ‘canto’ ao ato de cantar, de discursivizar. Cantar, desde os gregos, e talvez antes deles, é uma forma de “imortalizar” tanto o poeta quanto a matéria de seu canto, que se atingido o objetivo, torna-se um monumento para a história. Contudo, os do “canto” (espaço físico) eram proibidos de cantar, de falar. O crônico, “maldito” por ser mal falado, dito louco, não pode falar e, se fala ou canta, não é ouvido, porque é louco, não tem direito a voz. Por isso a palavra

canto pode representar também uma voz (um canto) silenciada, um lamento e um murmúrio de dor daquele que não tem o direito de se fazer ouvir.

No que se refere a Austrý, falar sobre si, em o “Canto dos malditos”, é retomar a palavra, constituir-se novamente em sujeito discursivo e denunciar, por meio de sua experiência relatada, algo terrível que só pôde acabar graças à luta de “sujeitos malucos” como este, Austregésilo Carrano.

O relato autobiográfico, objeto de nossa análise, foi escrito anos após a última internação de Austrý, com o objetivo de explicitar e denunciar a tragédia que vivenciou, tendo sido submetido a maus tratos em diversas instituições representativas do sistema psiquiátrico brasileiro. A primeira versão dessa obra foi censurada, pois continha o nome de médicos do Sanatório Bom Retiro<sup>13</sup>, de Curitiba, no qual Austrý foi internado pela primeira vez. Um desses médicos, que era também o diretor do manicômio, entrou com um processo, pedindo que o livro fosse impedido de circular e, ainda, uma indenização por danos morais. O acusador obteve êxito em primeira instância e o livro foi proibido de circular por dois anos.

Este é o *corpus* que tomaremos para análises. O objetivo fundamental nesse estudo será o de analisar como se deu a constituição discursiva e identitária do sujeito Austrý, levando em consideração a pluralidade de posições-sujeito que ocupa, de acordo com a formação discursiva em que se insere no momento de suas enunciações – por meio das práticas de subjetivação e dos procedimentos de controle do discurso. Mais especificamente, buscaremos analisar e fazer operacionalizar, no *corpus* em estudo, as práticas de subjetivação e a construção identitária que levam Austrý a assumir a identidade de louco ou de sujeito de razão de acordo com o campo de regularidades em que seu discurso é concebido, pois, conforme afirma Foucault, “o discurso é um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2004a, p. 64).

Acerca das práticas de subjetivação, teoria que tomaremos como norte para o estudo, observaremos o *corpus* a partir dos postulados propostos por Foucault (1995), em *O sujeito e o poder*. Conforme esse texto, são as práticas de subjetivação que permitem que os seres humanos se transformem em sujeitos, estabelecendo relações sobre as coisas, a ação dos outros e si mesmos. Tomaremos, ainda, como

---

<sup>13</sup>O Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro foi proposto em 1920, contudo somente em 1945 ocorreu sua inauguração, no dia 31 de março. Em 1946 é dado início ao seu funcionamento, tendo como Diretor Clínico o Dr. Alão Guimarães – médico responsável pelo tratamento de Austrý – e como Diretor Administrativo o Dr. Abibe Isfer, permanecendo ambos no cargo até o ano de 1981.

fundamentação teórica, no tocante às práticas de subjetivação, a *História da Sexualidade*, volumes I, II e III (2006b, 2007a, 2007b), dentre outras leituras que se fizerem necessárias. Abordaremos, também, *A escrita de si*, uma vez que, para Foucault (1983) a prática de escrever sobre si corrobora para a constituição do sujeito, na medida em que possibilita a constituição de si, já que escrever é “se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto pelo outro” (FOUCAULT, 1983, p. 156). Nessa perspectiva, escrever é ocupar-se de si mesmo, constituir-se como objeto do próprio discurso, no/pelo qual o sujeito desloca-se dos acontecimentos factuais, constituindo-se subjetivamente e marcando uma posição-sujeito. Esse postulado nos permitirá observar a posição-sujeito de razão, que surge no momento da escrita de seu relato.

Pensaremos, também, nas práticas de subjetivação e nas construções identitárias que levaram Austrý a desenvolver um processo de identificação com a loucura, no momento de suas internações, uma vez que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. Sendo assim, acreditamos, juntamente com Woodward (2007), que a identidade é relacional, já que depende de algo fora dela (de sua alteridade); a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere da sua, mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista.

Além da problemática das práticas de subjetivação e das constituições identitárias, propomo-nos, ainda, verificar os procedimentos de controle do dizer do louco – uma vez que esses procedimentos, que tomamos como integrantes de uma dada prática de subjetivação, também são constitutivos de uma posição-sujeito. Trataremos, pois, dos procedimentos de interdição, separação e rejeição – nos termos de Foucault (2006a) – e das técnicas de disciplinarização – segundo Foucault (1979) – do discurso do louco, tal como isso ocorre no livro *Canto dos Malditos*.

Assim, propomo-nos a descrever e analisar o *corpus* em questão à luz das teorias da Análise do Discurso de linha francesa, pautando-nos nas formulações foucaultianas acerca da formação discursiva do objeto (no caso em questão, a loucura), das práticas de subjetivação (que levam a inserção em uma dada posição-sujeito – sujeito de desrazão ou de razão) e, também, dos procedimentos de controle do discurso (interdição, separação, rejeição, vontade de verdade e poder disciplinar). Para o desenvolvimento da proposta, dividiremos o estudo em três capítulos.

No primeiro deles, nos propomos a analisar, no relato autobiográfico que tomamos como *corpus* desta pesquisa, tendo como base Foucault (1997 e 2004d), mais

especificamente, no que diz respeito a sua teorização a propósito da constituição histórico-discursiva do *objeto loucura* – a emergência desse objeto por meio de práticas discursivas, instauradas a partir das *superfícies primeiras de emergência* (a família e o grupo social próximo); das *instâncias de delimitação* (especificamente a medicina); e das suas *grades de especificação* (a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos – de Austregésilo, no caso – e os jogos de correlações neuropsicológicas). Assim, nos propomos a analisar alguns enunciados, recortados do *corpus*, com o intuito de verificar a emergência desse objeto e a construção da posição-sujeito do louco. Para tanto, buscaremos analisar e fazer operacionalizar no *corpus* em estudo o conceito foucaultiano de “formação dos objetos”, por acreditarmos, juntamente com Foucault (1995), que concomitante à prática de constituição desse objeto, ocorre uma *prática de objetivação do sujeito* que conduz os indivíduos a ocuparem uma determinada posição-sujeito e, por assim fazer, assumirem uma constituição identitária.

No segundo capítulo, verificaremos como se deu a constituição da identidade do sujeito Austrý por meio das práticas de subjetivação. Mais especificamente, buscaremos analisar e fazer operacionalizar, no *corpus* em estudo, as práticas de subjetivação e construção identitária que levam Austrý a assumir a *identidade do louco*, no momento da internação e a posição-sujeito *de razão* que emerge no momento da escrita de seu relato. Consideraremos, em nossa abordagem, que as identidades adquirem sentido por meio de práticas linguageiras e de sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Acerca das práticas de subjetivação, noção que tomaremos como norte para o estudo a que nos propomos nesse momento, examinaremos o *corpus* a partir dos postulados propostos por Foucault (1995) e em outros textos que se fizerem necessários.

No terceiro capítulo, propomo-nos verificar os procedimentos de controle do dizer do louco – uma vez que esses procedimentos, que tomamos como integrantes de uma dada prática de subjetivação, também são constitutivos de uma posição-sujeito, transformando os sujeitos em *indivíduos monstruosos* que precisam ser disciplinarizados, docilizados. Para tal, seguiremos o percurso traçado por Foucault (2006b) acerca dos procedimentos de controle do discurso, na tentativa de demonstrar que o dizer do louco é interdito, impedido de circular por práticas discursivas, separado e rejeitado nas/ pelas práticas discursivas. Observaremos, ainda, que a constituição da posição-sujeito louco e a construção histórico-discursiva do objeto loucura, a partir do poder disciplinar, busca tornar/transformar o sujeito-louco em um

*corpo dócil*. Continuando, analisaremos a separação entre o discurso da razão e o da desrazão. Para tal, trataremos dos procedimentos de interdição, separação e rejeição – nos termos de Foucault (2006a) – e das técnicas de disciplinarização – segundo Foucault (1979) – do discurso do louco, tal como isso ocorre no livro *Canto dos Malditos*. Propomo-nos, ainda, a observar, com um olhar bastante atento, os chamados loucos crônicos que, em meio à interdição manicomial, que segregava todos os internos, sofriam uma outra interdição, já que não eram expostos aos olhos dos visitantes, que poderiam se sentir agredidos com sua grotesca visão. Estavam condenados a viver, eternamente como margem da margem, como o periférico do periférico. Ficariam ali, ocupando um lugar na instituição, até a sua morte.

Partindo do princípio de que em toda sociedade a prática discursiva é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e redistribuída por procedimentos que têm como objetivo instaurar e estabelecer ‘a verdade’, dominando acontecimentos, esquivando sua materialidade, pode-se pensar a interdição, no interior da própria interdição discursiva, do sujeito que, dentre os excluídos, é excluído uma vez mais. Nesse sentido, pensamos o manicômio como o espaço de interdição, de segregação e de exclusão do sujeito-louco, contudo, no interior dessa instituição há, ainda, aquela outra segregação. Alguns são os loucos que ainda podem ser ‘curados’, ‘tratados’; que ainda recebem visitas e, assim, pelo menos no dia de visitas, são tratados com humanidade. Na outra face dessa mesma moeda estão os crônicos, aqueles que, supostamente, não mais sairão da condição de sujeito-louco, por isso são interditados dentro da própria instituição, tendo como espaço exclusivo o ‘canto dos malditos’. Desse espaço nem mesmo os outros internos se aproximavam. Consideramos, então, o ‘canto dos malditos’ (espaço físico) o espaço de exclusão no interior da exclusão, da segregação no interior da segregação.

O referencial teórico fundamentar-se-á nos estudos de Michel Foucault, mais especificamente nos livros: *A Arqueologia do Saber* (2004a); *As palavras e as coisas* (2004c); *A Verdade e as Formas Jurídicas* (2003); em textos dos *Ditos e Escritos* (1983), em especial os que tratam das *práticas de subjetivação* e também o que se refere à *Heterotopia*; *Hermenêutica do sujeito* (2004b); nos volumes 1, 2 e 3 da *História da Sexualidade* (2006b, 2007a, 2007b); *História da loucura* (1997); *Microfísica do poder* (1979), *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões* (2004d); *O sujeito e poder* (1995); *Ordem do Discurso* (2006a); dentre outros textos que julgamos relevantes à natureza desse estudo.

Temos como Objetivo Geral da pesquisa, evidenciar, no relato de Austregésilo Carrano, a constituição do sujeito discursivo Austrý na posição de sujeito-louco e, ainda, concomitantemente, analisar como se constitui, subjetivamente, também numa posição-sujeito de razão. A partir daí, temos como objetivos específicos: Mostrar, a partir de fragmentos selecionados do *corpus* de análise, quais são as práticas de subjetivação que inscrevem Austrý na posição de sujeito-louco; Delimitar as marcas discursivas representativas da interdição, separação, rejeição e disciplinarização do discurso do louco, no *corpus* em questão, as quais corroboram para a constituição de uma posição sujeito – no caso em questão, posição de louco; Evidenciar, no relato autobiográfico, como se constitui a posição-sujeito de razão, a partir da *escrita de si*.

A hipótese é de que, tomando como postulado teórico os processos de subjetivação, propostos por Foucault, há a instauração de, ao menos, duas instâncias discursivas no *corpus*, constitutivas do sujeito discursivo a que nos propomos a analisar. Acreditamos que as análises apontarão para duas posições-sujeito bastante distintas, uma vez que estamos tratando de um sujeito plural: de um lado esse sujeito se constitui e é constituído na posição de sujeito-louco (sujeito de desrazão), devido aos procedimentos de controle do discurso a que é submetido durante os períodos de internação; numa outra perspectiva, temos um sujeito que se constitui como um sujeito de razão, posição essa que emerge, principalmente, no momento em que escreve sobre si. Acreditamos que essas duas instâncias se constituem mutuamente, trazendo à tona um sujeito discursivo multifacetado, que assume e se constitui por diversas posições-sujeito.

O estudo a que nos propomos é uma pesquisa qualitativa interpretativista, fundamentada nos postulados teóricos foucaultianos e centrada, principalmente, nos conceitos apresentados na fundamentação teórica. No *corpus* deste projeto – o livro autobiográfico *Canto dos malditos* – nos propomos a observar e a analisar a emergência de posições-sujeito, colocando em evidência os enunciados que as constituem. Faremos recortes de fragmentos dessa obra, a partir dos quais procederemos às análises, na tentativa de sustentar a hipótese levantada.

O recorte que procederemos na obra atenderá a um aspecto relacionado à constituição discursiva do sujeito em análise, de modo que privilegiaremos as práticas discursivas procedentes do manicômio, instituição que se configura como lugar social privilegiado para se verificar o funcionamento dos discursos e a inserção em uma posição-sujeito por meio das práticas de subjetivação. Além disso, privilegiaremos

também procedimentos enunciativos que permitam perceber os processos pelos quais constituem a posição-sujeito de razão.

A abordagem do *corpus* se dará a partir de um dispositivo de análise que permita o batimento entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2007). Espera-se que tal dispositivo permita verificar o funcionamento, num *corpus* específico, de alguns pressupostos foucaultianos.

Portanto, apresentaremos, em um primeiro momento, a noção de anormalidade, tratada por Foucault (2002), uma vez que pensamos a loucura como um de seus constituintes. A seguir, trataremos das movências e deslocamentos que os discursos acerca da loucura sofreram no decorrer dos tempos, pautados na *História da Loucura* (1997), de Michel Foucault. Posteriormente, conforme Foucault (2004d), observaremos como se deu a constituição histórico-discursiva do objeto loucura e como esse objeto emerge no *corpus* de análise. Trataremos, ainda, da noção de práticas de subjetivação e escrita de si, tal como concebida por Michel Foucault (1983), visto que uma das hipóteses desta pesquisa centra-se sobre as formulações que Foucault faz a esse respeito. Abordaremos, também, a noção de relato autobiográfico, tal como postulado por Pierre Bourdieu (2000), estabelecendo uma relação entre os postulados desse teórico e os de Foucault (1992), no que se refere à *função autor*, o que nos permitirá evidenciar que não estamos tratando de um sujeito empírico, mas sim de uma posição-sujeito, que emerge por meio de práticas de subjetivação. Apresentaremos, também, os procedimentos de controle do discurso, conforme concebidos em *A ordem do discurso* (2006a), e o poder disciplinar, postulado no livro *Microfísica do poder* (1986) e no livro *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (2004d), a fim de sustentar a análise que faremos do processo de interdição/separação/rejeição e disciplinarização do dizer do sujeito-Austry, na obra a ser analisada. No que se refere aos manicômios, os observaremos enquanto espaços que instauram discursividades, portanto, para nossas abordagens, apoiaremos-nos, no conceito de heterotopia, proposto por Foucault no texto / conferência *Outros Espaços* (2001) e no prefácio de *As palavras e as coisas* (2004c).

Após essa exposição geral do estudo a que nos propomos, daremos início às reflexões teóricas e às análises. Para tal, seguiremos a divisão de capítulos proposta anteriormente e nesse momento, para o desenvolvimento do capítulo I, nos centraremos na constituição discursiva do objeto loucura e de sua emergência no *corpus* de estudo. Trataremos, em um primeiro momento, do conceito de anormalidade, na perspectiva de Foucault (2002), pois acreditamos e que a loucura é um dos componentes da anormalidade.



## CAPÍTULO I – LOUCURA: OBJETO HISTÓRICO QUE EMERGE POR MEIO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS

*Vagarosamente vou caminhando  
Ao encontro da loucura...  
Aproximação homeopática  
Sem medos ou receios...  
A sanidade fica para trás  
Sem sombra de saudade ou melancolia...  
Encontro-me em um mundo novo  
Sem culpas, insultos e mágoas...  
Sinto-me inebriada, encantada  
Faço parte da tripulação dos loucos.  
Sem aviso, um grito alucinante  
Tal como verdade desmistificada  
Ecoa no ar – SOU FELIZ!!!  
Logo depois, a memória viciada  
Repete um eco sem nexo  
... ESTOU EM PAZ!  
(Val Bomfim)*

Retirado de: <http://www.worldartfriends.com/modules/publisher/article.php?storyid=12634>

Nesse capítulo, nos propomos a observar a constituição histórica do objeto loucura, por meio de práticas discursivas e da emergência desse objeto no *corpus* a que nos propomos analisar. Para tal, pontuaremos acerca das práticas discursivas que permitem a constituição e transformação desse objeto no decorrer da história, levando em consideração o pressuposto foucaultiano de *formação discursiva dos objetos* (2004a). Pontuaremos a constituição histórico-discursiva do objeto loucura, a partir d'A *história da Loucura na Idade Clássica* (1997), pois nessa obra Foucault observa as representações que se desenvolveram sobre a loucura nos séculos XVII e XVIII e as práticas daí emergentes que resultaram na reclusão do louco. Abordaremos também a obra *Os Anormais* (2002), na qual Foucault se propôs a analisar a forma como os enfrentamentos e os dispositivos de poder produzem enunciados, ou melhor, discursos com valor de verdade sobre o louco e a loucura com o *status* de Ciência.

## 1.1. HÁ NORMALIDADE?

*Duro ser assim,  
Incompreendido,  
por vezes  
ofendido,  
não raras vezes perdido  
em sonetos, versos e estrofes  
....  
Autor desconhecido*

Retirado de: <http://www.worldartfriends.com/modules/publisher/article.php?storyid=12634>

Antes de adentrarmos nos estudos acerca da loucura e da sua constituição como objeto histórico-discursivo, convém pensarmos um pouco sobre a (a)normalidade, tratada por Foucault em várias de suas obras e cursos. Em nossa abordagem teórica, nos limitaremos a tratar do assunto a partir dos Anormais (curso ministrado no *Collège de France*, entre 1974 e 1975, compilado em livro posteriormente). Nesse curso, Foucault afirma que, inicialmente, os discursos acerca da anormalidade surgiram em meio ao embate entre os saberes jurídico e penal, mas posteriormente caminharam para uma psiquiatrização do desejo, da sexualidade e para uma normalização dos discursos sobre esses temas.

Para compreendermos a noção de norma para FOUCAULT (2002), devemos pensá-la como algo que remete a uma série de estados, situações e a uma diversidade de posições-sujeito. Nesse sentido, a norma está ligada à descrição da psiquiatria e da psicologia, enquanto saberes fundamentados em um critério de separação dos indivíduos em dois grupos distintos: “o dos indivíduos normais” ou “o dos indivíduos patológicos”.

Nesse ínterim, o monstro fez parte da constituição do domínio da anormalidade no século XIX. Ele é a figura chave que nos permite entender as articulações entre as instâncias de poder e os campos de saber envolvidos na constituição dos “anormais”, enquanto objetos discursivos. Cada época constitui formas privilegiadas de monstro, no entanto, durante o século XIX, houve uma multiplicação desses monstros/anormais e dos discursos sobre essa temática. Pensando nessa diversidade de “indivíduos monstruosos”, Foucault (2002) apresenta as três figuras sobre as quais se constituem os discursos sobre o “anormal”, no século XIX: “o monstro humano”, o “indivíduo a ser corrigido” e “a criança masturbadora”. Foucault (2002) discorre, prioritariamente, sobre

o “monstro humano” e as diferentes nuances dos discursos acerca da anormalidade até o advento da figura da “criança masturbadora”.

O “monstro humano” é aquele que constitui, em sua existência e em sua forma, uma transgressão às leis sociais e, principalmente, uma violação às leis da natureza, combinando o impossível com o proibido. Embora seja o princípio de inteligibilidade das formas de anomalia, o “monstro humano” é ininteligível e, nesse sentido, “o anormal é um monstro cotidiano, um monstro banalizado” (2002, p. 71). O monstro é sempre uma exceção e remonta ao domínio da teratologia<sup>14</sup>.

O “indivíduo a ser corrigido” é comum nos séculos XVII e XVIII, habitando a família e suas relações. Em comparado à existência do “monstro humano”, a existência do “indivíduo a ser corrigido” é um fator relativamente “normal”. Embora o “indivíduo a ser corrigido” seja considerado como espontaneamente incorrigível, sua existência no meio social demanda a criação de tecnologias para sua reeducação (o que lhe permitiria a vida em sociedade). A partir da figura do “indivíduo a corrigir” surgiu aquilo que, no final do século XIX, seria a criminologia<sup>15</sup>.

Há ainda a figura da “criança masturbadora”, que surge na passagem do século XVIII para o XIX. A criança masturbadora aparece, exclusivamente, na família burguesa, que por sua vez adquire o *status* de um dispositivo de poder responsável por coagir e proibir a masturbação. No final do século XIX, os olhares atentos, preocupados e disciplinarizadores sobre a “criança masturbadora”, acabaram por encobrir/ apagar as demais anormalidades (o “monstro humano” o e “indivíduo a ser corrigido”), uma vez que essa anomalia (a “criança masturbadora”) detinha os principais problemas e os princípios essenciais que giram em torno da constituição dos discursos sobre a anormalidade. Acreditava-se, nesse momento, que qualquer patologia mental, debilidade física ou vício moral poderia se desenvolver devido à prática do onanismo<sup>16</sup>.

Conforme Foucault (2002), a constituição do “anormal” e dos discursos sobre a anormalidade balizados nas três figuras já citadas, permaneceu assim estruturada até

---

<sup>14</sup> A teratologia é a especialidade médica que se dedica ao estudo das anomalias e malformações ligadas a uma perturbação do desenvolvimento embrionário ou fetal. A Teratogênese (também chamada de teratogenia) se refere à formação e desenvolvimento no úterode anomalias que levam a malformações é estudada pela Teratologia .Por sinédoque, o termo pode remeter ainda aos monstros como um conjunto, ou ainda à monstruosidade em si *teratos = monstro, logia = estudo*.

Retirado de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teratologia>

<sup>15</sup> Assunto que será melhor desenvolvido em *Vigiar e Punir*, livro escrito no mesmo ano em que ministrou o curso *Os Anormais*.

<sup>16</sup> Esse era o ideário médico burguês vitoriano que predominava naquele momento.

meados do século XIX, sendo substituída nesse momento pela teoria da degeneração<sup>17</sup>. Com o decorrer do tempo, surge, gradativamente, uma associação entre “loucura” e “perigo/ criminalidade”, a qual é criada sem necessidade de mediação teórica – mediação essa que era, anteriormente, exercida pela monomania.<sup>18</sup> Enfim, cada época possui suas formas eleitas de monstrosidade: na Idade Média, o homem bestial; no Renascimento, a monstrosidade dos irmãos siameses; na Idade Clássica, os hermafroditas.

Até o século XVIII, o monstro não era apenas uma infração das leis da sociedade, mas, principalmente, uma violação das leis naturais. Assim, o monstro suscitava algo diferente da lei, algo como a violência e o suplício (que funcionava como um ritual com o objetivo de punir ao crime cometido com um ato de tamanha violência, que apagaria o sofrimento causado por ele).

Com o fim dos rituais de suplício, no final do século XVIII, o poder de punição deixa de se exercer como um rito e passa a funcionar por meio dos mecanismos de vigilância e controle. Nesse momento, o crime deixa de ser o ponto central das atenções e o criminoso ocupa esse *status*. Começa-se a questionar sobre os motivos que levam ao crime e o que era apenas uma violação das regras, passa a ter uma constituição, uma natureza. E, a partir dessa outra tecnologia do poder de punição, são formuladas outras teorias sobre a natureza da criminalidade e de sua associação com a anormalidade. Surge, portanto, uma patologia de condutas criminosas. É na mudança do foco de atenções do crime ao criminoso que surge a psiquiatria como um novo campo de saber que ocupará a posição de um protetor da sociedade, com o objetivo de livrá-la dos anormais.

Essa outra mecânica das relações de poder teve como efeito alterar a antiga concepção jurídico-natural do monstro. A partir desse momento, a monstrosidade passa a ser entendida de um ponto de vista moral, ou seja, nasce uma monstrosidade

---

<sup>17</sup> A idéia de **degeneração** exerceu uma grande influência na ciência, arte e política, dos anos 1850 aos anos 1950. A teoria social desenvolveu-se em consequência à Teoria da Evolução de Charles Darwin. A evolução significava que o desenvolvimento da humanidade não era mais algo fixo e certo, mas podia mudar e evoluir ou degenerar num futuro incerto, possivelmente um futuro sombrio que se chocaria com a analogia entre evolução e civilização como uma direção progressiva positiva. Retirado de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Degeneração>

<sup>18</sup> Em psiquiatria, **monomania** (do grego *monos*, "um", e *mania*, "mania") é um tipo de paranóia na qual o paciente tem uma única idéia ou tipo de idéias. A monomania emocional é aquela na qual o paciente é obcecado por uma única emoção ou por várias relacionadas a uma só; a monomania intelectual é aquela relacionada a um único tipo de idéia(s) delirante(s). Retirado de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Monomania>

moral que, ao longo do século XIX, se transformará em uma espécie de monstruosidade das condutas cotidianas.

O primeiro monstro moral é o monstro político, ou seja, aquele sujeito que coloca seus interesses particulares em primeiro plano, em detrimento dos interesses sociais. A figura paradigmática dessa relação é o rei, o rei déspota ou tirano e incestuoso. Assim, o primeiro monstro moral surge na figura do rei, devido a sua conduta desviante.

Na mesma época, convivendo com a figura do monstro déspota, surge o monstro revolucionário e popular, bastante distinta da figura do rei tirânico. O monstro popular era também é um monstro político e, também, rompia o pacto social. Se aquele (o déspota) era um monstro incestuoso, esse será o monstro antropofágico, que representa a imagem do povo revoltado.

Essas duas figuras, a do monstro político-moral – o rei incestuoso – e a monstruosidade antropofágica, serviram de modelo para a construção psiquiatria no século XIX, constituiu-se reativando o tema da sexualidade antropofágica por meio de uma série de outros domínios e de outros objetos no interior de seus discursos, constituindo-se como um saber.

Em função dessas mudanças, nesse momento, deixa-se de pensar na alienação mental centrada no delírio e passa-se a tratar de uma neuropsiquiatria organizada em torno dos impulsos e dos instintos, abrindo-se a possibilidade para a construção de uma psicopatologia sexual que sustentava a ideia de que o instinto sexual é a origem de qualquer distúrbio.

Nesse ínterim, a busca por uma causa única que explique a “anormalidade” será substituída por uma “metassomatização” representada pela ideia de hereditariedade. Metassomatização, pois, funciona como um “corpo fantástico” que possibilita a explicação de qualquer tipo de desvio.

Os anormais ou os degenerados são os herdeiros diretos dos grandes monstros, principalmente, do monstro moral. Desse modo, o modelo do monstro moral-sexual-antropofágico serviu como base na elaboração dos desvios comportamentais que caracterizaram o domínio da anormalidade no século XIX. Em outras palavras, foi o que permitiu a passagem do grande monstro a uma diversidade de monstros perversos, que compõem os discursos acerca da anormalidade. Nosso intuito, ao propormo-nos a discutir o conceito de anormalidade, era o de tentar evidenciar/demonstrar a loucura como um de seus constituintes, pois acreditamos que a anormalidade engloba, em sua

constituição, a loucura, sendo assim, para se falar de loucura, na perspectiva foucaultiana, torna-se necessário um breve estudo sobre a anormalidade.

## **1.2. BREVE HISTÓRICO DAS MOVÊNCIAS E DESLOCAMENTOS DOS DISCURSOS SOBRE A LOUCURA AO LONGO DOS SÉCULOS**

*O hoje é apenas um furo no futuro  
Por onde o passado começa a jorrar  
E eu aqui isolado onde nada é perdoado  
Vi o fim chamando o princípio pra poderem se encontrar*

*Fui levado na marra, pois enfermeiro quando agarra  
É que nem ordem de prisão  
A ambulância me esperava, e aí o que rolava, internamento e injeção*

*E lá em Serra Pelada, ouro no meio do nada  
Dor de barriga desgraçada resolveu me atacar  
O show estava começando e eu no escuro me apertando  
E autografando sem parar  
(Banquete de Lixo – Raul Seixas, In: )*

No prefácio da primeira edição da *História da loucura* (1997), Foucault defende a ideia de que a maneira de o homem lidar com a loucura modificou-se significativamente no século XVIII. Ele afirma:

a constituição da loucura como doença mental, no fim do século XVIII, atesta um diálogo rompido, dá a separação como fato consumado, e enterra no esquecimento todas estas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um pouco balbuciantes, na qual se dava a troca da loucura e da razão. A linguagem da psiquiatria, que é o monólogo da razão sobre a loucura, só se pode estabelecer sobre tal silêncio. (Foucault, 1997, p. IV)

Foucault (1997) justifica essa afirmativa, recuperando a maneira pela qual o homem se relacionava com a loucura desde a Antiguidade Clássica, até meados do século XVIII. Aborda questões relativas à necessidade social de livrar-se do louco, mostrando como tal injunção conduz à prática de interdita-lo, separá-lo do convívio com os ditos ‘normais’, se valendo de uma abordagem sobre a loucura que se dá por meio da separação, rejeição e segregação do louco, dito anormal. Nesse sentido, a internação seria uma estratégia de poder centrada num “discurso de proteção” e disciplinarização dos corpos para legitimar o isolamento do louco – classificado como

aquele que não entra na ordem da ‘verdade’ social – criando/instaurando *corpos dóceis*, separando do convívio social os indivíduos que lhe causam mal estar.

No mundo antigo e ainda na Idade Média “o louco era alvo de certo temor, de um terror sagrado. Até o Século da Razão, a loucura encontrava-se mais ou menos associada à vida pública ou, em rompimento com esta, associada a uma ordem sagrada” (Bosser, 1976, p. 26). Sabemos por Foucault (1997), que essa perspectiva se altera no séc. XVII, quando são criadas as primeiras instituições asilares, onde aqueles que eram tidos como anormais, incluindo-se ali os loucos, eram presos. Com a Revolução Francesa (e todo o seu contexto político), aparece Philippe Pinel e seu ‘tratamento moral sem correntes’, mas ainda cerrados dentro dos muros do manicômio.

A segregação dos loucos substituiu o esquema que isolava e separava leprosos, que foram caçados, trancafiados, sob a desculpa de que, assim, se impediria o contágio, a epidemia, contudo, esse gesto configurava-se de maneira distinta, transformando os sujeitos em indivíduos monstruosos, que deveriam ser eliminados do convívio social, criando alienação.

Esse fenômeno é a loucura. Mas será necessário um longo momento de latência, quase dois séculos, para que esse novo espantalho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscite como ela reações de divisão, de exclusão, de purificação que, no entanto, lhe são aparentadas de uma maneira bem evidente. Antes de a loucura ser dominada, por volta da metade do século XVII, antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha estado ligada obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 8)

Assim, durante um século e meio, a Europa puniu ‘faltas’ e ‘sofrimento’ de maneira mascarada, sob a desculpa de tratamento, a partir da internação. Nesse período, loucos e criminosos eram tratados da mesma maneira, sendo segregados, interditados e separados, o que configurava, na época, que o indivíduo que fosse considerado como “desviante” da norma deveria ser isolado, trancafiado em hospícios. O indício de alguma diferença entre o criminoso e o louco surgiu apenas tempos mais tarde. Podemos, portanto, juntamente com Foucault (1997), pensar a internação a partir de uma positividade, pois funciona como um instrumento regularizador, separando o que é verdadeiro do que é falso, o normal do patológico. Nessa perspectiva, o internamento torna-se um mecanismo para a emergência de corpos unitários, homogêneos, tornando-se uma estratégia de disciplinarização para a constituição de *corpos dóceis*.

A ideia de punição para os indivíduos que não seguiam o padrão de normalidade, imposto pela “verdade” da época esteve presente em vários, se não se puder falar em todos, os momentos da história. Até meados do século XVI, usava-se como técnicas para silenciar o sujeito tido como anormal, as mais diversas formas de tortura, como: incisão nos lábios com ferro em brasa, seguida pela ablação da língua, a morte na fogueira, dentre outras.

No final do século XVIII, atribuíam-se todas as doenças à ação de forças sobrenaturais como os maus espíritos, os bruxos, os demônios, os deuses. Essas explicações eram particularmente usadas para as doenças mentais. Nesse período, as pessoas com transtornos mentais eram tratadas em rituais tribais ou abandonadas à própria sorte. Os indivíduos tidos como anormais eram submetidos a práticas de feitiçaria, pois o louco era considerado como aquele que afrontava o sagrado, devendo, por isso, ser punido. Esse quadro permaneceu por mais de dois séculos. Assim, os loucos eram tratados como se suas crises fossem manifestações sobrenaturais, decorrentes de possessões demoníacas e a internação tinha a função de uma reforma moral, numa tentativa de se restabelecer a verdade social que era rompida pelo louco, em seus delírios. Acreditava-se, ainda, que o delírio do louco estava diretamente relacionado a uma sexualidade desviante, ou seja, a atitude sexual de profanação. Assim, certas atitudes sexuais eram classificadas como atitudes desviantes e o sujeito que as praticava era julgado como louco, sendo excluído, separado, segregado, disciplinarizado.

Na era clássica, no auge das discussões acerca da relação entre loucura e sexualidade, aparecem as doenças venéreas, doenças que se tornam um símbolo da impureza, uma infração da ‘verdade’ imposta pela sociedade, por isso, não adquire o *status* de moléstia física. O sujeito que contraía alguma doença venérea, adquiria, também, uma dívida moral com a sociedade e, para quitá-la, era necessário que passasse pela penitência, marcando sua culpa e purificando a sua alma. Tais práticas de purificação marcam uma cumplicidade entre a medicina e as ações punitivas, uma vez que os corpos purificam a alma através da flagelação e das ações terapêuticas. Nessa perspectiva, o desvio sexual é tratado como um desatino, a marcação simbólica de um sujeito com uma mente delirante, sendo então proibido de conviver socialmente, por infringir e agredir uma moral imposta por uma ‘verdade’ social. A sociedade toma a sexualidade como uma doença, que se integra a um sistema de coação entre “razão e desatino”, “normalidade e anormalidade”.



A internação representa, na concepção da sociedade ‘normal’, uma forma de resgatar a ‘moral’ de uma estrutura familiar perturbada, envergonhada, por sujeitos desviantes. Nesse período, em nome de uma ética social, instaura-se uma sacralização da sexualidade, com o objetivo de controlá-la, por meio de um contrato: o casamento. O sujeito que rompesse com tal contrato, apresentando uma atitude desviante, era interdito por meio da internação. Nessa perspectiva, Foucault (1997) afirma que

[o] parentesco entre as penas da loucura e a punição da devassidão não é um vestígio de arcaísmo na consciência européia. Pelo contrário, ele se definiu no limiar do mundo moderno, dado que foi o século XVIII que praticamente o descobriu. Ao inventar, na geometria imaginária de sua moral, o espaço do internamento, a época clássica acabava de encontrar ao mesmo tempo uma pátria e um lugar de redenção comuns aos pecados contra a carne e às faltas contra a razão. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 87)

Na era clássica, eram interditos os sujeitos com doenças venéreas, os homossexuais e também aqueles que eram julgados como devassos por manifestarem sua sexualidade. Tal interdição atribuía ao louco um grau de culpa por sua condição: justificando-se, assim, os motivos para a sua internação, uma vez que não se comportava conforme os modelos estabelecidos e impostos pela sociedade. Portanto, no início do século XVIII, a liberdade sexual era tida como uma inquietação; no século XIX, os problemas entre o indivíduo e sua família, além das questões referentes à sexualidade, configuravam-se, também, como problemas psicológicos. Nos tempos atuais, o sujeito é inserido na posição de louco a partir de uma instância e um conhecimento médico (científico), que tem o discurso autorizado para falar do lugar da verdade acerca de tal assunto, instaurando discursivamente a loucura e o louco.

As estratégias de poder, concebidas por Foucault (*op. cit.*), possibilitam a compreensão da constituição histórico-discursiva do objeto loucura e da inserção de um sujeito na posição de louco. O anormal é tratado como alienado, sendo interdito, segregado, disciplinarizado, tornando-se, dessa forma, um *corpo dócil*. Portanto, juntamente com Foucault (1997) podemos afirmar que a desrazão de um dado sujeito, funciona como uma justificativa social para a existência do Hospital Psiquiátrico, cujo objetivo principal era a segregação-separação do sujeito com atitude desviante. Nessa perspectiva, a loucura é tratada e observada a partir de uma positividade, de uma tentativa de regularização/homogeneização. Assim, no momento em que a loucura começou a ser tratada como doença mental, fez-se presente no discurso de médicos-

especialistas contemporâneos que diagnosticam, classificam e enquadram a loucura e o louco em uma determinada ordem do discurso.

Para Foucault (1997), no século XVIII ocorre a experiência-limite entre a razão e a 'desrazão'. Desde então, o homem contemporâneo deixou de se comunicar com o louco. Com o estabelecimento desta divisão originária, a ciência transformou a loucura em um acidente patológico. O homem louco passou a ser visto e compreendido por meio de uma razão abstrata.

A constituição da loucura como doença mental, no fim do século XVIII, atesta, para Foucault (1997), um diálogo rompido. Para tanto, no seu entender,

é necessário [...] renunciar ao conforto das verdades confirmadas, e nunca nos deixarmos guiar pelo que podemos saber sobre a loucura. Nenhum dos conceitos da psicopatologia deverá, mesmo e principalmente no jogo implícito das retrospectões, exercer qualquer papel organizador. É constitutivo o gesto que separa a loucura, e não a ciência que se estabelece, uma vez feita esta separação, na calma retornada. [...] Será portanto necessário falar destes gestos repisados na história, deixando em suspenso tudo o que pode fazer figura de conclusão, de repouso na verdade; falar deste gesto de corte, desta distância tomada, deste vazio instaurado entre a razão e o que não é ela, sem nunca se apoiar na plenitude do que ela pretende ser (Foucault, *op. cit.*, p, III).

O estabelecimento dessa divisão, desse silêncio, não é, no seu entender, casual. Ele é parte de uma estratégia da recusa implementada pela razão científica, na qual a psiquiatria, a psicologia e a psicopatologia teriam desempenhado papel decisivo.

O objetivo de Foucault (1997) nunca foi o de fazer a história do enclausuramento e do asilo, mas do discurso que constitui os loucos como objetos de saber – isto é, desse estranho laço entre razão e desrazão que autoriza a primeira a produzir um discurso de saber sobre a segunda. Trata-se, por consequência, de fazer antes de tudo a história de um poder:

o que estava implicado, antes de tudo, nessas relações de poder, era o direito absoluto da não-loucura sobre a loucura. Direito transcrito em termos de competência, exercendo-se sobre a ignorância, de bom senso, de acesso à realidade, corrigindo os erros (ilusões, alucinações, fantasmas), da normalidade, impondo-se à desordem e ao desvio (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 85).

Esse poder constitui a loucura como objeto de conhecimento e é por essa razão que é preciso, então, fazer a história das modificações dos discursos sobre a loucura: do grande enclausuramento – invenção de um lugar inclusivo da exclusão – à aparição de uma ciência médica da loucura (da “doença mental” à psiquiatria contemporânea).

Foucault faz, na verdade, a partir da História da loucura, a genealogia de uma das faces possíveis dessa forma singular do poder-saber que é o conhecimento.

### 1.3. FORMAÇÃO DISCURSIVA DOS OBJETOS

*No silêncio  
e no mistério,  
Longe do mundo,  
longe dos maus,  
Que me ignorem,  
e que a terra  
Só conheça de mim  
meus cantos  
(Theodore de Banville)*

Retirado de: <http://www.worldartfriends.com/modules/publisher/article.php?storyid=12634>

Para tratar a loucura, na perspectiva foucaultiana, como um objetos de discursos, consideramos pertinente, em um primeiro momentos, demonstrar o que Foucault (2004a) entende por discursos. Nessa perspectiva, Revel (2005) afirma que

o interesse de Foucault pelos “planos discursivos” foi imediatamente duplo. De um lado, tratava-se de analisar as marcas discursivas, procurando isolar as leis de funcionamento independentes da natureza e das condições de enunciação, o q implica o interesse de Foucault, na mesma época, pela gramática, pela linguística e pelo formalismo: “foi original e importante a descoberta de que aquilo que se faz com a linguagem – poesia, literatura, filosofia, discurso em geral – obedece a um certo número de leis e de regularidades internas: as leis e as regularidades da linguagem. O caráter lingüístico dos fatos de linguagem foi uma descoberta muito importante”; mas de outro, tratava-se de descrever a transformação dos tipos de discurso nos séculos XVII e XVIII, isto é, de historicizar os procedimentos de identificação e de classificação próprios desse período: nesse sentido, a arqueologia foucaultiana dos discursos não é apenas uma análise lingüística, mas uma interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que sustentam as práticas (como em *História da Loucura*) ou as engendram (como em *As Palavras e as Coisas* ou em *Arqueologia do Saber*). Nesse sentido, Foucault substitui o par saussureano língua/ fala por duas oposições que ele faz funcionar alternativamente: o par discurso/linguagem, no qual o discurso é, paradoxalmente, o que é renitente à ordem da linguagem em geral (...) – e é preciso notar que o próprio Foucault anulará essa oposição, intitulado sua aula inaugural no Collège de France como *A Ordem do Discurso*, em 1971; e o par discurso/fala, no qual o discurso se torna o eco lingüístico da articulação entre saber e poder, e no qual a fala, como instância subjetiva, encarna, ao contrário, uma prática de resistência à “objetivação discursiva”. (REVEL, 2005, p.37-38) (grifos do autor)

Partindo dessa teorização acerca do discurso e pensando na constituição histórica e discursiva do objeto loucura, tomaremos como suporte teórico, a partir desse momento, a *Arqueologia do Saber* (2004a), de Michel Foucault, nos centrado, especificamente, em um dos níveis da constituição da formação discursiva, a saber, o da formação dos objetos. Para analisar essa formação, Foucault (2004a) toma como exemplo a psicopatologia, a partir do século XIX, detendo-se em apenas dois dos signos que se apresentam nesse corte temporal: o surgimento, no início do século, de um novo modo de exclusão e inserção do louco no hospital psiquiátrico e a “possibilidade de se percorrer de volta a feira de certas noções atuais, enquanto se quisermos seguir mais acima o fio do tempo, perdemos logo as pistas, os fios se emaranham” (FOUCAULT, 2004a, p. 45).

A partir disso, Foucault coloca as seguintes questões a respeito da formação dos objetos: “Pode-se submeter à regra a que seu aparecimento estava submetido? Segundo que sistema esses objetos puderam se justapor e se suceder? Qual foi seu regime de existência enquanto objetos de discurso?” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 46).

Para responder a essas questões, o autor, tomando como exemplo a psicopatologia, propõe:

a) *destacar as características de sua emergência*, mostrando onde os objetos discursivos – como, por exemplo, a loucura – podem surgir, para que possam ser designadas e analisadas a partir de suas diferenças individuais, grau de racionalização, códigos conceituais e tipos de teoria, que atribuíram à categoria de doença, alienação, psicose ou neurose etc. De acordo com Foucault (*op. cit.*, p. 46), essas “superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, nas diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso”. Para ele, é provável que elas fossem constituídas pela família, pelo grupo social próximo, pelo ambiente de trabalho, pelo grupo religioso, pela arte, pela sexualidade ou pela penalidade. São nesses campos de diferenciação e descontinuidade, afirma o autor, que o discurso psiquiátrico encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir seus dizeres, atribuindo-lhes *status* de objeto.

b) *descrever instâncias de delimitação*, que o autor considera que sejam: a medicina (que se tornou uma instância superior, que nomeia e instaura a loucura como objeto); a justiça penal (com suas definições: da irresponsabilidade, das circunstâncias atenuantes, e com o uso de noções como a de crime passional etc.); a autoridade religiosa (estabelecendo como instância a separação entre o místico e o patológico, o

espiritual do corporal etc.); a crítica literária e artística (que não trata a obra como um objeto que deve ser julgado, mas sim como uma linguagem que deve ser interpretada).

c) *analisar as grades de especificação*, que são os sistemas segundo os quais “separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, uma das outras, as diferentes loucuras como objeto do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 47).

Entretanto, essa descrição apresentada é ainda insuficiente, segundo Foucault, para analisar a formação dos objetos, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato de as instâncias de delimitação ou as formas de especificação descritas não fornecerem objetos que o discurso da psicopatologia só teria de relacionar, classificar e recobrir de uma trama de palavras e frases. Assim, não são as famílias que determinam os loucos, não é a jurisprudência que denuncia à medicina um delito paranóico, pois o discurso é “inteiramente diferente do lugar que vem depositar e se superpor objetos que teriam sido instaurados anteriormente” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 48). O segundo motivo é o fato de a enumeração feita anteriormente demarcar vários planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer. Qual a relação existente entre eles? Que conjunto é circunscrito dessa maneira? Como falar de um sistema de formação a partir de determinações heterogêneas?

Para responder a essas questões, delimita-se, ainda mais, o exemplo utilizado, pois, no domínio que a psicopatologia ocupou no século XIX, vemos aparecer uma série de registros ligados à delinquência, o que não se trata da descoberta feita por um psiquiatra, de uma semelhança entre a conduta criminosa e a patologia – e essa é uma revelação de certos sinais clássicos da alienação em certos delinquentes. Não seria pertinente, também, atribuir o aparecimento desses objetos a características da sociedade burguesa do século XIX, pois os processos que ocorreram nessa sociedade não puderam formar, por si mesmos, objetos para o discurso psiquiátrico.

Se em uma determinada época da sociedade, a conduta transgressora deu lugar a uma série de objetos de saber, é pelo fato do discurso psiquiátrico ter dado lugar a um conjunto de relações determinadas, que, “atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 49) – como os planos de especificação; as decisões de instância médica e as decisões de instância psiquiátrica; a relação constituída entre o filtro psiquiátrico e o filtro judiciário; a relação entre as normas familiares, sexuais e o quadro patológico; as relações entre a restrição no meio hospitalar e a restrição punitiva na prisão. Assim,

o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se puder estabelecer um conjunto semelhante, se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar, e sua lei de aparecimento, se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 49-50)

Nesse sentido, para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas “para que dele se possa dizer alguma coisa e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 50) são numerosas e relevantes, o que significa que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, não é fácil dizer alguma coisa nova, não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência para que novos objetos logo se iluminem” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 50). Os objetos existem sob as condições positivas de um conjunto complexo de relações, as quais são estabelecidas no meio social e não estão presentes no objeto, mas sim no que lhe permite aparecer, justapondo-se a outros objetos, situando-se em relação a eles, definindo suas diferenças, sua heterogeneidade, colocando-se em um campo de exterioridade.

Estamos tratando aqui do que Foucault chama de *relação discursiva*, que não é interna ao discurso, não se liga a conceitos ou a palavras, estão no limite do discurso, e não caracterizam a língua que o discurso usa, mas o discurso enquanto prática, pois na tentativa de procurar a unidade do discurso nos próprios objetos, encontrou-se “um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 53).

Nessa perspectiva, não se busca neutralizar o discurso; ao contrário, busca-se fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria, renunciando as coisas, despresentificando-as, substituindo o enigma das coisas anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que apenas nele se determinam e se delimitam. Definindo, assim, esses objetos sem referência ao fundo das coisas, relacionando-os “ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 53).

Nesse tipo de análise, as palavras estão tão ausentes quanto as coisas. O que se tem é um objeto histórico que é constituído pelo discurso, tal como podemos ouvi-lo ou podemos lê-lo sob a forma de texto. O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto entre realidade e língua, uma vez que analisamos os próprios discursos, dos quais emergem um conjunto de práticas e de regras próprias, as quais definem o regime dos objetos. O discurso são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam, designando as coisas.

Seguindo o percurso traçado por Foucault (*op. cit.*), podemos pensar a loucura como um objeto discursivo e histórico, que emerge de maneira distinta, em diferentes épocas, acompanhando as movências e descontinuidades históricas. Tomando as instâncias de constituição desse objeto discursivo, podemos pensar, conforme Foucault (2006b), que a medicina do século XVIII “determinava/julgava”, munido de seus poderes/saberes e da autorização de dizer de um dado lugar institucional, o sujeito como um sujeito de razão ou de desrazão, separando, assim, o verdadeiro do falso, o normal do patológico. Nessa perspectiva, a loucura, tomada como um mal-estar para a sociedade dita normal era segregada, a partir de um parecer médico. Por essa razão, o objetivo do saber sobre a loucura preexistia em estado de vigília até o despertar total da positividade, que levava a um esquema de exclusão superposta.

#### ***1.4. EMERGÊNCIA DISCURSIVA DO SUJEITO-LOUCO E DO OBJETO LOUCURA NO CANTO DOS MALDITOS***

*Eu fico louco  
Eu fico fora de si  
Eu fica assim  
eu fica fora de mim*

*eu fico um pouco  
Depois eu saio daqui*

*Eu vai embora  
eu fico fora de si  
eu fico oco  
eu fica bem assim  
eu fico sem ninguém em mim  
(Araldo Antunes, In: Silêncio)*

Tomando o relato de Austregésilo como *corpus* para análise, buscaremos, com base em Foucault (2004a), analisar o funcionamento das *superfícies primeiras de emergência* do objeto loucura (a família e o grupo social próximo); as *instâncias de delimitação* desse objeto (especificamente a medicina); e as suas *grades de especificação* (a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos – de Austregésilo, no caso – e os jogos de correlações neuropsicológicas). Assim, nos propomos a analisar alguns enunciados, com o intuito de verificar a constituição discursiva do objeto loucura, a partir do pressuposto foucaultiano de que a loucura é um objeto constituído discursivamente. Procederemos à análise da obra para mostrar o funcionamento e a emergência, no *corpus* em análise, de tal pressuposto, além de identificar, também, como a constituição desse objeto recai sobre uma objetivação de um sujeito como louco.

#### **Fragmento I (F1)<sup>19</sup>:**

- Eletrochoque. Choque, meu irmão!
- Já ouvi falar nesse troço, mas isso aí é pra louco...
- E o que você acha que somos? Esse filho de uma cadela vive com a maquininha de eletrochoque na mão. Acho que ele até dorme com ela.
- Mas eu não sou louco.
- Tá aqui dentro! Pra todo mundo lá fora você não passa de um louco... Isso aqui é um hospício, cara. (CARRANO, *op. cit.*, p. 59-60)

O fragmento citado é parte de um diálogo entre Austry e Rogério, ambos internos do Sanatório Bom Retiro, em Curitiba. Austry, recém chegado ao manicômio, não se encontrava submetido aos elementos dessa instituição, ou seja, ainda não havia se constituído como louco, e nem tão pouco sido submetido às práticas medicinais. Tinha, então, a esperança de que, após a avaliação médica, conseguiria sair daquele lugar. Rogério, por outro lado, interno reincidente e no hospício há muito tempo, conhecia as práticas e os tratamentos aos quais estavam submetidos. Demonstra um saber sobre essa instituição, onde os sujeitos são tratados da maneira mais desumana que se possa imaginar, como, por exemplo, com eletrochoque, utilizado para reativar a mente dos loucos, tentando “trazê-los de volta à realidade”.

O manicômio era o espaço em que os loucos eram tratados a base de neurolépticos (sedativos que agem diretamente sobre o Sistema Nervoso Central), eletrochoques (verdadeiros ‘curtos-circuitos’ cerebrais), insulino-terapia (medicamento

---

<sup>19</sup> A partir daqui marcaremos os fragmentos a serem analisados com F e os numeraremos em ordem crescente.



que leva o paciente ao coma induzido) e ‘em último recurso’ a lobotomia (intervenção cirúrgica no cérebro, onde são seccionadas as vias que ligam os lobos frontais ao tálamo e outras vias frontais associadas)<sup>20</sup>. Usa-se como justificativa para tais práticas a desculpa de que os medicamentos tornam a vida dos ‘doentes’ mais tolerável, contudo, tais medicamentos, na maioria dos casos, apenas aliena mais o indivíduo tido como louco. Assim, podemos observar que, nos dizeres de Rogério, aparece um ‘saber’ sobre a maneira como a sociedade vê o hospício e o louco e, também, sobre as regras de formação discursiva às quais estão submetidos na repartição em que estão inseridos. Nesse sentido, os dizeres de Rogério se inscrevem na ordem discursiva do manicômio, onde convive com loucos e enfermeiros, constituindo sua identidade a partir dessas relações.

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto ‘loucura’, ou na constituição de um único horizonte de objetividade; seria esse o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado o aparecimento dos objetos: objetos que são recortados por medidas de discriminação e de repressão, objetos que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, na casuística religiosa, no diagnóstico dos médicos, objetos que se manifestam em descrições patológicas, objetos que são limitados por códigos ou receitas de medicação, de tratamento, de cuidados (FOUCAULT, 2004a, p.37).

Rogério transita entre posições-sujeito bastante distintas, que emergem por meio de práticas de subjetivação, uma vez que exerce resistência às normas da instituição manicomial. Não se trata de uma resistência declarada, pois aos olhos dos enfermeiros e médicos é apenas mais um, em meio a tantos outros loucos, contudo, pode-se apreender de seus discursos que ele detém um saber acerca do funcionamento daquela instituição, por isso consegue burlar as normas, sem ser flagrado. Aos olhos da instância de delimitação, Rogério é um sujeito disciplinarizado, um corpo dócil, no entanto, nas conversas com Austrý emerge um sujeito resistente, que burla as normas em nome da própria sobrevivência. Nesse sentido, podemos pensar a instituição manicomial como um *panóptico* (Foucault, 2004d), no qual enfermeiros e médicos seriam os olhos do poder, os responsáveis pela disciplinarização e nesse espaço, Rogério representa a resistência.

---

<sup>20</sup> Retirado do sítio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lobotomia>; em 01/fev/2009, às 12:03

O espaço da instituição manicomial é limitado, é o ambiente em que se dá a exclusão, a inserção e, também, a constituição do louco, uma vez que é o único contexto no qual seu discurso se insere. Nessa perspectiva, são as condições de produção que determinam o jogo das regras que tornam possível o aparecimento do objeto loucura, que é recortado por medidas de discriminação e de repressão, diferenciando-se da prática cotidiana. Convém ressaltar que observamos o *corpus*, levando em consideração a constituição histórica do objeto loucura, conforme proposto por Foucault (1997/2004a), contudo nos atemos a observar a emergência discursiva desse objeto, no diálogo entre Austrý e Rogério. Assim, a loucura é um objeto que se manifesta numa descrição patológica, sendo limitado por códigos ou receitas de medicação, de tratamento, de cuidados. Austrý e Rogério se encontram submetidos àquelas condições de produção, conforme podemos apreender da afirmação de Rogério: “Tá aqui dentro! Pra todo mundo lá fora você não passa de um louco... Isso aqui é um hospício, cara”. (CARRANO, *op. cit.*, p. 60)

Rogério detém um saber sobre a ordem discursiva da loucura e, também, acerca dos métodos de disciplinarização utilizados no interior do manicômio, por há tempos estar inserido nesse contexto, em que esses discursos circulam e se constituem. Austrý nada conhece sobre o contexto do hospital psiquiátrico e nem tão pouco detém saber sobre suas práticas. Nessa perspectiva, tratamos de dois contextos inteiramente formados que se atravessam, constituindo outra posição-sujeito dos internos que ali se encontram, uma vez que não se identificam mais em espaço algum, situam-se em um entre-lugar, pois não se identificam com os loucos, mas também não conseguem conviver com os “ditos normais”.

No caso do *corpus* em questão, as superfícies primeiras da inserção do discurso do sujeito enquanto louco são constituídas pela família, que levam o filho para aquele outro contexto, o do hospital psiquiátrico, e ali ele acaba se inserindo. É nesse campo de diferenciação e descontinuidade que o discurso psiquiátrico encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir seus dizeres, atribuindo à loucura *status* de objeto discursivo. Assim, a medicina, como instância delimitadora, se tornou uma instituição revestida de poder, que nomeia e instaura a loucura como objeto.

A inserção de Austrý na posição de sujeito louco será assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Assim, essa posição discursiva se define e se constitui, estabelecendo um conjunto semelhante de discursos (sujeito loucos e enfermeiros) que aí encontram seu

lugar e sua lei de aparecimento, conforme podemos evidenciar nos seguintes enunciados: “- Já ouvi falar nesse troço, mas isso aí é pra louco.../ - E o que você acha que somos?”. (CARRANO, *op. cit.*, p. 59)

Nesse sentido, a inserção nessa posição-sujeito se dá por um embate e enfrentamento de discursos sucessivos, que se constituem e se excluem, modificando-se acerca do mesmo objeto discursivo, no caso em questão a loucura. No excerto em análise isso aparece claramente nos discursos contraditórios de Austrý e Rogério, uma vez que o segundo está inserido naquela posição discursiva e é conhecedor das práticas discursivas sobre quem está ali inserido e o primeiro refuta esses enunciados que não lhe são constitutivos.

“Já ouvi falar nesse troço, mas isso aí é pra louco...”; (CARRANO, *op. cit.*, p. 59) observando, ainda, esse enunciado, podemos perceber que os objetos constituem-se sob um conjunto complexo de relações, as quais são estabelecidas no meio social e não estão presentes no objeto, mas sim no que lhe permite aparecer. Austrý não se via como louco, apesar de deter algum saber sobre os tratamentos aos quais os loucos eram submetidos, contudo o conhecimento que tinha sobre a loucura não era constitutivo de si mesmo, não se identificava com um louco, a loucura lhe era exterior, estava no campo da exterioridade, distante, não lhe era constitutiva.

Rogério, por sua vez, não busca neutralizar seu discurso; ao contrário disso, busca fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria, mostrando a posição sujeito na qual se insere. Contrapõe-se ao discurso de Austrý, que busca uma regularização/normalização do objeto loucura, que é constituído historicamente, determinando-se como exterior a ele. Assim, se delimita a emergência discursiva desse objeto histórico no fragmento em análise, ou seja, é na contradição dos discursos que lhe são constitutivos, relacionado ao conjunto de regras que permitem formá-lo como objeto de um discurso heterogêneo, – “Mas eu não sou louco./Pra todo mundo lá fora você não passa de um louco..” (CARRANO, *op. cit.*, p. 59-60) –, constituído numa rede de formações discursivas.

Nessa perspectiva, é possível perceber, no fragmento em questão, o funcionamento do pressuposto foucaultiano de que a loucura é um objeto que é constituído pelos discursos, que, por sua vez, se contradizem e se cruzam. Observamos, no recorte analisado, a emergência de um conjunto de práticas discursivas com regras próprias, as quais definem o regime do objeto loucura. Sendo assim, os discursos dos sujeitos em questão formam, sistematicamente, o objeto de que falam, designando-o.

## **F2):**

Vinham familiares de outros lugares, cidades próximas ou longínquas. Traziam maçã, um pacotinho de bolachas – não tinham mais o que trazer. O que importava é que vinham. Outros tinham o que trazer. Esses se isolavam com seus fidalgos, com seus olhares de superioridade. Os plebeus se misturavam, os fidalgos se isolavam. As divisões, lá fora, no jardim, são cultivadas. Do lado de dentro não existem classes. A mistura e o rótulo são uma coisa só, loucos. Loucos fidalgos e plebeus, todos cagando fedido do mesmo jeito. O cheiro não dá pra definir. (Carrano, *op. cit.*, p.98)

Esse é o recorte de um fragmento maior no qual Austrý faz uma descrição sobre o dia de visitas. Nesses enunciados selecionados, observamos a maneira como se difere a organização do espaço e a tomada de posições-sujeito nas partes interna e externas do manicômio. Tal ocupação e tomada de posição serão tratadas a partir da relação poder /saber, conforme propõe Michel Foucault.

O jardim, espaço externo ao manicômio onde as famílias são recebidas, atua como um espaço no qual a estratificação social se reproduz, tornando-o uma arena de lutas entre diferentes posições-sujeito. Portanto, o jardim, ao mesmo tempo em que reproduz os embates sociais, também é moldado por eles. (“Os plebeus se misturavam, os fidalgos se isolavam”. Carrano, *op. cit.*, p.98).

No interior do manicômio a estratificação social não se reproduz, os internos são tratados como iguais – anomalias, anormais, loucos. Os valores sociais não são reproduzidos no interior das instituições psiquiátricas – em se tratando, especificamente, dos internos: sujeitos tidos como loucos. Não importa a quantidade de dinheiro da família do interno e nem tão pouco seu prestígio social, estando ali dentro, é louco, perde o direito à voz, à cidadania e principalmente o direito de viver entre os “normais”. Uma vez taxado como louco, o sujeito é segregado, separado e trancafiado no manicômio, “pois lá é o lugar dos loucos”. Nesse espaço não se busca um tratamento para curar o paciente, o que ocorre é uma busca por uma normalização do seu comportamento. Ali dentro, “não existem classes. A mistura e o rótulo são uma coisa só, loucos. Loucos fidalgos e plebeus, todos cagando fedido do mesmo jeito. O cheiro não dá pra definir.” (Carrano, *op. cit.*, p.98)

Conforme Foucault (1995), o poder não está concentrado em um lugar ou posição-sujeito específicos. Ele se manifesta de maneira difusa no conjunto da sociedade, se articula de maneiras diversas. Por isso, a ocupação do jardim, de um lado os familiares com poder aquisitivo, do outro, os pobres (“Traziam maçã, um pacotinho

de bolachas – não tinham mais o que trazer. O que importava é que vinham. Outros tinham o que trazer. Esses se isolavam com seus fidalgos, com seus olhares de superioridade” – Carrano, *op. cit.*, p.98), é uma representação dos embates e duelos constitutivos do poder, que segrega uma posição-sujeito em relação a outras.

Com relação ao interior do manicômio, podemos afirmar, numa perspectiva foucaultiana, que poder e saber se implicam mutuamente, pois não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, todo saber constitui outras relações de poder. Pensando nisso, podemos afirmar que no interior das instituições psiquiátricas, o poder se concentra na posição-sujeito dos médicos e enfermeiros, os quais têm a autoridade de falar de um lugar privilegiado, em nome de um saber médico, que é capaz de determinar se um sujeito normal ou não, utilizando práticas de normalização e disciplinarização para aqueles que são tidos como loucos. Embora no interior das instituições o poder se concentre na posição-sujeito médicos e enfermeiros, ele não é exclusivo delas. Há outros micro-poderes. Rogério, como já foi demonstrado, detém um poder em relação a outros “pacientes/prisioneiros”, pois é capaz de estrategizar formas de resistência.

Desse modo, o exercício do poder é, também, um exercício de saber. Logo, os hospitais psiquiátricos, assim como inúmeras outras instituições, são espaços de produção, acúmulo e transmissão do saber/poder. Nessa relação, o sujeito se constitui a partir de práticas de subjetivação a que é submetido. Nesse sentido, para Foucault (1995), o sujeito é uma produção da relação poder e saber, pois “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1995, p. 185)”.

O poder se dá por meio de uma prática, que no caso do interior do manicômio é exercida por uma instância médica, que tem o direito de dispor sobre os corpos dos pacientes, normatizando-os, massificando-os, destituindo-lhes do direito de governar e de cuidar de si mesmos, pois na loucura são “todos iguais”. Nesse sentido, o poder é uma “positividade” constituída pelos dispositivos disciplinares utilizados nos manicômios. Assim, o sujeito-louco, anormal, é uma constituição do poder disciplinar, ou seja, o sujeito é um efeito do poder.

Tentamos demonstrar, no fragmento selecionado, que práticas sociais e institucionais podem constituir domínios de saber, que fazem aparecer posições-sujeito. Nesse sentido, consideramos a medicina como uma das instâncias com autoridade para

determinar se um sujeito é normal ou anormal, a partir da prática social do controle, da vigilância e do exame, com o objetivo de normalizá-lo.

## CAPÍTULO II – PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO: TOMADA DE UMA MULTIPLICIDADE DE POSIÇÕES-SUJEITO

*Vou voltar  
Quando souber acreditar  
Que há porquê, no quê acreditar.  
Então vou estar pronto pra voltar.  
Vou provar a dor atroz  
Que faz um animal falar  
E vou calar  
Orgulhoso, triunfal,  
Traído, estropiado, sim  
Eu vou voltar  
(Eu vou voltar – Chico Buarque, In: Callabar)*

Nesse capítulo, nos propomos a observar a as práticas de subjetivação que levam a inserção em uma dada posição-sujeito (no caso em questão o sujeito de desrazão ou o sujeito de razão). Para tal, trataremos o *corpus* de análise como uma *escrita de si* a partir da qual emerge sujeito plural, ocupando uma multiplicidade de posições-sujeito. Acreditamos, juntamente com Foucault (1995), que a partir da prática discursiva de constituição do objeto, há uma prática de objetivação do sujeito. Tal postulado nos permite verificar a posição-sujeito de razão que emerge no momento da escrita do relato e, também, as construções identitárias que levam Austrý a assumir a identidade de louco, no momento em que se torna um interno do manicômio, visto que, conforme Foucault (2003, p. 8), “as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos”.

## **2.1. PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA**

*Sim, eu sei de onde eu venho!  
Insatisfeito, como a labareda,  
Ardo para me consumir.  
Aquilo em que toco torna-se luz,  
Carvão aquilo que abandono: sou certamente labareda.  
(Nietzsche (1976), In: A gaia ciência)*

A Análise do Discurso (AD) é uma disciplina que assume teorias que postulam o descentramento da concepção de sujeito empírico. Nesse sentido, nos propomos a tomar como ponto de partida de nossos estudos, os postulados foucaultianos acerca das práticas de subjetivação, que são responsáveis pela inserção do sujeito em uma dada posição, que aponta para uma dada constituição identitária. No que concerne à constituição identitária, ressaltaremos a pertinência aos estudos em AD, de teóricos da sociologia, mais especificamente de Woodward (2007) e Baumam (2005), com o objetivo de demonstrar que a inserção em uma dada posição-sujeito implica assumir uma dada identidade.

### **2.1.1. O SUJEITO E O PODER**

*Todo homem tem direito  
de pensar o que quiser  
Todo homem tem direito  
de amar a quem quiser  
Todo homem tem direito  
de viver como quiser  
Todo homem tem direito  
de morrer quando quiser*

*Direito de viver  
viajar sem passaporte  
Direito de pensar  
de dizer e de escrever  
Direito de viver pela sua própria lei  
Direito de pensar de dizer e de escrever  
Direito de amar,  
Como e com quem ele quiser  
(A Lei – Raul Seixas, In: Raul seixas 2 - Coletânea)*

Nesse momento, voltar-nos-emos aos processos de objetivação e subjetivação, propostos por Foucault (1995), que “transformaram os seres humanos em sujeito”



(FOUCAULT, 1995, p. 236), pois é a partir desses processos que “o sujeito estabelece relações sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si” (GREGOLIN, 2007, p. 9). Assim, pode-se afirmar que o sujeito é uma construção histórica que é reportada a possíveis posições subjetivas, pois o que importa, nessa perspectiva, é a emergência de seus enunciados, que estão diretamente relacionados com quem os enuncia.

As enunciações são responsáveis por legitimar ou não, por permitir ou não que se ocupe uma dada posição-sujeito. Por isso, as modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2004a) evidenciam a pluralidade de posições que o sujeito pode ocupar, posições essas que são reguladas por práticas discursivas. Nesse sentido, o sujeito é uma constante produção no interior da história.

Para Foucault (1995), o sujeito tem acesso a si por meio de um jogo de relações de poderes e saberes. Não se trata de um poder institucional, mas de micro-poderes, disseminados por toda a sociedade, por meio dos quais todos disciplinam a si e aos outros.

Assim, “como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se confrontam, se digladiam, envolvendo-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários” (GREGOLIN, 2007, p. 11). Portanto, as identidades são construções discursivas que emergem dos embates desses *micro-poderes*, diluídos no meio social, que atribuem autoridade para que se fale de uma dada posição, que determina diferenças, separando, segregando um grupo de sujeitos em relação a outro.

Conforme Foucault (1995), os embates, em toda a sociedade, giram em torno da busca pela identidade e, por isso, “a subjetividade diz respeito às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz experiências de si mesmo em um jogo de ‘verdades’” (GREGOLIN, 2007, p. 12), processo que sofre constantes deslocamentos, permitindo a inserção em várias posições-sujeito e possibilitando, dessa forma, a construção identitária.

O trabalho de Foucault (1995) consiste muito mais em analisar o processo de sujeição, o conjunto de obstáculos que antecedem à constituição dos sujeitos. Foucault tenta mostrar, numa postura decididamente não-filosófica, como, a partir de mecanismos sociais complexos que incidem sobre os corpos muito antes de atingirem as consciências, foram-se dando historicamente várias formas de sujeição: nesse sentido, os homens são, antes de mais nada, objetos de poderes, ciências, instituições.

Conforme Foucault (1995) há três formas que transformam os seres humanos em sujeitos, uma vez que, ao mesmo tempo em que o sujeito humano é colocado em

relação de produção e de significação, é, também, inserido em relações de poder, que são bastante complexas:

- Primeira – A da investigação, que busca alcançar o estatuto de ciência, a partir da objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia; ou ainda a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia.
- Segunda – trata da objetivação do sujeito por meio de “práticas divisoras” (FOUCAULT, 1995, p. 231), ou seja, “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 231).
- Terceira – Modo pelo qual um ser humano aprendeu a se reconhecer como sujeito.

Para se compreender as relações de poder, torna-se necessário um estudo dos modos de resistência, que segundo Revel,

o termo "resistência" é precedido, nos trabalhos de Foucault, por um certo número de outras noções encarregadas de exprimir uma certa exterioridade — sempre provisória — no sistema de saber/poder descrito em outros autores: é o caso da "transgressão" (que Foucault empresta de Bataille) e do "exterior" (que Foucault empresta de Blanchot) nos anos 60. Tanto num caso como no outro, trata-se de descrever a maneira pela qual o indivíduo singular, por meio de um procedimento que é, em geral, de escritura (origem do interesse de Foucault por Raymond Roussel, por Jean-Pierre Brisset ou por Pierre Rivière), conseguiu, de maneira voluntária ou fortuita, "escapar" dos dispositivos de identificação, de classificação e de normalização do discurso. Na medida em que não há saber possível sobre objetos impossíveis, esses casos literários "esotéricos", por meio da mobilização de um certo número de procedimentos linguísticos, representam, num primeiro momento, para Foucault, a impossibilidade da objetivação normativa. O abandono, ao mesmo tempo, da literatura como campo privilegiado e da noção mesma de transgressão corresponde, no entanto, à exigência de colocar o problema de maneira geral (isto é, igualmente para as práticas não-discursivas) e não somente no nível da ação individual, mas em função da ação coletiva. O termo resistência aparece, então, a partir dos anos 70 com um sentido bastante diferente daquele que tinha a "transgressão": a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder; assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte. A análise dos vínculos entre as relações de poder e os focos de resistência é realizada por Foucault em termos de estratégia e de tática: cada movimento de um

serve de ponto de apoio para uma contra-otensiva do outro. (REVEL, 2005, p. 74-75)

As relações de poder consistem em se usar as formas de resistências contra as diferentes formas de poder, pois, mais do que analisar o poder do ponto de vista da sua racionalidade interna, consistem em analisar as relações de poder por meio do antagonismo de suas estratégias. Para se entender as relações de poder, é necessário uma investigação das formas de resistência e a busca por dissociar essas relações.

Assim, não é suficiente dizer que existem lutas anti-autoritárias – como a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas – precisamos buscar definir, de maneira precisa, o que elas têm em comum. Nesse sentido, podemos afirmar que essas são lutas transversais, que têm como objetivo os efeitos de poder enquanto tal; são lutas imediatas, pois criticam as instâncias de poder que lhe são mais próximas, não objetivando um “inimigo mor”, mas um inimigo imediato, portanto, são lutas anárquicas; são lutas que questionam o estatuto do indivíduo; fazem oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação, ou seja, são lutas contra o privilégio do saber; todas essas lutas giram em torno da questão: “quem somos nós”? (FOUCAULT, 1995, p. 235). Essas lutas têm como objetivo primeiro atacar uma técnica, uma forma de poder.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua identidade por uma consciência ou autoconhecimento. (FOUCAULT, *op. cit.*, p.235).

Há três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo, aos outros (lutas contra sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão).

A resistência é uma maneira, ou uma tentativa do sujeito de livrar-se, por meio das lutas, dos mecanismos de sujeição. “Todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras consequências de outros processos econômicos e sociais: [...] que determinam a forma de subjetividade”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p.236). Nesse sentido, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com

os mecanismos de exploração e dominação. O poder do Estado, que é uma forma de dominação, é ao mesmo tempo totalizante e individualizante e isso acontece porque o Estado moderno ocidental compôs sua nova forma de política, a partir de uma antiga tecnologia de poder, chamada de poder pastoral, o qual teve origem no cristianismo. A partir dessa organização “postula o princípio de que certos indivíduos podem, por sua qualidade religiosa, servir a outros não como príncipes, magistrados, profetas, adivinhos, benfeitores, mas como pastores” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.237). No entanto, o poder pastoral designa formas muito específicas de poder: é uma forma de poder que objetiva assegurar a salvação individual no outro mundo; não é apenas uma forma de poder que comanda, pois o indivíduo deve estar preparado para se “sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho (FOUCAULT, *op. cit.*, p.237).”; não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante sua vida; não pode ser exercitada sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar seus segredos mais íntimos.

O Estado moderno é uma instituição que se desenvolveu com uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem fazer parte se submeter-se a um grupo de modelos específicos. Ao apropriar-se do modelo do poder pastoral, o Estado não tem como objetivo dirigir o povo para a sua salvação no outro mundo, mas, sim, assegurá-la nesse mundo. As instituições antigas como a família eram igualmente mobilizadas, nessa época, para assumir funções pastorais. “A multiplicação dos objetivos e agentes do poder pastoral enfocava o desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois pólos: um, globalizador e quantitativo, concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.238). Assim, o poder pastoral que por muitos séculos era ligado unicamente a uma instituição religiosa definida, ampliou-se por todo o corpo social; apoiando-se numa diversidade de instituições e diluindo-se em uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria; da educação e dos empregadores.

O poder põe em jogo relações entre os indivíduos, ou entre grupos, assim, podemos dizer que o poder, nos moldes em que Foucault (1995) apresenta, é um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras.

Aquilo que se deve compreender por disciplinarização das sociedades, a partir do século XVIII na Europa, não é, sem dúvida, que os indivíduos que dela fazem parte se tornem cada vez mais obedientes, nem que elas todas comecem a se parecer com casernas, escolas ou prisões; mas que se tentou um ajuste cada vez mais controlado entre as atividades produtivas e as redes

de comunicação<sup>21</sup> e o jogo das relações de poder. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 242) (nota de rodapé inserida por nós)

O exercício de poder é um modo de ação de alguns sobre os outros, portanto, não pode ser confundido com uma simples relação entre parceiros. Portanto, “só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade que se apóia sobre estruturas permanentes” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 242). O modo de ação direta de um sobre os outros é o que define uma relação de poder, que se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis: i) “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce); ii) a abertura de um campo de respostas, reações, efeitos e invenções possíveis.

O exercício de poder não é em si uma violência. É um grupo de ações sobre ações possíveis. Opera sobre o campo de possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos, incitando, induzindo, desviando, facilitando ou tornando mais difícil, ampliando ou limitando, tornando mais ou menos provável, coagindo ou impedindo absolutamente, “mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 240). Assim torna-se pertinente ressaltar que

o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite escapar. [...] A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. (...) no centro da relação de poder, provocando-a incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 244)

As relações de poder estão enraizadas no nexó social. Assim, viver em sociedade é viver uns sobre a ação dos outros. Portanto, uma sociedade “sem relações de poder” é uma sociedade utópica. Para continuarmos pensando as relações de poder, conforme Foucault (*op. cit.*), é necessário que estabeleçamos alguns pontos: há um sistema de diferenciações que permite agir sobre a ação dos outros; aqueles que agem

---

<sup>21</sup> Tomamos comunicação, nos moldes foucaultianos, como a maneira de um indivíduo agir sobre o outro ou os outros.

sobre as ações dos outros têm objetivos definidos; existem modalidades instrumentais; existem formas de institucionalização, que podem ter a forma de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas e uma relativa autonomia funcional; existem graus de racionalização que determinam o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade, que pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado. Portanto, “o exercício de poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou que se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 246- 247) As relações de poder estão sempre enraizadas no conjunto da rede social. E não há relações de poder sem resistência.

Uma relação de poder encontra seu ápice, quando o jogo das relações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis, em que, um dentre os outros pode conduzir de maneira estável a conduta dos outros.

Portanto, o poder se dá sempre a partir das relações, ou seja, por meio da comunicação e de um sujeito agindo diretamente sobre a ação de outro, docilizando-o, disciplinarizando-o. Para Foucault (*op. cit.*) o que interessa são os micro-poderes, as pequenas disputas cotidianas, constitutivas do ser de linguagem.

### **2.1.2. INSERÇÃO NA POSIÇÃO-SUJEITO-LOUCO**

*Se me deixassem escolher livremente,  
Escolheria de bom grado um pequeno lugar,  
Precisamente no meio do paraíso:  
E, melhor ainda – diante da porta.  
(Nietzsche (1976), In: A gaia da ciência)*

Nesse momento nos propomos a estudar um conjunto de enunciados de Austry, recortados em quatro fragmentos, que referendam sua inserção na posição-sujeito de desrazão. Para um princípio de análise utilizaremos os três primeiros fragmentos (F3, F4 e F5), com o objetivo de evidenciar a constituição de Austry como sujeito louco. No quarto fragmento (F6), nos ocuparemos de elucidar como a construção dessa posição-sujeito pode resultar de uma prática de resistência contra os maus tratos e também contra a obrigatoriedade da normalização.

**(F3):**

Os novatos já me chamavam de crônico. Pouco me importava, tinha cigarros. O canto dos malditos não me repudiava mais. [...] Minha vontade não existia mais. Não sentia nada. Era como uma folha seca. Fazia tudo o que me mandavam. “Deita Austrý!” – e eu deitava. “Pula, Austrý!” – e eu pulava. (CARRANO, 2004, p. 117)

**(F4):**

- Eu quero ir para o sanatório.  
Queria sim, e muito, voltar para o sanatório. Lá era meu lugar, um esconderijo perfeito para mim – um louco. [...] Havia me acostumado com aquele lugar. [...] Queria mais era voltar para o meu pavilhão. Sentia que lá era o meu lugar. (CARRANO, *op. cit.*, p. 120)

**(F5):**

E a cada dia, mais e mais estava me fechando em mim mesmo. O ostracismo, suavemente estava me dominando. Como uma chama forte e definitiva, esta era a única coisa que eu sentia, indiferença a tudo. (CARRANO, *op. cit.*, p. 121)

Nesses três fragmentos (F3, F4 e F5) podemos evidenciar a inserção e aceitação de Austrý na posição de louco (e mais que isso, na posição de louco crônico), conforme podemos depreender da afirmação: “Queria sim, e muito, voltar para o sanatório, o que podemos tratar como estratégias de resistência que desenvolveu contra as práticas ali desenvolvidas e o sofrimento por elas desencadeadas. Lá era meu lugar, um esconderijo perfeito para mim – um louco” (CARRANO, *op. cit.*, p. 120). Austrý assumiu essa posição-sujeito devido às relações que estabeleceu sobre si, sobre as coisas e sobre a ação dos outros. Nesse sentido, o sujeito-Austrý é um construto histórico e a posição-sujeito de desrazão que assume é construída subjetivamente, a qual fica evidente a partir de seus enunciados, dizeres e comportamento. Suas enunciações são responsáveis por legitimar e até mesmo permitir que ocupe a posição de louco crônico. Assim, podemos averiguar que as modalidades enunciativas<sup>22</sup>, propostas por Foucault (2004a), cabem perfeitamente como método para a análise do sujeito-Austrý, uma vez que são seus dizeres que evidenciam a pluralidade de posições que esse sujeito ocupa e das quais se constitui. Posições essas que são reguladas por práticas discursivas, no entanto, quando assume a posição do louco, conforme evidencia sua fala, o faz como uma forma de resistência à violência, como uma forma de se proteger dos maus tratos que era submetido. O que evidencia que o sujeito-Austrý é uma produção histórico-discursiva, ou seja, um objeto de seus discursos que estão em embates constantes com o discurso dos outros. Isso fica nítido quando ele afirma sua total submissão ao espaço

---

<sup>22</sup> Tomamos, para esse estudo, como modalidade enunciativa a Escrita de si.

institucional do manicômio, ou seja, um espaço disciplinar: sua subjetividade, nesse momento, é a total sujeição.

Se, conforme Foucault (1995), o sujeito tem acesso a si através de relações de poderes (micro-poderes diluídos em todos os aspectos da sociedade) e saberes (conhecimentos empregados em investimentos táticos, estratégicos, na luta pelo governo da subjetividade), pode-se dizer, também, que é por meio dessas relações que os sujeitos disciplinam a si e aos outros. Nesse viés, evidenciamos, no fragmento número dois, que, por meio das relações de poder e saber, estabelecidas na instituição manicomial, surgem lutas e embates que inscrevem Austrý no dispositivo identitário que permite a docilização de seu corpo, tornando-o um sujeito disciplinado e inserindo-o na posição de louco: “Minha vontade não existia mais. Não sentia nada. Era como uma folha seca. Fazia tudo o que me mandavam. “Deita Austrý!” – e eu deitava. “Pula, Austrý!” – e eu pulava” (CARRANO, *op. cit.*, p. 117). Nesse ínterim, pensamos as identidades como um construto discursivo, que surge a partir dos embates constantes dos micro-poderes. Embates esses que atribuem autoridade para que se fale de determinado lugar e em nome de uma dada verdade, segregando um grupo de sujeitos em relação a outro.

“Lá era meu lugar, um esconderijo perfeito para mim – um louco” (CARRANO, *op. cit.*, p. 120). Se as lutas no meio social giram em torno da busca pela identidade, podemos pensar que aceitar-se e colocar-se na posição do louco é uma prática subjetiva constitutiva de Austrý, por meio da qual faz experiências de si mesmo, sofrendo mutações e deslocamentos de posição-sujeito, permitindo a inserção em uma pluralidade de posições (dentre elas, a posição de louco “crônico”). Tal atitude possibilita sua constituição identitária, pois uma vez que Austrý coloca-se no lugar do louco crônico (que antes repudiava), não se importa, também, que os outros o tratem e o vejam como tal: “Os novatos já me chamavam de crônico” (CARRANO, *op. cit.*, p. 117). Estamos, então, numa perspectiva foucaultiana, mostrando, a partir do fragmento recortado do *corpus*, como os mecanismos sociais atuam sobre os corpos antes mesmo de alcançar consciência do sujeito, atribuindo-lhe, histórico e socialmente, várias maneiras de sujeição, transformando os sujeitos em objetos de poderes, ciências, instituições. No caso de nosso estudo, Austrý foi transformado em um objeto de saber de uma instituição manicomial e de uma instância médica; teve o seu corpo disciplinarizado e marcado por um ‘tratamento’ médico, que o levou a posicionar-se efetivamente como um crônico. Assim, podemos dizer, conforme Foucault (1995), que



Austry objetivou-se como louco a partir de “práticas divisoras”, que segregam o sujeito em relação aos outros, objetivando-o.

No caso de Austry, a intensidade da força empregada por esse investimento de poder transformou-o em um objeto, também, no sentido de ser um ente quase inanimado, que preferia refugiar-se no ostracismo, tomando tal atitude como forma de resistência ao sofrimento e à violência que lhe eram impostos, conforme podemos evidenciar no fragmento que segue:

**(F6):**

Alguns crônicos me rodearam, indo direto aos meus cigarros. Sentia-me bem, estava entre iguais. Ninguém me cobrava nem me criticava. Cada qual com seus problemas e o seu próprio mundo. Eu também estava criando o meu próprio mundo. Entendia agora os que ficavam no canto dos malditos. Fugiram das cobranças, das satisfações, das obrigações, da normalidade. O todo eram eles, o ponto sobre o qual tudo gritava. Intocáveis frente a tudo e a todos. Não se machucavam mais.

Eu não queria ser machucado. Como um bloqueio mental, uma autodefesa, só pensava: “chega de sofrer”. [...] Entregava-me suavemente a essa autodefesa de minha mente: não vou mais sofrer. Como num acidente, quando a dor é muito forte, a mente anestesia o corpo, assim, talvez, o grande pavor que tinha nas primeiras aplicações de eletrochoque fosse o elo para envolver-me num invólucro, protegendo-me do sofrimento. Este elo, na minha mente, levava-me a buscar um manto para proteger-me da violência... nada mais me atingiria, nem mesmo o eletrochoque... me fecharia a tudo. (CARRANO, *op. cit.*, p. 121)

Uma vez interno no manicômio e percebendo que as tentativas para resistir às práticas que lhe eram impostas não funcionavam, pois a instituição já as conhecia de antemão e tinha sempre uma fórmula para seu esquadramento (como por exemplo, o interno que estava muito nervoso e causando problemas disciplinares, recebia uma injeção de Haloperidol<sup>23</sup>, direto nos nervos). Restava a Austry, então, buscar uma outra forma de resistência. Pensando nisso, podemos verificar, no *corpus* em estudo e, em

---

<sup>23</sup> O haloperidol é um fármaco utilizado pela medicina como neuroléptico, pertencente ao grupo das butirofenonas. Pode utilizado também para o controle de agitação, agressividade, estados maníacos, psicose esteróidea e para tratar adistúrbio de Gilles La Tourette. Foi desenvolvido em 1957 pela companhia belga Janssen Farmacêutica e submetido ao primeiro teste clínico na Bélgica no mesmo ano. Foi aprovado para uso pelo Food and Drug Administration em 12 de abril de 1967. O haloperidol tem como mecanismo de ação o bloqueio seletivo do sistema nervoso central, atingindo por competição os receptores dopaminérgicos pós-sinápticos. É, portanto, um bloqueador do receptor D2 da dopamina. O aumento da troca de dopaminas no cérebro produz o efeito antipsicótico. O pró-fármaco decanoato de haloperidol, libera lentamente o haloperidol de seu veículo. Em consequência do bloqueio dos receptores de dopamina ocorrem efeitos motores extrapiramidais no paciente. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/haloperidol>; em 10/out/2009, às 12:30

especial, no fragmento recortado, como prática discursiva de resistência, a inserção na posição de louco crônico, uma vez que a fecundidade de saberes emergentes de um processo de resistência incide historicamente sobre as práticas discursivas, a partir das quais se inscreve um sujeito de resistência. Assim, pensamos a tomada de posição-sujeito de desrazão como uma prática de resistência contra a normatização e o sofrimento que lhe eram impostos no interior da instituição manicomial e dos quais não conseguiu livrar-se, mesmo quando voltou para casa, após o período da primeira internação (Intocáveis frente a tudo e a todos. Não se machucavam mais. Eu não queria ser machucado. Como um bloqueio mental, uma autodefesa, só pensava: “chega de sofrer”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 121).

Conforme já dito anteriormente, exercício de poder é um modo de um sujeito agir sobre um outro ou vários outros sujeitos ativos, uma vez que as relações de poder pressupõem uma ação sobre outra ação. Não há poder sem resistência, que é o modo como o indivíduo conseguiu, de maneira voluntária ou não, "escapar" dos dispositivos de identificação, de classificação e de normalização do discurso. No caso do fragmento que estamos analisando, podemos dizer que Austry não queria mais ser normal, não queria ser cobrado por suas atitudes e, principalmente, não queria mais sofrer e nem lutar para sair do sanatório e voltar a viver. Estava “feliz” com o mundo que criara para si e estando entre os crônicos sentia-se “bem, estava entre iguais”. (CARRANO, *op. cit.*, p. 121)

O exercício de poder se estende por toda a sociedade, assumindo formas institucionais e mesmo corporais concretas de técnicas de dominação. Esse poder atinge aquilo que é o mais concreto na vida de um indivíduo: seu corpo – “Como num acidente, quando a dor é muito forte, a mente anestesia o corpo, assim, talvez, o grande pavor que tinha nas primeiras aplicações de eletrochoque fosse o elo para envolver-me num invólucro, protegendo-me do sofrimento” (CARRANO, *op. cit.*, p.121). Esse poder atravessa o corpo, estruturando-o como meio e fim, com um detalhamento tão minucioso que o alcança até no nível dos gestos, das atitudes, dos comportamentos, dos modos de falar, de estar, de ser. Portanto, Austry, posicionando-se como louco crônico, estava inserindo-se, por meio de práticas discursivas, em uma forma de resistência contra a normalidade, que padronizava a sociedade dita normal, mas também contra as violências e o desrespeito impostos no interior do manicômio, como prática de disciplinarização.

Poder é luta, afrontamento, relação de força. Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele é exercido na disputa, na luta e no caso do fragmento recortado do *corpus*, podemos afirmar que havia uma luta para sobreviver, uma luta contra a dor que lhe era imposta, tanto no âmbito físico como no aspecto psíquico. As engrenagens do poder têm na instituição psiquiátrica palco ideal para sua atuação. Médicos e enfermeiros, enquanto encarregados por manter a disciplina, tomam os internos a sua revelia, docilizando seus corpos e suas mentes, pois conforme afirma Roberto Machado:

o poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – seu corpo – e se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou subpoder; há procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. (IN: FOUCAULT, 1986, p. XII)

Austry objetiva-se como louco por meio de “práticas divisoras”, que no interior das relações de poder estabelecem divisões entre o que é normal e o que é anormal. No caso do sujeito que estamos estudando, sua inserção na posição-sujeito louco se deu por uma delimitação familiar, pelo menos em um primeiro momento, pois foi segregado pela família que dizia que ele era um viciado em drogas, portanto um sujeito anormal, que merecia cuidados médicos. Uma vez internado na instituição psiquiátrica, sofrendo abusos e maus tratos, sem conseguir convencer a família sobre a maneira que se dava o seu ‘tratamento’, cria sua própria maneira de resistir, de lutar, mesmo que por meio de uma luta velada, precisava livrar-se da dor (“Entregava-me suavemente a essa autodefesa de minha mente: não vou mais sofrer”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 121).

Se há poder necessariamente há resistência, que pode tanto gerar relações de poder quanto surgir por meio delas. A relação de poder de que estamos tratando se dá entre Austry e a instituição manicomial. Austry luta contra a instituição, que o submete a formas de sujeição, subjetivação e submissão. Resistia, por meio da luta, aos mecanismos de sujeição, que não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. No sanatório, as relações de poder se estabeleciam por uma espécie de “poder pastoral”, uma forma de poder que se ocupava de cada indivíduo em particular, tentando alcançar, por meio de cada um, o grupo como um todo, exercendo-se por meio da exploração da mente e da alma dos sujeitos. Todos ali eram tratados da mesma forma, independentemente do seu diagnóstico

(medicamentos sem exames prévios e de maneira excessiva, eletrochoques etc.). O objetivo era a normatização a qualquer preço, mesmo que isso custasse, em definitivo a sanidade dos sujeitos ali internados (“O todo eram eles, o ponto sobre o qual tudo gritava. Intocáveis frente a tudo e a todos”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 121) E a maneira que buscavam para resistir a essa relação de poder era o “ostracismo”, que surgia como a possibilidade de reação aos efeitos dessa normatização (Eu também estava criando o meu próprio mundo.) (CARRANO, *op. cit.*, p. 121).

“Entendia agora os que ficavam no canto dos malditos. Fugiram das cobranças, das satisfações, das obrigações, da normalidade”. (CARRANO, *op. cit.*, p. 121). Nesse enunciado, é possível evidenciar a existência de um sistema de diferenciações que permite a um agir sobre a ação dos outros. Assim, os médicos e enfermeiros, quando agem sobre as ações dos loucos, têm objetivos definidos, ou seja, buscar a normalização, por meio de medicamentos e eletrochoques, utilizados como modalidades instrumentais para se alcançar o objetivo.

O sanatório se apresenta como uma forma de institucionalização que tem a forma de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos (muros altos, pátio cercado, solitária e, fora de seus muros, um belo e bem cuidado jardim para que os pacientes possam receber suas visitas), seus regulamentos próprios (como por exemplo, o fato do interno só receber visitas após quinze dias de internação, ou da prescrição médica ser feita a partir de uma ficha que era preenchida por alguém da família), suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas (médicos, enfermeiros, loucos, loucos crônicos) e uma relativa autonomia funcional (ninguém jamais questionava as práticas exercidas naquele lugar). Os procedimentos ali executados não são do conhecimento de todos, apenas quem tem acesso ao interior do manicômio sabe o que se passa ali. Portanto, o exercício de poder se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados, que estão sempre enraizadas no conjunto da rede social. Assim, na relação que se estabelece entre louco e manicômio, há sempre resistência e há sempre a tentativa da instituição de se sobressair nessa relação, agindo diretamente sobre as ações dos internos, docilizando-os, disciplinarizando-os.

O que percebemos é que as práticas de resistência são esquadrihadas no interior do manicômio, por isso, reiteramos a tomada da posição de louco crônico como uma forma de resistência velada, a partir da qual o sujeito busca se proteger da dor e do sofrimento. Gostaríamos de esclarecer, ainda, que não estamos afirmando que essa

tomada de posição-sujeito dependa única e exclusivamente do desejo do sujeito em análise. O que estamos afirmando é que esgotadas as tentativas para convencer aos familiares sobre as práticas médicas no interior da instituição, percebendo que todas as tentativas de resistir falhavam, restou a Austrí, para proteger-se da dor, aceitar-se e inserir-se na posição de crônico (Este elo, na minha mente, levava-me a buscar um manto para proteger-me da violência... nada mais me atingiria, nem mesmo o eletrochoque... me fecharia a tudo) (CARRANO, *op. cit.*, p. 121).

### 2.1.3. O CORPO E O GOVERNO DE SI

O corpo fala...  
Cala minha pele,  
Move meus olhos.  
O corpo é um texto  
Da tessitura do desejo.  
O corpo é fogo,  
É jogo  
Do inconsciente...  
O corpo sente...  
Sente...  
O corpo  
Lê o outro,  
Fecha-se.  
Abre-se.  
Entrelinhas e além,  
Denotação da alma.  
O corpo é uma rosa.  
Branca pétala macia.  
O corpo é simetria.  
O corpo é  
O verbo calado.  
É a gramática  
Silenciosa.  
O corpo é  
A poesia em prosa.  
(Karla Bardanza)

Retirado de: <http://www.docstoc.com/docs/5844978/O-CORPO-FALA---Poemas---Poemas-e-Cartas---Luso->

Poemas

Para Foucault (2004d), a disciplina tanto incentiva comportamentos positivos quanto serve como ferramenta para o adestramento e a docilização dos corpos que ocupam os espaços sociais. Nesse sentido, o “cuidado de si” (Foucault, 2006b) apareceria como uma tentativa de evidenciar a importância de conhecer a si mesmo para governar-se, pois apenas o indivíduo que governa a si tem condições para exercer o governo do outro.

Para tratar da noção de cuidado de si, abordada por Foucault (2006b), consideramos relevante relacioná-la à noção de corpo, tratada por esse mesmo autor e difundida em algumas de suas obras. Tentaremos, nesse primeiro momento, expor algumas relações entre corpo e poder disciplinar, pois acreditamos que a objetivação do indivíduo em sujeito, só é possível pelo “caminho” do corpo, ou seja, é também por meio da disciplinarização e docilização dos “corpos” – superfície de disciplinamento e governo de si – que o sujeito se constitui.

As práticas de subjetivação, tratadas por Foucault, relacionam-se a uma noção de corpo, uma vez que esses estão submetidos às técnicas de poder presentes em toda a sociedade, atreladas a dispositivos políticos (da sexualidade, pedagógicos, religiosos etc.), mas que têm maior evidência/ visibilidade em instituições como as escolas, os hospitais, as prisões e outras. Nesse sentido, tentaremos demonstrar e analisar os embates e duelos de um corpo com outros corpos, tentando compreender os mecanismos históricos de continuidades e rupturas vivenciadas por esse corpo em sua constituição enquanto suporte discursivo.

Os processos de subjetivação e objetivação dos seres humanos em sujeitos só podem ser compreendidos como mecanismos sociais, formas de percepção e inserção constantes para o exercício de relações de poder. Foucault (1986) tratou o corpo como uma superfície para o exercício de relações de poder, “caminho” para a subjetivação, uma vez que acreditava que as relações sociais e culturais são impressas no corpo.

Os processos de subjetivação, por meio de relações poder-saber atuam sobre o corpo do indivíduo por meio de técnicas e tecnologias. Poder-se-ia falar em disciplinamento e governo do corpo, uma vez que a disciplina tem como objetivo tornar o corpo dócil. E com base em tecnologias disciplinares, constrói-se uma “anatomia política” para melhor competência do corpo, diretamente ligada ao enquadramento e esquadramento. Portanto, podemos depreender que o poder disciplinar produz-se a partir de um tipo de exercício sobre o corpo enquanto superfície sobre a qual se

constituem discursividades. Nesse ínterim, podemos pensar que aquele sujeito que não se submete ou apresenta certa resistência às práticas disciplinares a que está inserido, será, em nome de uma dada normatização e moralização, submetido à punição, pois aqueles que não respeitam o “contrato social” (os anormais: o monstro, o indisciplinado) devem ser punidos. Com o fim das técnicas de suplício como método de punição, no final do século XIX, passa-se de uma punição física sobre os corpos para um controle do corpo por meio de leis sociais, mecânicas, pedagógicas e medicinais, o que demonstra que as práticas de punição não são responsabilidade de um “sujeito da ação”, mas das relações de poder que subscrevem o “pacto social”. Foucault (2004d), referindo-se as práticas de punição, argumenta que os castigos sempre tiveram como objeto o corpo, com a intenção de controlar suas forças. Por meio de várias estratégias, com múltiplas origens, o corpo está inserido em um campo político, no qual “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2004d, p. 28).

O corpo está atrelado a formas de atuação, a mecanismos de controle, a formas “econômicas” de usá-lo e pensá-lo, afinal, há uma complexidade de rituais a ser seguida, uma eficiência a cumprir. A criação de economias e tecnologias políticas sobre os corpos se faz necessária para a constituição de “corpos dóceis”. E, a partir do momento em que se deixou de usar as técnicas de suplício, o corpo deixa de ser o objeto por excelência. Nesse momento, o objetivo das práticas disciplinares, por intermédio de discursos emergentes das ciências sociais (psiquiatria, antropologia criminal etc.), é dar centralidade sobre a alma dos indivíduos, que serão punidos “não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser” (FOUCAULT, 2004d, p. 22). Serão punidos por suas “desordens”, anormalidades ou patologias.

Foucault (2006b), na *História da sexualidade I*, trata das possibilidades de resistência às técnicas de disciplinarização por intermédio dos processos de hermenêutica e de governo de si (biopoder), os quais têm como caminho de atuação, assim como o poder disciplinar, o corpo. Na biopolítica, leva-se em consideração a necessidade do sujeito – que embora continue sofrendo a atuação de práticas de disciplinarização – de discursivisar sobre si mesmo para, com o objetivo de conhecer a si mesmo para melhor governar-se.

Foucault (2002) mostra como, no século XVI, o governo do corpo era exercido, sobretudo, por técnicas religiosas. No entanto, durante os séculos XVII, XVIII

e XIX, outros dispositivos – como a medicina, a psiquiatria e a jurisprudência – ganharam campo, destituindo, em boa parte, o poder das instituições religiosas. Contudo, algumas técnicas com “origens” em dispositivos religiosos, como por exemplo, a confissão, foram reelaboradas e empregadas como mecanismos utilizados para o governo de si e dos outros. Foucault (2006b) tratou a confissão como uma das técnicas relevantes para a expansão de tecnologias de biopoder e para o controle dos corpos, pois, por meio da confissão, os desejos e prazeres do indivíduo poderiam ser solicitados, conhecidos, medidos e, conseqüentemente, regulados e normatizados. Nesse ínterim,

coloca-se um imperativo acerca da confissão: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, se todo o seu desejo, um discurso. Se for possível, nada deve escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas (FOUCAULT, 2006b, p. 24).

Na esteira da confissão, o exame também é usado como dispositivo para a subjetivação e a objetivação do indivíduo em sujeito. O exame atuaria por intermédio de normas institucionais e morais, levando o indivíduo a medir, a partir de um parâmetro dado *a priori*, seus próprios pensamentos e atitudes, contudo, o exame pode também ser aplicado sobre o indivíduo por uma instância institucionalizada, em nome de uma dada auto normalização e moralização.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidade errantes ou improdutivas mas, na realidade, funciona como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abraça por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução. Confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente, e o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX. Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as *perpétuas espirais* de poder e prazer. (FOUCAULT, 2006b, p.45)

Diante desse quadro (o do biopoder) pensado por Foucault (1986), o corpo, assim como o sujeito, adquire certo controle sobre si e, conseqüentemente, sobre os



outros, deixando de ser tratado apenas como assujeitado às técnicas de poder instauradas socialmente.

Nessa perspectiva, podemos pensar que Foucault (1986) colocou o corpo e os processos de subjetivação em um campo de luta entre o controle exercido pelo poder disciplinar e as resistências que emerge de uma dada posição-sujeito a esses mecanismos de controle.

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!' A cada movimento de um dos adversários corresponde o movimento do outro. É preciso aceitar o indefinido da luta (FOUCAULT, 1986, p. 147).

O corpo, para Foucault (1986), na perspectiva em que desenvolvemos nesse estudo, é uma problematização entre “o que é o corpo” em sua materialidade física e “o que se diz e se faz com o corpo” historicamente. E, é da relação entre discurso-história-memória que emerge sua materialidade e importância como suporte de discursos, como espaço no/do qual emergem práticas de subjetivação e mecanismos de normatização constitutivos de posições-sujeito.

#### **2.1.4. O CORPO FALA**

*Nem pela alma e nem pelo espírito, eis o que me lançava ao passar,  
Cada rumo de fuligem corporal,  
e tudo aquilo é o mundo de antes, eis o que me dizia cada batimento.*

*É o corpo que subsistirá,*

*Sem espírito,  
O espírito é o doente.*

*(Antonin Artaud, In: Melhores contos de loucura)*

Foucault (1986) trata o corpo como suporte discursivo e lugar onde ocorrem embates, lutas travadas por meio de relações de poder e de saber que se articulam estrategicamente na história, produzindo posições subjetivas e campos de regularidade

discursiva. Estamos pensando o corpo, conforme Foucault (1986), como realidade bio-política, "interpenetrada de história" (FOUCAULT, 1986, p. 146) e suporte sobre o qual incidem e constroem-se uma vasta gama de enunciados. Pensando nisso, selecionamos para a análise um recorte em que Austray discute acerca das “verdades” instauradas por meio dos discursos sobre o seu corpo (e de tantos outros jovens, naquele momento histórico). Acreditamos, portanto, que o corpo é uma peça dentro de um jogo de confrontos em toda rede social, o que o torna depositário de “marcas” (discursos) que nele se inscrevem, de acordo com as efetividades destes entraves.

**(F7):**

Os anos 70 foram também marcados pela tortura da polícia brasileira. Barbarizavam, pois o famigerado AI-5<sup>24</sup> lhes garantia essas atividades. Torturavam, desapareciam com pessoas, tudo em nome da Lei, chegando ao ponto das atitudes desses carrascos ultrapassarem as barreiras nacionais. Os jovens, os cabeludos maconheiros, como éramos denominados por uma sociedade dirigida a pensar como os ditadores desejavam, eram alvo de todas as atenções. Os dirigentes-ditadores, inteligentemente, desviavam a atenção da sociedade em nossa direção. Enchiam os jornais de manchetes como "Maconheiro cabeludo estupra menor", "Maconheiros cabeludos assaltam para comprar drogas"... e outras manchetes desse gênero. Criavam na população aversão a qualquer jovem que usasse cabelos compridos. Fomos assim perseguidos não só por policiais, mas também discriminados e repudiados até por nossos familiares. (CARRANO, *op. cit.*, p. 48-49) (nota nossa)

Essas idéias sobre os “cabeludos, maconheiros, como éramos denominados por uma sociedade dirigida a pensar como os ditadores desejavam” (CARRANO, *op. cit.*, p. 48-49), se propagavam nas instituições, buscando a disciplinarização do corpo por meio de seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e aparência, o que dá mostras da capacidade de penetração do íntimo da vida cotidiana dos sujeitos, ditando regras para a normatização e, assim, produzindo o que Foucault entende por corpo dócil.

---

<sup>24</sup> Tomamos o AI5 como o contexto histórico imediato, como uma condição de produção dos discursos naquele momento. O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Redigido pelo ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva em 13 de dezembro de 1968, o ato veio em represália à decisão da Câmara dos Deputados, que se negara a conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro. Mas o decreto também vinha na esteira de ações e declarações pelas quais a classe política fortaleceu a chamada linha dura do regime militar. O Ato Institucional Número Cinco, ou AI-5, foi o instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano.

Fonte: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>  
Acesso em: 05/out /2009.

Dessa forma, a sociedade disciplinar, além de organizar o espaço e controlar o tempo, exerce uma vigilância constante sobre os corpos. A vigilância, conforme Foucault (2004d), se dá pelo modelo do Panóptico: o sujeito é constantemente observado por Instituições; seus atos são cuidadosamente analisados e, a partir disto, produz-se saberes que determinam o padrão da normalidade ou, dito de outra forma, produz-se o sujeito controlável, dócil (e, enfim útil), diante da dispersão das possibilidades. E aqueles que fogem às normas pré-estabelecidas são tidos como anomalias, “monstros”, “marginais” à sociedade.

Em se tratando do contexto da ditadura, com o qual estamos lidando no recorte em análise, o observamos como uma organização social cujos olhares são treinados para a vigilância mútua, como uma estrutura governamental em que ocorre o adestramento dos corpos pelos gestos e olhares. Acreditamos ainda que, durante esse período, o controle foi recrudescido em favor de uma amplificação do poder ordinariamente exercido pelo Estado sobre o indivíduo: a estrutura panóptica, aliada à suspensão dos direitos civis, nesse momento histórico, teve por objetivo (re)conduzir a sociedade brasileira à “Ordem” estabelecida (burguesa) para o “Progresso” na direção desejada. Na dimensão estatal, o objetivo era sufocar e se possível extinguir as forças contrárias ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que num plano mais totalizante da história, havia o “fantasma do Comunismo”. O acirramento da violência do Estado para com os sujeitos da sociedade civil produziu esta realidade que observamos com o exemplo visto na análise, fazendo com que as normas fossem cumpridas a qualquer custo (“Os anos 70 foram também marcados pela tortura da polícia brasileira. Barbarizavam, pois o famigerado AI-5 lhes garantia essas atividades. Torturavam, desapareciam com pessoas, tudo em nome da Lei...” - CARRANO, *op. cit.*, p. 48). Nesse ínterim, o sujeito não é “outro” do poder, ao contrário, é um dos seus principais efeitos.

“Os dirigentes-ditadores, inteligentemente, desviavam a atenção da sociedade em nossa direção” (CARRANO, *op. cit.*, p. 48) como o intuito de culpá-los pela “desordem” ou, ao menos, colocá-los como o foco da preocupação social. Para tanto, utilizou-se do registro contínuo de acontecimentos, hábitos e atitudes enquanto “saber”, divulgado e constituído como “verdade” por diferentes meios de circulação (“Enchiam os jornais de manchetes como "Maconheiro cabeludo estupra menor", "Maconheiros cabeludos assaltam para comprar drogas"... e outras manchetes desse gênero. Criavam na população aversão a qualquer jovem que usasse cabelos compridos.” - CARRANO, *op. cit.*, p. 48-49).

A disciplina implica, pois, essa produção de discursos, de hábitos e atitudes que permitem, ao mesmo tempo em que produz um saber, exercer poder. Este, no modelo disciplinar, busca adestrar os indivíduos em suas ações para que seja possível controlá-los, visando efeitos de normalização, de docilização dos corpos, tentando, por meio disso, exterminar qualquer prática de resistência.

Frente a esse investimento que se faz sobre a vida dos sujeitos, é necessário torná-los objetos de saber e de discursos para seu melhor gerenciamento. É o chamado “biopoder” que então entra em jogo para a produção de uma sociedade que coloca o “cabeludo maconheiro” como o anormal, como aquele que dever ser corrigido (“Fomos assim perseguidos não só por policiais, mas também discriminados e repudiados até por nossos familiares” CARRANO, *op. cit.*, p. 49).

A emergência do poder disciplinar enquanto dispositivo de controle está ligada indelevelmente às formações histórico-discursivas a partir das quais os enunciados se tornam possíveis. Sendo assim, história, memória e rede discursiva, engendrados, tornaram possível a existência de um dispositivo que age para a produção de práticas discursivas que, por sua vez, operam para a docilização (e posterior utilização) dos corpos.

Contudo, há sempre, por mais que se tente exterminar, a resistência que, no caso do trecho em questão, se manifesta sintomaticamente no próprio corpo de Austrý, principal alvo do tipo exercício de poder em questão. Ele é o suporte dos discursos de resistência, pois Austrý, assim como vários outros adolescentes, não segue a normalização imposta pela ditadura (com relação a roupas, cabelos, uso de entorpecentes), subjetivando-se como sujeito de resistência por meio dos discursos inscritos e observáveis em seu corpo.

Nos anos 60 e 70, auge da ditadura militar no Brasil, os discursos de resistência, desses sujeitos cabeludos, marginalizados, “era gritado em músicas, em *slogans* de amor, vencendo as armas, as torturas e os canhões<sup>25</sup>” (CARRANO, *op. cit.*, p. 69). Portanto, podemos afirmar que os acontecimentos discursivos, os enunciados e as práticas de resistência funcionam como práticas responsáveis pelas mutações e movências históricas. Por conseguinte, o corpo funciona como uma linha de resistência às práticas

---

<sup>25</sup> Sobre o movimento de resistência da “Contracultura”, a qual foi responsável por agregar, entre outros signos, as marcas que Austrý ostentava como forma de resistir à velha ordem, ver a tese de doutorado **Vivendo a Sociedade Alternativa: Raul Seixas no Panorama da Contracultura Jovem**, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP em 2006 por Luís Alberto Boscato.

que lhe são impostas e, mais ainda, como possibilidade do indivíduo conhecer e governar a si mesmo.

Essa ambivalência entre o corpo docilizado pelos mecanismos de poder e o corpo como suporte para práticas de resistência, pode ser historicamente observada, tendo como elemento forte e dinâmico as formas de subjetivação e as práticas de si. Essas práticas permitem transformar o próprio modo de ser, de cuidar de si, permitindo ao sujeito que ele tenha condições de governar a si mesmo, opondo-se (ou não) a normalização imposta pelas instituições sociais.

### 2.1.5. CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA

*Acho que alguém aqui pirou.  
Eu ando desconfiado que esse cara sou eu.  
Às vezes acho que eu não produzo nada.  
Às vezes, eu sei, eu viajei errado.  
Às vezes eu acho que sou um excluído  
Do paraíso.  
Às vezes acho que o centro do universo  
Está no meu umbigo.  
[...]  
Acho que alguém aqui pirou.  
Eu ando desconfiado que esse cara sou eu.  
(Tia Nastácia, In: Criança louca)*

Pensando que as práticas de subjetivação levam à inserção em uma posição-sujeito, que, por sua vez, implica uma constituição identitária, passaremos, nesse momento, ao conceito de identidade, apontado por Woodward (2007).

A identidade é um conceito complexo e que está em constante movência e deslocamento. É nessa perspectiva que Woodward (2007) pensa a produção identitária a partir dos sistemas de representação aos quais está vinculada, que também estão em constante mutação. A constituição identitária se dá por práticas que produzem significado e envolvem relações de poder, “incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2007, p 17). Nesse sentido, a identidade é moldada pelo sistema sócio-cultural em que o sujeito se insere, esse sistema também é responsável por impor uma (ou outra) identidade a cada sujeito.

Atentemo-nos, ainda, para o fato de que não se deve negar que a identidade tenha um passado, mas é preciso “reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre constantes modificações” (WOODWARD, 2007, p.

28), dependendo do olhar que se lança sobre ele. Assim, como a identidade não é fixa e o passado não é fixo, os significados também não o são, de forma que há sempre uma outra perspectiva acerca dos fatos, dos discursos e dos posicionamentos dos sujeitos. Esses deslocamentos são reflexos de movências que ocorrem no interior da sociedade, uma vez que “não têm um núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros” (WOODWARD, *op. cit.*, p. 29), que são produtores de processos de identificação que se constroem pela posição que o sujeito ocupa na enunciação. Os sujeitos são posicionados – e também se posicionam – de acordo com os “contextos” nos quais se inserem e interagem.

A identidade é um fator relevante de mobilização política, pois, assim como os discursos são separados, selecionados e segregados no interior da sociedade, o mesmo ocorre com as identidades, as quais serão responsáveis por indicar se um sujeito pertence a um grupo de favorecidos, de oprimidos ou até marginalizados. Contudo, há uma impossibilidade de se pensar essa separação a partir de uma divisão de classes, a divisão vai muito além disso, discriminando, por exemplo, a razão da desrazão.

A política de identidade tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, ao colocar em jogo identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas “fora da história” ou que têm ocupado espaços às margens da sociedade. (WOODWARD, *op. cit.*, p. 40) (grifos da autora)

Nessa perspectiva, a construção identitária se dá pela marcação da diferença, que ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos, quanto por meio de formas de exclusão social. Portanto, a identidade depende da diferença para ser constituída, diferença que é estabelecida por sistemas classificatórios: “um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/ eles; eu/ outro”. (WOODWARD, *op. cit.*, p. 40). A diferença é o que separa as identidades, diferenciando-as, estabelecendo uma oposição entre “nós” e “eles”.

Pensando o descentramento das constituições identitárias, ocupar uma posição-sujeito não é uma questão de livre escolha pessoal e consciente: “somos, na verdade, recrutados para aquela posição ao reconhecê-la por meio de um sistema de representação. O investimento que dela fazemos é, igualmente, um elemento central desse processo. Os sujeitos são, também, recrutados e produzidos” (WOODWARD, *op.*

*cit.*, p. 41), nos contextos sociais em que se inserem. Nesse sentido, Bauman (2005) afirma que “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. (BAUMAN, 2005, p. 19)

Ainda conforme Bauman (2005),

o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda vida, são bastante negociáveis e renováveis e as decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras, a idéia de ter uma identidade não ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, *op. cit.*, p. 17- 18)

Assim, nessa época “líquido-moderna” (BAUMAN, 2005, p. 16) em que estamos inseridos, o mundo está partido em fragmentos mal coordenados, enquanto as existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. Portanto, Austrý, assim como qualquer outro sujeito discursivo, é portador de uma identidade fragmentada, ou melhor, constitui-se por uma multiplicidade de processos de identificações, dentre eles, torna-se evidente, no relato em que estamos tomando como objeto de análise, um processo de identificação com louco contrapondo-se, concomitantemente, com a busca de uma identidade de razão.

#### **2.1.6. LOUCO: QUE IDENTIDADE É ESSA?**

*E você ainda me pergunta  
aonde é que eu quero chegar,  
se há tantos caminhos na vida  
e pouquíssima esperança no ar?  
(Caminhos – Raul Seixas, In: Raul Seixas 1 – Coletânea )*

Pensando nos processos de objetivação e subjetivação, propostos por Foucault (1995), e nos processos de constituição identitária, analisaremos mais um fragmento recortado do *corpus* de estudo. Trata-se de um enunciado que emerge de uma conversa entre Austrý e Rogério, no interior do manicômio, onde foi internado pela primeira vez.

**(F8):**

- Você tá sonhando. O meu caso pra eles é o mesmo que o seu, somos os dois viciados! Ninguém escuta você, você é um viciado e está enlouquecendo por falta de drogas. Isso é o que representa sua figura para eles e a sua família. Você tá doente, ficando louco e... a louco, ninguém dá ouvidos! Nós não temos nem esse direito. Se você se matar para que o ouçam, irão dizer que se matou porque tava louco [...] (CARRANO, *op. cit.*, p. 72)

Esse fragmento recortado do *corpus* é uma enunciação de Rogério, em que contrapõe-se a afirmativa de Austrý acerca das diferenças entre os dois sujeitos – "Mas o seu caso é outro, você é realmente viciado" (CARRANO, *op. cit.*, p. 72) – marcando simbolicamente um processo de identificação com a loucura, o qual é constitutivo da identidade do sujeito naquela determinada posição. Percebe-se que essa marcação simbólica é um meio pelo qual se atribuem sentidos às práticas e relações sociais, responsáveis por determinar a inserção ou exclusão de um sujeito em uma dada "ordem do discurso". Nesse sentido, o louco é excluído das práticas sociais, não tem direito a voz, não é ouvido, é interditado, impedido de se inserir nas práticas discursivas dos sujeitos-normais.

"Você tá sonhando. O meu caso pra eles é o mesmo que o seu [...]" (CARRANO, *op. cit.*, p. 72). Há, nesse enunciado, a representação de um sistema simbólico, a partir do qual a identidade é construída de maneira relacional, uma vez que depende de algo exterior a ele, ou seja, depende de aspectos sociais e de outras identidades, que, embora diferenciadas, oferecem condições para o sujeito ocupar uma posição-sujeito que estabelece seus próprios processos de identificação na enunciação.

As identidades são fabricadas por meio de marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/ eles; eu/ outro. (WOODWARD, 2007 p. 40)

Essa diferença é sustentada pelos processos de exclusão, pois o sujeito, no hospício, não pode ser normal, é louco e "a louco, ninguém dá ouvidos". O sujeito-louco tem sua identidade marcada simbolicamente e constituída por meio da exclusão/interdição de seus discursos.



Conforme Foucault (2006a), é a interdição que revela a ligação do discurso com o desejo e o poder, pois não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo e em qualquer circunstância e, também, não se pode dizer qualquer coisa. Nesse sentido, o discurso do louco é interdito – “Nós não temos nem esse direito...” (CARRANO, *op. cit.*, p. 72) –, pois sua voz não é ouvida, seus gritos e murmúrios são silenciados, apagados, destituídos de valor. Então, a interdição revela a ligação do discurso com o desejo e o poder. Além disso, deve-se ressaltar que a interdição está sempre presente nos discursos que, as interdições que o atingem desvelam o lugar que cada sujeito tem o “direito” de ocupar.

No recorte em análise, podemos evidenciar que o louco é aquele cujo discurso é impedido de circular: suas palavras são consideradas nulas, seus desejos são menosprezados. Há, então, uma prática de subjetivação que se revela a partir de um domínio de memória. Conforme Foucault (2004a), domínio de memória

trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação ao qual se estabelecem laços de filiação, gênese, formação, continuidade e descontinuidade histórica. (FOUCAULT, 2004a, p. 64)

Tal prática de subjetivação está estreitamente ligada ao domínio de memória e pode ser evidenciada no seguinte trecho do *corpus*, no qual o pai e o irmão falam, a partir do domínio de memória que têm sobre quem e, principalmente, sobre um lugar socialmente autorizado – estamos pensando aqui no modo como a verdade se constrói, pois o médico, falando historicamente, tem o direito de determinar quem é louco ou não, quem é viciado ou não etc. –, acerca do médico que vem “tratando” Austrý:

**(F9):**

\_ O Dr. Alaor Guimont é um dos melhores psiquiatras do Paraná. Se não me engano, ele tem até livros publicados. Tudo que ele fizer é para teu bem, Austrý! Disse meu irmão, com mais de dez anos de diferença da minha idade, conselheiro da família.

(...)

\_ Esse médico tem mais de quarenta anos de profissão. Com o que falamos pra ele de você, já sabe o tipo de tratamento que vai aplicar. Ele é muito experiente e competente. (CARRANO, *op. cit.*, p.102)

Observando F9, podemos constatar que aquele que tem direito a voz, ou melhor, que entra na ordem da autoridade discursiva, tem seus discursos tomados como

verdades absolutas e inquestionáveis, mesmo quando suas reais atitudes são incoerentes com a teoria que pregam.

Bem, voltemos ao F8. Em seu discurso, Rogério revela saberes sociais acerca do sujeito-louco, retomando uma memória social, constituindo um efeito-sujeito que, a partir de suas experiências no interior do hospital psiquiátrico e das experiências anteriores a esse espaço, constitui sua subjetividade.

Podemos mencionar, também, um dispositivo de poder, que está no interior de um campo de historicidade, que insere o sujeito em uma dada posição – no caso em questão, na posição do louco. Ao ser interditado, o sujeito-louco é destituído de poder, seus saberes sobre si mesmo não são considerados, subtraem dele as relações de força que se estabelecem enquanto saberes; há uma exclusão de seus dizeres e de seus corpos, que são amontoados em manicômios, livrando, assim, a sociedade “normal” do mau estar de seu convívio.

Os procedimentos de exclusão são historicamente constituídos e carregados de poder, dispositivo que separa o que é verdadeiro do que é falso. Essa separação se dá a partir de uma posição-sujeito. Portanto, a verdade é relativa a uma posição-sujeito e aquele discurso que fere o princípio norteador dessa verdade é excluído, por isso o louco não tem espaço no social, pois seus discursos ferem os princípios que determinam a “verdade”. Os enunciados de um sujeito, inscrito em um dado lugar social, são responsáveis por essa separação e, no estudo em questão, tomamos como autorizados pela imposição de uma dada verdade – a de que um sujeito é ou não louco – a família e a instituição manicomial.

Observando F8 e F9 pudemos constatar a instauração de duas verdades distintas acerca do médico responsável pelo tratamento naquele manicômio. Essas verdades emergem devido a ocupação de duas posições-sujeito também distintas. Para Rogério, que ocupava a posição-sujeito interno, a verdade sobre o médico e o tratamento se construía a partir das práticas instauradas sobre seu próprio corpo e discursos. Para a família, que acreditava estar fazendo o melhor para o seu ente, a verdade se construía por meio de discursos socialmente convencionais, que levavam em consideração os títulos, as publicações e os discursos que circulavam, colocando o discurso médico em um lugar autorizado para tratar o paciente, da maneira que fosse necessário. Nesse ínterim, percebemos uma vez mais a relatividade da “verdade” em função da posição que o sujeito ocupa.

## 2.2. RELATO AUTOBIOGRÁFICO E FUNÇÃO- AUTOR

*Escrevo só com a mão,  
Mas o pé quer sem cessar escrever também.  
Sólido, livre e corajoso quer fazer isso,  
Ora através dos campos, ora sobre o papel.  
(Nietzsche (1976), In: A gaia da ciência))*

Tomaremos como referencial teórico acerca da autobiografia os postulados de Pierre Bourdieu (2000), que coadunam com as formulações teóricas de Foucault (1979) no que concerne à função autor. Conforme Bourdieu (2000),

o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada. (BOURDIEU, 2000, p. 184) (grifos do autor)

O relato autobiográfico tem por princípio norteador uma tentativa de dar sentido, de estabelecer uma lógica, ao mesmo tempo em que produzem um efeito de retrospectiva e prospectiva, uma constância, estabelecendo relações entre os estados sucessivos, assim formulados como etapas de um desenvolvimento necessário. Para Bourdieu, há um esforço para selecionar acontecimentos significativos, produzindo entre eles certa coerência, levando a uma criação de sentido, numa exaustiva busca da ‘verdade’ dos fatos ocorridos: “Produzir uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência (...). (BOURDIEU , 2000, p. 185)

Faz-se necessário ressaltar que, conforme Bourdieu, a realidade é descontínua, não pode ser totalmente apreendida a partir da escrita, contudo, embora se trate de uma realidade fragmentada, o sujeito, ao escrever sobre si, constitui-se identitária e subjetivamente a partir de seus enunciados. Nesse sentido, o sujeito discursivo é incapaz de justapor elementos discursivos de acordo com sua vontade e razão, incapaz, também, de apreender acontecimentos factuais; pois, na emergência dos enunciados há o imprevisto, o desproposital, o aleatório e, assim, a

identidade prática somente se entrega à intuição na inesgotável série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste talvez em tentar recuperá-la na unidade de um relato totalizante (como autorizam a fazê-lo as diferentes formas, mais ou menos institucionalizadas, do “falar de si”, confiança, etc.). (BOURDIEU, 2000, p. 186) (grifos do autor)

Nessa perspectiva, podemos pensar que, nos grupos sociais, há uma tentativa de identificar como ‘normal’ uma identidade entendida como constante em si mesma, então, o sujeito seria um ser previsível, pontual, com uma história bem construída a partir de uma linearidade, o que possibilitaria uma totalização e uma unificação do seu eu.

Paremos para pensar por alguns momentos: é possível uma unificação do eu? O sujeito é sempre previsível? As ações são simetricamente calculadas? O sujeito tem controle sobre seus escritos, sobre seus dizeres? Há uma maneira de tornar a história de um sujeito um acontecimento factual e retomá-lo por meio dos discursos?

Conforme Foucault (1986), sabe-se que não se trata de colocar tudo num mesmo plano, não se trata de pontuar um acontecimento factual tomando-o como verdade,

mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1986, p. 5)

É necessário, portanto, se livrar do sujeito fundante e alcançar uma análise que aponte “a constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 7). Deve-se considerar, então, uma “história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 7).

Nesse sentido, deve-se pensar em uma destituição de designadores rígidos, que, conforme aponta Bourdieu (2000), no meio social, levam o sujeito à ilusão de totalização do eu. Dentre os designadores rígidos, o nome próprio é o de maior impacto, pois “é a forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos de instituição: a nomeação e classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, no fluxo das realidades biológicas e sociais” (BOURDIEU, 2000, p. 184). Contudo, o nome próprio não pode veicular nenhuma

informação e nem tão pouco descrever nenhuma característica sobre aquilo que nomeia, uma vez que o que ele designa são conjuntos de propriedades biológicas e sociais, em constantes movências. Assim, o nome próprio apenas designaria a identidade de um sujeito, como individualidade socialmente constituída, por meio de uma abstração desfundada. Nessa perspectiva, “o nome próprio é o suporte daquilo que chamamos de estado civil, isto é, desse conjunto de propriedades ligadas à pessoa às quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que instituem, sob a aparência de constatá-las, as certidões de estado civil” (BOURDIEU, *op. cit.*, p. 188).

Pensando ainda na impossibilidade de se tratar o nome próprio como um designador identitário rígido, deter-nos-emos, nesse momento, especificamente no que se refere à produção escrita. Segundo Foucault (1992), embora o nome do autor de um dado texto seja um nome próprio, não está atrelado propriamente a um indivíduo (sujeito empírico), do qual o discurso emergiu, mas a um discurso com estatuto específico, numa dada cultura e história, que o torna provido de uma atribuição de autoria. Portanto, a noção de autoria é uma função discursiva, característica da rede histórica e social de emergência dos enunciados.

Se por um lado, a função-autor não é o resultado da atribuição de um discurso a um indivíduo, mas de uma operação complexa que tem por efeito um ser constituído a partir de regras determinadas, por outro lado, o autor, não é apenas o efeito de uma construção, mas é, também, definido pelos próprios textos que apontam para uma pluralidade, ou seja, para várias posições-sujeito. Pensar na função-autor, portanto, leva a uma observação apurada acerca do sujeito e de sua constituição, considerando a função-autor como uma particularização da função sujeito.

Pensando nessa discussão sobre autobiografia e função autor, precisamos reiterar que pretendemos considerar o *corpus* de análise não como uma escrita autobiográfica, uma vez que os escritos de Bourdieu (2000) permitem-nos pensar em algo distinto do que se costuma tratar como autobiografia, pois aborda o ato de escrever como uma tentativa de retomar ou de reconstruir acontecimentos vividos. Assim, nos deslocaremos do que se costuma chamar de autobiografia e trataremos o *corpus* como uma escrita de si (conforme Foucault, 1983) – teoria essa que será discutida no próximo tópico.

### 2.3. A ESCRITA DE SI

*Sem inspiração para escrever,  
Sem motivação para falar da vida,  
Quero me soltar, quero falar,  
Deixa-me sorrir, deixa-me cantar...*

*Versos sem nexos, sem ação,  
To mesmo perdido, um tanto abatido.  
Preciso de luz, não consigo pensar,  
Nada me vem à cabeça, só o vazio... Esqueça.*

*Pobre de mim? Não penso assim.  
Pobre de ti? Ah, isso é...  
Não vai entender o que se passou,  
Porque hoje com certeza sem inspiração estou...  
(Anderson Abreu)*

Retirado de: <http://www.worldartfriends.com/modules/publisher/article.php?storyid=12634>

No volume V dos Ditos e Escritos, o texto intitulado *A escrita de si*, no qual Foucault (1983) trata a escrita como um procedimento de emergência de subjetivação, sendo, assim, constitutiva de uma posição-sujeito, uma vez “que a escritura substitui o olhar dos companheiros de ascese: enrubescendo tanto por escrever quanto por sermos vistos” (FOUCAULT, 1983, p. 144).

Nesse sentido, *a escrita de si* aparece como um atenuante aos perigos e dissabores da solidão, emerge como um olhar possível sobre o que se fez ou o que se pensou, pautando-se como uma reflexão, o que possibilita a emergência de uma outra posição-sujeito. O ato de escrever acerca de si desempenha o papel de um companheiro, suscitando uma categoria sujeito que emerge pela linguagem e por práticas discursivas. Acerca disso, Foucault propõe duas analogias:

- *primeira analogia* – o caderno de notas será, para quem vive na solidão, o que os outros são para quem vive em práticas de devoção e penitência.
- *segunda analogia* – refere à prática da devoção e da penitência como um trabalho que não se relaciona apenas com os atos ou acontecimentos factuais, referindo-se, mais precisamente, ao pensamento: “o constrangimento que a presença de outro exerce na ordem da conduta, a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma; nesse sentido, ela tem um papel muito próximo ao da confissão” (FOUCAULT, 1983, p. 145)

Essas analogias permitem observar o papel da escrita na cultura filosófica antes do cristianismo, que era o de estabelecer uma estreita ligação com a comparação de um companheiro, ou seja, funcionava como um outro, com o qual o sujeito estabelecia relações, constituindo-se. Esse argumento será bastante questionado por Foucault (1983), que pensa *a escrita de si* como uma tentativa de captar o já dito, reunindo o que se pôde ouvir ou ler, com uma finalidade de constituir-se a si mesmo.

Foucault (*op. cit.*) contra argumenta também os textos de Epícteto, nos quais a escrita de si aparece associada à “meditação”, como uma possibilidade de se exercitar o pensamento sobre si mesmo, reativando o que se sabe, refletindo sobre esses saberes, assimilando-os e, assim, se preparando para encarar o real.

Mas percebe-se também que a escrita está associada ao exercício do pensamento de duas maneiras diferentes. Uma toma a forma de uma série linear; vai da meditação à atividade da escrita e desta ao *gummazein*, quer dizer, ao adestramento na situação real e à experiência. A outra é circular, à meditação precede notas, que permitem a releitura, que por sua vez, revigora a meditação. (...) a escrita constitui um papel essencial no processo para o qual tende toda a *askêsis*: ou seja, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. (...) ela é a operadora da verdade em *êthos*. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 147) (grifos do autor)

A *escrita de si* era praticada de diferentes maneiras e uma delas é por meio de um *hupomnêmata*, que eram tratados como livros de vida, que serviam como guias de conduta, constituindo uma memória material dos fatos vividos, lidos, ouvidos ou pensados. Nesse sentido, eram tratados “como um tesouro acumulado para a releitura e meditação posteriores” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 147). Tinham como principal objetivo substituir falhas de memória, constituindo um material para se exercitar, constantemente, a leitura, a releitura, a meditação, a conversa consigo mesmo e com os outros, tornando-se um equipamento de “discursos auxiliares, capazes de levantar eles mesmos a voz e de fazer calar as paixões como um dono que, com uma palavra, acalma o rosar dos cães” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 148).

A escrita dos *hupomnêmata* é uma atividade relevante para a prática de subjetivação dos discursos. Embora sejam escritas pessoais, não devem ser tratadas como diários ou como narrativas de experiências espirituais, pois não são narrativas de si mesmo. Realizam um movimento contrário ao do diário, pois não se trata de uma tentativa de alcançar o indizível, ou de revelar as verdades escondidas, ao contrário disso, é uma tentativa de reunir, agrupar o que se pode ouvir ou ler, com o objetivo de

constituir-se, assumindo uma posição-sujeito. A finalidade do *hupomnêmata* é “fazer do recolhimento do logos fragmentário e transmitido pelo ensino, pela escuta ou pela leitura, um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo mesmo tão adequada e perfeita quanto possível” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 149).

A contribuição da escrita do *hupomnêmata* para a formação de si se dá, principalmente, por três fatores: “os efeitos de limitação devido à junção da escrita com a leitura, a prática regrada do disparate que determina a escolha e a apropriação que ela efetua” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 149). A *prática de si*, além de estabelecer essa estreita relação com a escrita, implica, também, a leitura, dada à impossibilidade de se escrever a partir de si mesmo e de se estabelecer para si princípios racionais indispensáveis para se conduzir.

Quando se passa incessantemente de livro a livro, sem jamais se deter, sem retornar de tempos em tempos à colméia com sua provisão de néctar, sem, conseqüentemente tomar notas, nem organizar para si mesmo, por escrito, um tesouro de leitura, arrisca-se a não reter nada, a se dispersar em pensamentos diversos, e a se esquecer de si mesmo. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 150)

A escrita dos *hupomnêmata* é uma tentativa de reflexão sobre acontecimentos passados, desviando a mente e a alma de preocupações com o futuro. Assim, os *hupomnêmata* caracterizam-se como uma caderneta de notas, que é determinada por dois princípios: “a verdade local da sentença” e “seu valor circunstancial de uso”. Nesse sentido, a escrita dos *hupomnêmata* é tomada como um exercício feito por si e para si, tomando um efeito de verdade, ou seja, “uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 151).

Pensando nisso, podemos associar a escrita à leitura para a constituição de um corpo, o “próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida ‘em forças e em sangue’”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 152). Para o desenvolvimento das análises, assumiremos a concepção de que escrever é colocar-se em evidência, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto, é constituir-se a si mesmo, ocupar-se de si mesmo.

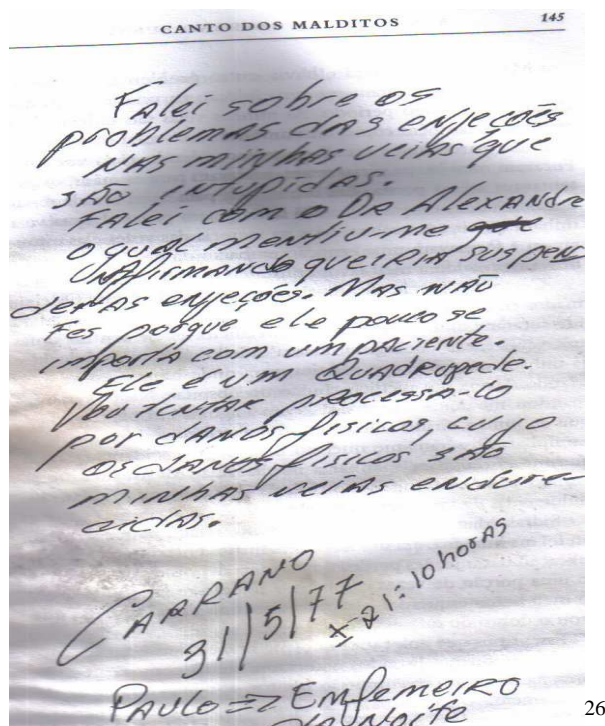


### 2.3.1. AUSTRY CONSTITUINDO-SE COMO SUJEITO POR MEIO DA ESCRITA DE SI

*É preciso fingir!  
Quem é que não finge nesse mundo?  
Quem?  
É preciso dizer que está bem disposto.  
É preciso dizer que não está com fome.  
É preciso dizer que não está com dor de dente.  
É preciso dizer que não está com medo,  
senão não dá!  
Não dá...  
Nenhum médico jamais me disse que a fome e a pobreza podem levar ao  
distúrbio mental,  
mas quem não come fica nervoso,  
quem não come e vê seus parentes sem comer pode chegar à loucura.  
Um desgosto pode levar à loucura,  
uma morte na família,  
o abandono do grande amor...  
A gente até precisa fingir que é louco sendo louco...  
Fingir que é poeta sendo poeta...  
(Transcrição da fala de um dos personagens do filme *Bicho de Sete Cabeças*)*

Conforme já dissemos anteriormente, tomamos o *corpus* em estudo como uma escrita de si, por meio da qual é possível evidenciar a tomada de posições-sujeito. Nesse momento, nos propomos a analisar alguns fragmentos recortados do *corpus*. A partir do (F10), demonstraremos a inserção de Austry na posição-sujeito de desrazão, por meio da escrita de si, durante o período de suas internações. Para tal, utilizaremos uma página do diário que escreveu durante sua última estadia no hospital psiquiátrico. Os demais fragmentos serão recortados com o objetivo de evidenciar a posição-sujeito de razão que emerge no momento da escrita do relato autobiográfico que tomamos como *corpus* de análise.

(F10):



(CARRANO, *op. cit.*, p. 145)

A partir dos enunciados em F10, podemos depreender o alto grau de sedação em que Austry se encontrava, uma vez que sua escrita está fragmentada, rasurada, confusa, representando a própria confusão de seus pensamentos (o que corrobora para a comprovação da “verdade” dos enunciados que afirmam sua loucura e sobre a necessidade de seu tratamento, pois a escrita comprometida, aos olhos do outro, é a comprovação da sua anormalidade).

Percebemos, também, que o enunciado constitui um utilitário na estratégia para lembrar-se de fatos relevantes que aconteciam no interior da instituição psiquiátrica em que estava internado, caso a memória ‘vacilasse’, em função do excesso de medicamentos, do tratamento com eletrochoques, etc. Evidenciamos, também, que essa página de diário, que tomamos para a análise neste momento, trata-se de uma

---

<sup>26</sup> Falei sobre os problemas das enjeções nas minhas veias que são intupidas. Falei com o Dr Alexandre o qual mentiu-me afirmando que iria suspender as enjeções. Mas não fes porque ele pouco se importa com um paciente. Ele é um quadrúpede. Vou tentar processa-lo por danos físicos, cujo os danos físicos são minhas veias endurecidas. **CARRANO** – 31/05/77 + ou – 21=10 horas. **Paulo** → **enfermeiro da noite**

escrita anti-institucional, da qual emerge um sujeito que se encontra no limite entre razão e desrazão, pois no manicômio, quem não ‘é louco torna-se’.

A escrita do diário, durante o momento da internação, configura-se como um discurso de si, uma maneira de constituir-se como sujeito, como uma forma de olhar para si, para conhecer a si. Contudo, traz à tona, também, discursos sobre as relações de poder e saber que se estabeleciam no sanatório. Evidencia uma posição sujeito de desrazão, que não dava direito à voz para esse sujeito, não permitia que fosse ouvido, seus dizeres tornavam-se nulos, desprovidos de significado e principalmente do valor de verdade para o meio social (“o Dr Alexandre o qual mentiu-me / Vou tentar processá-lo”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 145)

Sabemos que a escrita de si, conforme Foucault (1983), surgiu como forma de um exercício sobre si, numa tentativa de alcançar um ‘modo de ser’, portanto, Austrý, ao escrever sobre si, busca operar uma transformação no julgamento acerca da verdade institucional e também acerca do louco e da loucura. Ao escrever, Austrý conjugou elementos dispersos e fragmentados que remetem a ele mesmo (“minhas veias que são intupidas [...] mentiu-me [...] Vou tentar processá-lo por danos físicos, cujo os danos físicos são minhas veias endurecidas.”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 145)

No momento da escrita de seu diário, Austrý encontrava-se sob efeito de medicamentos, eletrochoques, além dos traumas causados pelas internações à sua revelia. No sanatório, os medicamentos eram usados com o intuito de controlar os internos e não de curá-los (“mentiu-me afirmando que iria suspender as enjeções. Mas não fes porque ele pouco se importa com um paciente”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 145). Essa instituição, portanto, opera nos internos uma desconstrução de si. E é na luta por conservar a si mesmo que Austrý escreve sobre si. Nesse sentido, a escrita de si funciona como uma reação ao processo de institucionalização e disciplinarização, como um método para manter a si mesmo e, ainda resgatar algo que se perdeu com o avassalador ‘tratamento’.

O diário funcionaria para Austrý como uma maneira para buscar a unidade da sua consciência, sua privacidade, uma vez que seus escritos eram guardados escondidos, longe do alcance de médicos e enfermeiros. Por meio dessa tentativa de rememorar e de constituir-se enquanto unidade, a escrita de si possibilita um exercício pessoal, exercício que também atenua a solidão (daquele que, em meio a tantos outros, não consegue se fazer ouvir, que sua voz ecoa como o silêncio, como o vazio), uma vez que, para Foucault (1983, p.131), a escrita de si “atenua os perigos da solidão: dá ao

que se viu ou pensou um olhar possível; o fato de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro”.

O enunciado que estamos analisando é um escrito produzido durante a última internação de Austrý, por meio do qual realizou uma *reconstituição de si* que incluiu a reflexão sobre a prática da internação de indivíduos que acolhiam em si variados rótulos por não encaixar-se, ou não se comportarem, de uma maneira que fosse aceitável aos padrões sociais. Demonstra, também, uma reflexão acerca do descaso e negligência médica com relação aos internos (“ele pouco se importa com um paciente. Ele é um quadrúpede”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 145). Nesse sentido ganha *status* de documento anti-institucional acerca da instituição psiquiátrica da época, em que passou por inúmeras internações em diversos hospitais, inclusive em Estados diferentes, sofrendo maltratos, abandono, etc.

O diário de Austrý surge como uma maneira de confessar-se<sup>27</sup>, de trazer a tona seus desejos (*Vou tentar processa-lo por danos físicos*), medos e anseios, pois, conforme Foucault (2006b),

a confissão libera, o poder reduz ao silêncio; a verdade não pertence à ordem do poder mas tem um parentesco originário com a liberdade: eis aí alguns temas tradicionais da filosofia que uma “história política da verdade” deveria resolver, mostrando que nem a verdade é livre por natureza nem o erro é servo: que sua produção é inteiramente infiltrada pelas relações de poder. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 69). (grifos do autor)

A escrita do diário é uma tentativa de Austrý para manter sua sobriedade, sua lucidez e faz parte da busca de uma identidade outra, que tem experiência da dor, do sofrimento, que vivenciou crueldades e aprendeu a sobreviver; isso fica claro quando ele escreve seu sobrenome (Carrano) e data a página em que escreveu (31/05/77), tentando especificar inclusive a hora (+ ou – 21=10 horas) em que executou a escrita.

Nesse fragmento pudemos evidenciar a escrita de si, operacionalizando para a constituição de Austrý enquanto sujeito discursivo. Não podemos deixar de considerar, também, que a escrita de si funciona como uma maneira de registrar, de arquivar aquilo que ele sente a necessidade de se lembrar posteriormente, como, por exemplo, o nome do enfermeiro que ‘cuidava’ dos internos no período da noite (“Paulo: enfermeiro da noite”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 145).

---

<sup>27</sup> “As motivações e os efeitos dela esperados se diversificam, assim como as formas que toma: interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas ou cartas, que são consignados, transcritos, reunidos em fichários, publicados e comentados”. (FOUCAULT, 2006b, p. 72)

Passaremos agora a análise de outros fragmentos, que utilizaremos para evidenciar uma tomada de posição de um sujeito de razão, durante a escrita do relato (*Canto dos malditos*). Nosso intuito, neste momento, é o de evidenciar a constituição de um sujeito, por meio da escrita de si, que faz reflexões acerca da sua vida antes das internações e, também, sobre o período em que esteve internado, tentando evidenciar a dor e o sofrimento vivenciados, buscando, por meio de seu relato, inserir-se em um lugar social que lhe foi tirado quando foi ‘trancafiado’ no manicômio.

**(F11):**

Mas eu jamais imaginava o que me aguardava... (CARRANO, 2004, p. 49)

**(F12):**

Jamais sonharia aonde os caminhos da minha adolescência me levariam. Algo que supus acontecer apenas em filmes americanos de terror aconteceu. (CARRANO, *op. cit.*, p. 52)

**(F13):**

Ele tinha razão. De alguma maneira eu iria sair daquele lugar. Foi meu passaporte para a liberdade. Naquela mesma semana meus pais me tiraram. (CARRANO, *op. cit.*, p. 160)

O relato que tomamos como *corpus* reflete uma busca do sujeito de fazer-se ouvir, pois, enquanto interno, não era ouvido. Tomamos a escrita do relato como prática pertinente ao cuidado de si, em que se destacam trechos dedicados ao relato das atividades cotidianas, incluindo comentários e informações sobre o corpo, a saúde, as sensações físicas, os sentimentos dos internos do hospital psiquiátrico e, sobretudo, os seus próprios sentimentos e a degradação de seu corpo (incluindo-se aspectos físicos e psíquicos). Considerar e dar atenção ao corpo e à saúde física faz parte do ato de cuidar de si mesmo, o que expressava uma concepção de unidade indivisível do ser. Concepção essa que era abandonada e desprezada pela instituição manicomial e que Austrý tenta resgatar por meio de sua escrita.

F11 (“Mas eu jamais imaginava o que me aguardava...”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 49) é o enunciado que finaliza o capítulo um do relato que tomamos como *corpus*. Nesse capítulo o sujeito discursivo descreve como foi a sua vida antes da primeira internação. Evidencia fatos que demonstram que ele era um adolescente diferente, que se deliciava com a liberdade, mas que valorizava seus estudos, tendo o sonho de um futuro próspero, em que teria uma profissão e seria feliz. Contudo, seu amor pela vida era compreendido como rebeldia. Era observado e tratado pela família como um sujeito que não se encaixava na ordem discursiva da sociedade e, devido à escassez de diálogo

com seus entes próximos, agravou-se a situação de conflito de entendimento de suas atitudes. Em meio a tudo o que vivenciava, Austrý percebia o silêncio dos pais com relação a seus atos, mas nunca imaginava a atitude que a família tomaria, por considerá-lo um viciado, para (re)inserir-lo na ordem social (como se isso fosse possível por meio do internamento no manicômio). Sendo assim, enxergamos neste fragmento que a escrita funciona como um meio para colocar-se em evidência, ocupando-se de si mesmo, numa tentativa de compreender os rumos e os tortuosos caminhos que sua vida tomou.

Em F12 (“Jamais sonharia aonde os caminhos da minha adolescência me levariam. Algo que supus acontecer apenas em filmes americanos de terror aconteceu”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 52), Austrý inicia o segundo capítulo do relato, no qual destaca a maneira como a família o ludibriou para levá-lo até o manicômio, além de evidenciar as torturas, mascaradas como forma de ‘tratamento’, que vivenciou naquele lugar. Esse enunciado, assim como a rede de enunciados que estamos abordando, é uma forma de auto-representação que abarca memórias de sua vida, constituindo um outro espaço de investigação histórica, uma outra possibilidade de cuidar de si e uma maneira de se oferecer ao seu olhar por meio do que lhe é dito sobre si mesmo.

A escrita de si reserva a Austrý o direito de discursar sobre sua identidade, buscando uma posição-sujeito de razão e inserindo-se nela por meio de suas enunciações, demonstrando sua verdade acerca dos acontecimentos que o levaram a ocupar, a contragosto, aquela posição-sujeito de desrazão. Nesse sentido, podemos notar a partir da escrita do relato, em termos de constituição identitária, um sujeito, assim como qualquer outro, em constante transformação, e que se encontra mergulhado numa realidade provisória e cambiante. Percebemos, também, que o sujeito discursivo constitui-se assim em um sujeito racional por meio de seus enunciados (conforme podemos observar em F14: “a aversão aos cabeludos era tão forte que, às vezes, éramos agredidos, provocados e humilhados pelas pessoas. Era a política autoritária e desonesta praticada nos anos de ditadura.” – CARRANO, *op. cit.*, p. 49), que o levará a fazer da escritura um lugar de encontro consigo mesmo.

O exercício da escrita é, nesse caso, um meio para o sujeito discursivo se conhecer e se transformar na medida em que produz o seu relato. Nessa perspectiva, o exercício da linguagem constitui um instrumento fundamental para construir enunciados que se prestem ao questionamento acerca de si, do seu lugar social e, sobretudo, dos mecanismos de controle e interdição utilizados pela sociedade para segregar o sujeito

dito anormal. Essa escrita que plana sobre as vozes do passado, sugere um processo de criação de si, alcançado por meio da escrita e da (re)elaboração dos sofrimentos vivenciados durante a adolescência e – principalmente – no período das internações. O ato de escrever, registrar, além de ser uma ferramenta relevante para a construção de si mesmo, servia também para mostrar-se ao outro, deixar-se ver como se é (ou como se imagina ser), bem como marcar presença e permitir que o outro lhe conhecesse interiormente.

Dessa forma, a partir de sua escrita, Austrý parece ter rompido com a condição de extrema exclusão em que se encontrava no passado, tendo se constituído em uma outra posição-sujeito (sujeito de razão). É a partir de uma prática de subjetivação, exercida por meio da escrita e da escavação da memória, que ocorre a emergência dessa posição-sujeito. Ela “devolve” a Austrý o direito à voz, o que permite que ele retome (ou encontre pra si) um lugar social que lhe foi arrancado, quando foi “jogado” no hospício. Austrý, por meio de sua escrita, demonstra ser um sujeito que tem uma opinião própria sobre a política e tudo o que vivenciou.

Isso não significa, porém, que os pais o colocaram no hospício apenas para livrar-se dele, mas que o fizeram porque o saber social que os constituía determinava que aquele que fuma maconha é louco, “doidão” e deve receber tratamento médico-psiquiátrico, bem como ser retirado do convívio social, pois não é normal. Aquele que fuma maconha, usa cabelos longos, roupas sem o devido “asseio”, necessita uma atenção médica, pois é preciso “devolver-lhe” à razão, é necessário que ele aprenda a obedecer as regras.

Uma vez recuperado o direito à voz, ele se compõe como contestador da “verdade”, imposta pelos governantes da época em que era adolescente e foi segregado, separado da sociedade em nome da preservação de regras e imposições que ele não obedecia. Ou seja, levanta questionamentos sobre o período da ditadura em F15 (“Era a política autoritária e desonesta praticada nos anos da ditadura.” – CARRANO, *op. cit.*, p. 62). O poder disciplinar, recrudescido no período da ditadura, induzia a população a pensar e a observar as pessoas com os olhos dos governantes, tomando como verdadeiros os discursos que obedeciam à ordem discursiva representativa daquela posição-sujeito.

Voltando ao tema inicial da análise que ora desenvolvemos, observamos, nesse fragmento, uma tentativa de reflexão sobre os acontecimentos passados e sobre a maneira como esses acontecimentos corroboraram para a sua constituição e tomada de diferentes posições-sujeito, conforme podemos evidenciar em:

**(F16):**

foi durante os quinze anos do famigerado AI-5 que nós, cabeludos maconheiros, lutamos e nos rebelamos contra esse artigo mesquinho, que tantas vítimas fez. Foram quinze anos de tortura e sangue, sendo que a maior parcela fomos nós, os jovens cabeludos maconheiros, que pagamos à sociedade livre, mas não justa, de hoje. (CARRANO, *op. cit.*, p.48)

Assim, pudemos concluir, a partir da análise dos fragmentos selecionados, que a escrita de si, como prática de subjetivação, permite a emergência de posições-sujeito constitutivas do sujeito Austry. Além disso, evidenciamos que a escrita de si é uma técnica utilizada pelo sujeito, com o intuito de (re)organizar suas lembranças, questionar-se sobre suas incertezas e, principalmente, apontar seu ponto de vista acerca dos acontecimentos que vivenciou.



### CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO E ESPAÇOS HETEROTÓPICOS

*Detesto tanto seguir como conduzir.  
Obedecer? Não! E governar, nunca!  
Aquele que não é terrível para si, não incute  
terror a ninguém,  
E só aquele que inspira terror pode comandar os  
outros.  
Já detesto guiar-me a mim próprio!  
Gosto, como os animais das florestas e dos  
mares,  
De me perder durante um bom tempo,  
Acocorar-me, sonhando, em desertos  
encantadores,  
De me chamar a mim mesmo, por fim, de longe,  
E de me seduzir a mim mesmo.  
(Nietzsche (1976), In: A gaia da ciência)*

O presente capítulo tem como objetivo verificar, no *corpus* de estudo, o funcionamento do pressuposto foucaultiano de que os discursos do louco são interditados, separados, rejeitados e disciplinarizados, em nome de uma ordem discursiva que dita o que é verdadeiro e o que é falso, o que normal e o que é anormal. Nesse sentido, o louco perde o direito à voz, à busca por uma identidade. Seu corpo é docilizado e o louco é tratado, pela sociedade “dita normal”, como ‘lixo humano’, sendo amontoado e segregado no interior de instituições psiquiátricas.

Pretendemos analisar, também, neste capítulo, o espaço institucional do manicômio e, em especial, o espaço que surge no interior dos sanatórios, no qual há a interdição no interior da interdição, denominado por Austry como o “*canto dos malditos*”. Para tal abordaremos esses espaços segundo o postulado foucaultiano das heterotopias. É nesse sentido que pensamos o espaço dos sanatórios como um espaço de exclusão, do qual emergem exclusões outras.

Consideramos o manicômio um espaço de interdição, pois os sujeitos ali inseridos perdem o direito à voz e o direito de se expressar. Nesse sentido, estamos considerando o manicômio como um espaço de interdição e o canto dos malditos, espaço situado no interior do manicômio, como lugar do qual emerge mais uma interdição, pois dentre os internos, que já são excluídos pela sociedade, há ainda aqueles, “os do canto” que são excluídos pelos próprios internos, médicos e enfermeiros.

### **3.1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO: INTERDIÇÃO/SEPARAÇÃO/REJEIÇÃO DO DISCURSO DO LOUCO**

*Acabei de dar um check-up geral na situação,  
o que me levou a reler "Alice no País das Maravilhas".  
Acabei de tomar meu Kilindrox,  
meu discomel e outras pílulas mais.  
Duas horas da manhã recebo nos peito  
um Ploct-Plux 25.  
E vou dormir quase em paz.  
E a chuva promete não deixar vestígio...  
E a chuva promete não deixar vestígio...  
E a chuva promete não deixar vestígio...*

*(Check-Up (Censurada) – Raul Seixas, In: Raul Seixas2 – Coletânea)*

Partindo do pressuposto de que a loucura é um objeto constituído discursivamente, seguiremos, ainda, o percurso traçado por Foucault (2006a) para demonstrar que o dizer do louco é interdito, impedido de circular por práticas discursivas, separado e rejeitado nas/ pelas práticas discursivas. Há, nesse sentido, uma separação entre o discurso da razão e o da desrazão.

Foucault (2006a) parte do princípio de que, na sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento, esquivar sua materialidade. Pode-se, então, dizer que, “ao mesmo tempo em que nossa sociedade venera o discurso, tem por ele uma espécie de temor” (GREGOLIN, 2004, p. 97)

Em *A ordem do discurso* (2006a), Foucault divide os procedimentos de controle do discurso em três grandes grupos, que se caracterizam por mecanismos discursivos que têm como efeito a exclusão (procedimentos externos de controle do discurso), a sujeição (procedimentos internos de controle do discurso) e a rarefação (imposição de regras aos sujeitos do discurso).

Um dos procedimentos externos de controle do discurso que nos interessa é a interdição, “que revela a ligação do discurso com o desejo e o poder, pois não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo e em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 2006a, p. 9). A interdição se manifesta de três maneiras distintas, que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma teia complexa e em constante processo de mutação. São elas: i) tabu do objeto – nem tudo pode ser dito em qualquer momento; ii) ritual da circunstância – existem certos rituais que determinam o comportamento dos sujeitos nele inseridos, como, por exemplo, um ritual religioso ou

um julgamento; iii) direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala – nem sempre estamos autorizados a falar sobre determinados assuntos. Nessa perspectiva, pode-se pensar nos discursos sobre a sexualidade ou sobre a política, pois esses discursos são “o lugar no qual aparecem os mais temíveis poderes, onde só se pronunciam aqueles que têm o direito exclusivo sobre seus dizeres” (FOUCAULT, 2006a, p. 10).

Outros dois princípios externos de controle do discurso que também nos interessam é o da separação e da rejeição. Com base nesses procedimentos, é possível se pensar na oposição razão e loucura; desde a Idade Média, as palavras do louco podem ser consideradas nulas (rejeitadas) ou, em outras circunstâncias, a seus dizeres podem ser atribuídos estranhos poderes, como se revelassem uma verdade escondida, e carregassem, em si, uma sabedoria que os outros não podem perceber. Todo o discurso do louco, até o fim do século XVIII, retornava como um ruído, a palavra só lhe era dada simbolicamente, como o representante de uma verdade mascarada. Era “através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco, pois elas eram o lugar onde se exercia a separação, mas não eram nunca recolhidas e nem escutadas.” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.11)

A partir do século XIX, houve uma mudança na relação com o louco e no trato com seus discursos, que não mais eram anulados; ao contrário, levavam à espreita, a uma busca de sentidos. Essa atenção, contudo, não demonstra que a separação entre loucura e razão não mais existia, “nessa perspectiva, basta pensar nas instituições que permitem a escuta dessas palavras para supor que a separação ainda persiste” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.12), ainda que de outro modo e com outros efeitos. Como afirma Foucault (*op. cit.*, p.13), a “escuta médica não presta ouvidos a uma palavra livre, funcionando sempre como a manutenção da censura – escuta de um discurso investido pelo desejo e carregado de terríveis poderes”.

Ainda com relação aos procedimentos externos de exclusão, trataremos da relação entre o verdadeiro e o falso, que não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional e nem violenta, como acontece com os dois outros procedimentos de exclusão. Levando-se em conta, por meio dos discursos, qual é a vontade de verdade que atravessa os séculos da história, ou qual é o tipo de separação que rege a vontade de saber, aparece algo como um sistema de exclusão, que é historicamente constituído, sofre sempre, portanto, mutações e deslocamentos. A separação entre o verdadeiro e o falso se dá a partir de uma posição do sujeito. Nesse sentido, a verdade é relativa a uma posição sujeito, e aquele discurso que fere o princípio norteador dessa verdade é

excluído. Os enunciados de um sujeito, inscrito em um dado lugar social, é que são responsáveis por essa separação.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1986, p. 12) (grifos do autor)

A vontade de verdade é um princípio que se apóia sobre um suporte e uma distribuição institucional, exercendo sobre os outros discursos uma pressão, um poder de coerção. Nessa perspectiva, Foucault tenta descrever e analisar as formas como a verdade vem sendo historicamente produzida, e as formas de controle dessa produção. A vontade de verdade é, segundo Gregolin (2004), uma função de política discursiva, e o mais fundamental dos princípios de exclusão, que atravessa dois primeiros.

Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade. (FOUCAULT, 1979, p. 14) (grifos do autor)

Sendo assim, podemos dizer que o discurso do louco é interdito, separado, rejeitado, visto que são os discursos – eles mesmos – que exercem seu próprio controle.

Acreditamos que a exclusão é o lugar mais ‘fundo’ da sujeição. É desse fundo que se pode reconstituir os processos insidiosos de estigmatização, discriminação, marginalização, patologização e confinamento, operando ao nível da percepção social, do espaço social, das instituições sociais, do senso comum, do aparelho judiciário, da família, do Estado, do saber médico.

O resultado da exclusão é sempre o mesmo: o silêncio dos sujeitos, silêncio que é o primeiro e mais forte componente da situação de exclusão, a marca mais forte da impossibilidade de se considerar sujeito àquele a quem a fala é de antemão desfigurada ou negada. Podemos ressaltar, ainda, que além da *Ordem do discurso*, que estabelece os procedimentos de controle do discurso, a *História da Loucura e Vigiar e Punir* constituem incursões por entre esses espaços extremos da exclusão, manicômio e

prisão, com o objetivo de desentranhar uma lógica de produção do silêncio de seus habitantes sem rosto. Assim,

em meio ao mundo sereno da doença mental, o homem moderno não comunica mais com o louco; há de um lado o homem de razão que delega o médico para a loucura, autorizando assim a relação apenas por meio da universalidade abstrata da doença; há por outro lado, o homem da loucura que comunica com o outro somente pelo intermediário de uma razão completamente abstrata, que é ordem, coerção física e moral, pressão anônima do grupo, exigência de conformidade. Linguagem comum não há; ou melhor, não há mais; a constituição da loucura como doença mental, no fim do século XVIII, comprova o diálogo rompido, dá a separação como já adquirida, e afunda no esquecimento todas essas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um pouco balbuciantes, nas quais se fazia a troca da loucura e da razão. A linguagem da psiquiatria, que é monólogo da razão sobre a loucura, só pôde se estabelecer sobre tal silêncio. Não quis fazer a história dessa linguagem, mas sim a arqueologia desse silêncio (FOUCAULT, 1997, p. 9).

Pensando em todos esses procedimentos propostos por Foucault, nos propomos partir desse momento, a fazer análises de recorte do *corpus*, com o objetivo de verificar o funcionamento dos pressupostos supracitados na constituição dos discursos do sujeito analisado.

### 3.1.1. LOUCO: LIXO HUMANO?

*Hoje é dia de visita  
Vem aí meu grande amor  
Hoje não deram almoço, né  
Acho que o moço até  
Nem me lavou*

*Acho que fui deputado  
Acho que tudo acabou  
Quase que  
Já não me lembro de nada  
Vida veio e me levou  
(Chico Buarque, In: Coletânea 2004)*

A reflexão acerca do pressuposto foucaultiano de que o dizer do louco é interdito, separado, rejeitado nas e pelas práticas discursivas, possibilita a análise de fragmentos do *corpus* em estudo.

**(F17):**

Mantidos em alas proibidas aos olhos de visitantes, constituem-se em uma verdadeira vergonha para uma sociedade de “normais”. Num martírio lento,

eles esperam que as drogas os matem, explorados pela instituição que agora recebe os elogios da sociedade, por mantê-los sem condições mínimas de higiene e valorização humana. Já serviram às experiências para o uso de novas drogas, novas teses, novos tipos de tratamento. Fizeram sua parte como cobaias. Agora são lixos humanos. Empilhados como inúteis, esperam lentamente que os efeitos de anos de medicamentos os matem. Que caridade é essa? Mais caridoso seria eliminá-los de uma vez, limpando assim a vergonha de uma sociedade hipócrita. (CARRANO, *op. cit.*, p. 78)

O fragmento transcrito é parte de uma reflexão de Austrý acerca do tratamento atribuído aos internos, tidos como loucos crônicos no Sanatório Bom Retiro. Quinta-feira era dia de visitas no sanatório, mas não eram todos os internos que as recebiam, os crônicos eram esquecidos, ninguém, dentro ou fora do manicômio se lembrava deles, a não ser os enfermeiros, no momento de trancafiá-los nas alas proibidas. Naquele dia da semana, os ‘loucos’, que ainda eram lembrados pelos familiares, tomavam banho, colocavam-lhes a melhor roupa, faziam-lhes a barba, para que todos que viessem vê-los se alegrassem com o seu ‘bem estar’. Austrý, observando essa situação, vendo os crônicos serem levados para as alas proibidas para as visitas, percebe uma segregação dentro da própria instituição manicomial. Os crônicos eram ali mantidos para que a verba destinada a eles pelo INSS<sup>28</sup> continuasse vindo. Contudo eram verdadeiros “lixos humanos”, coisificados, uma vez que em meio à interdição manicomial, que segregava esses internos, sofriam ainda outra interdição: não eram expostos aos olhos dos visitantes, que poderiam se sentir agredidos com sua grotesca visão; não eram expostos a nenhum tipo de tratamento, a não ser as drogas e calmantes que serviam para impedir que ‘dessem trabalho’ aos enfermeiros e que se matassem, brigando por pontas de cigarros. Estavam condenados a viver eternamente como margem da margem, como o periférico do periférico. Ficariam ali, ocupando um lugar na instituição, até a sua morte.

Partindo do princípio de que na sociedade a prática discursiva é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e redistribuída por procedimentos que têm como objetivo instaurar e estabelecer ‘a verdade’, dominando acontecimentos, esquivando sua materialidade, conforme afirma Foucault (2006a), pode-se pensar a interdição, no interior da própria interdição discursiva, do sujeito que, dentre os excluídos, é excluído uma vez mais.

Nessa perspectiva, pensamos o manicômio como um espaço que instaura discursividades derivadas, tornando-se, assim, um ambiente propício para a irrupção do poder disciplinar e, conseqüentemente, para a constituição de *corpos dóceis*. Portanto, a

---

<sup>28</sup> Instituto Nacional de Seguridade Social

discursividade que emerge é perpassada por uma coerção, por um controle dos discursos e uma disciplinarização dos corpos, cada qual em seu espaço ‘apropriado’. Dessa forma, o manicômio é o espaço de interdição, de segregação e de exclusão do sujeito-louco. Contudo, no interior dessa instituição há, ainda, essa outra segregação. Alguns são os loucos que ainda podem ser ‘curados’, tratados, que ainda recebem visitas e, assim, pelo menos no dia de visitas, são tratados com humanidade. Na outra face dessa mesma moeda estão os crônicos, aqueles que, supostamente, não mais sairão da condição de sujeito-louco, uma vez que já foram esquecidos e abandonados pela sociedade, inclusive por sua família, por isso são interditados dentro da própria interdição, tendo como espaço exclusivo o ‘canto dos malditos’ onde se agrupavam, alguns nus, outros com roupas rasgadas, brigando por tocos de cigarros, defecando e urinando ali mesmo, (“sem condições mínimas de higiene e valorização humana”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 78). Desse espaço, nem mesmo os outros internos se aproximavam.

Consideramos, então, o ‘canto dos malditos’ o espaço de exclusão no interior da exclusão, de segregação no interior da segregação. Devemos ressaltar, ainda, que esse pequeno espaço, no interior do manicômio, instaura uma discursividade distinta da do resto dessa instituição, pois dali vem um lamúrio, um grito de dor, de sofrimento, que é silenciado, apagado por práticas de disciplinarização e docilização dos corpos. Estamos tratando, nesse momento, o *canto dos malditos* como um espaço físico que instaura um discurso cujo sentido lembra um lamento, uma musicalidade, que nos remete a uma memória discursiva das solenidades fúnebres, típicas do sertão nordestino. Esse *canto*, espaço físico, encerra a dor, o sofrimento e a angústia daqueles que são esquecidos, destituídos de voz e que, ironicamente em um sentido contrário, ganhariam ressonância neste outro *canto*, voz entoada, presente neste livro de título homônimo.

Continuando a análise, nos deteremos, nesse momento, ao enunciado: “explorados pela instituição que agora recebe os elogios da sociedade” (CARRANO, *op. cit.*, p. 78). A sociedade coloca-se no lugar da verdade, considerando alguns discursos como autorizados e outros como não autorizados e, nesse sentido, os discursos que não são autorizados a circular no meio social são interditados, não são ouvidos (a não ser quando na ocasião da *escuta minuciosa* que objetiva a verdade que autorizará a sua *repartição* (FOUCAULT, 2006a) e o sujeito que se constitui a partir deles é eliminado do convívio com o grupo que profere discursos tomados como normais. Assim, podemos afirmar, conforme Foucault (2006b), ao se referir à

interdição do sexo no decorrer de diferentes épocas, que há, na sociedade, uma tendência, ou mesmo um hábito, de segregar o diferente. Nesse sentido, os sujeitos ditos anormais

correm através dos interstícios da sociedade perseguidos pelas leis, mas nem sempre, encerrados frequentemente nas prisões, talvez doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas, presas de um estranho mal que traz também o nome de “vício” e, às vezes, de “delito”. Crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com estranhos impulsos: eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos suas infâmias e aos juizes suas doenças. Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos. No decorrer do século eles carregam sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico”. (FOUCAULT, 2006b, p. 41) [grifos do autor]

O manicômio, nessa perspectiva, é o espaço institucional autorizado a classificar um sujeito como louco e a interdita-lo, livrando a sociedade do mal estar de seu convívio. Assim, esse sujeito é enquadrado em uma prática medicinal a fim de livrá-lo da loucura que, no entanto, conforme denuncia os escritos em análise, acabam por constituir, com seus procedimentos, a loucura enquanto sujeito, objetivado e redistribuído em espaços de segregação. Como pudemos observar, esses espaços são partes funcionais da instituição: os esquecidos pelos normais são armazenados no famigerado canto, cuja função é a de ‘manter as cabeças’ que garantem o repasse da verba pública, destinada à manutenção do sanatório em ‘ordem’; o outro espaço, que ainda conserva alguma ligação com convívio dos normais, garante não só o dinheiro público, mas, principalmente, o aval da opinião pública, necessário para o endosso da prática de produção da verdade enquanto prática da produção da cura. Os elogios da sociedade são responsáveis, por conseguinte, por mantê-los sob o domínio e tutela institucional.

“Já serviram às experiências para o uso de novas drogas, novas teses, novos tipos de tratamento” (CARRANO, *op. cit.*, p. 78). Nesse enunciado evidencia-se a coisificação do sujeito louco, que é tomado como cobaia para experiências científicas e acadêmicas, tendo seus desejos e vontades totalmente desrespeitados. Ao mesmo tempo em que são *reificados* por se tornarem objeto da produção de uma verdade, seus discursos são separados, rejeitados ao serem *subjetivados* como anormais. Assim, as palavras do louco são consideradas nulas, destituídas de efeitos de enunciação, não são



representativas da verdade e, por isso, são separados e segregados; no ato em que são objetivados em uma determinada posição-sujeito. “A verdade é relativa a uma posição-sujeito” (FOUCAULT, 2004a, p.86) e o discurso do louco não é representativo dela em função da posição que esse sujeito ocupa no meio social. Seus discursos ferem o princípio norteador da verdade dos ditos normais e, por esse motivo, são *diferenciados*. Os enunciados, de um sujeito inscrito no lugar da normalidade, autorizada pelo espaço de produção da verdade, é que são responsáveis por essa separação entre os dizeres do normal e do anormal. Assim os loucos, interditados em instituições psiquiátricas, “Agora são lixos humanos. Empilhados como inúteis, esperam lentamente que os efeitos de anos de medicamentos os matem.” (CARRANO, *op. cit.*, p. 78). Não há escuta para os dizeres desse louco duplamente segregado, restando-lhe apenas a espera pelo fim. Nesse sentido, Foucault (2006b), refletindo acerca da sexualidade, afirma que

a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunções ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 10)

Esse enunciado é, ainda, representativo da coisificação do anormal, que amontoado, empilhado em um espaço físico específico, é tratado como lixo, é marginalizado, não é digno de ser tratado como humano. Nesse sentido, para o louco há uma abolição ou negação da individualidade, restando-lhe apenas uma identidade que lhe é imposta: a do sujeito-anormal. O louco é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confinadas ou refutadas, não tendo o direito de se estabelecer enquanto sujeito discursivo. Nessa perspectiva,

feridos pela experiência do abandono, homens e mulheres desta nossa época suspeitam ser peões do jogo de alguém, desprotegidos dos movimentos feitos pelos grandes jogadores e facilmente renegados e destinados à pilha de lixo quando estes acharem que eles não dão mais lucro. Consciente ou subconscientemente, os homens e as mulheres de nossa época são assombrados pelo espectro da exclusão. (BAUMAN, 2005, p. 53)

Austry, questionando acerca da maneira como os crônicos eram tratados, afirma que “Mais caridoso seria eliminá-los de uma vez, limpando assim a vergonha de uma sociedade hipócrita.” (CARRANO, *op. cit.*, p. 78). Nesse enunciado, é possível detectar a posição-sujeito assumida, uma vez que Austry, inserido no manicômio, evidencia a representação simbólica que o ‘normal’ tem do louco. Vergonha, lixo humano, algo a

ser eliminado. Contudo, essa eliminação não se dá a partir de um extermínio físico, e sim de um extermínio moral. Livra-se o meio social do feio, do sujo, daquele que incomoda, no entanto essa atitude, embora desumana, é tida como politicamente correta, uma vez que se sustenta em argumentos acerca do bem estar, da cura do louco. Na instituição psiquiátrica retratada no texto em análise, não há uma busca de tratamento para os crônicos e nem tão pouco para os outros loucos que vivem ali, os sujeitos são desumanizados, amontoados, largados. O enunciado de Austrý ganha efeitos de enunciação, uma vez que considera que a morte física seria mais benéfica, para os sujeitos ali inseridos, que a morte moral.

### ***3.2. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO: O PODER DISCIPLINAR***

Se tu falas muitas palavras sutis  
E gostas de senhas, sussurros, ardis  
A lei tem ouvidos pra te delatar  
Nas pedras do teu próprio lar

Se trazes no bolso a contravenção  
Muambas, baganas e nem um tostão  
A lei te vigia, bandido infeliz  
Com seus olhos de raio-x

Se vives nas sombras, freqüentas porões  
Se tramas assaltos ou revoluções  
A lei te procura amanhã de manhã  
Com seu faro de dobermann

E se definitivamente a sociedade só te tem  
Desprezo e horror  
E mesmo nas galeras és nocivo  
És um estorvo, és um tumor  
A lei fecha o livro, te pregam na cruz  
Depois chamam os urubus

Se pensas que burlas as normas penais  
Insufilas, agitas e gritas demais  
A lei logo vai te abraçar, infrator  
Com seus braços de estivador  
Se pensas que pensas (etc.)

Chico Buarque/1979  
Para a versão paulista da peça *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque

Torna-se relevante, nesse momento, atermo-nos um pouco mais aos objetivos da criação dos *corpos dóceis e disciplinarizados*. Assim, seguindo os postulados foucaultianos, tomaremos como referencial teórico acerca das técnicas de disciplinarização o texto *O Nascimento do Hospital*, que está no livro *Microfísica do poder* (1986) e, também, o livro *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* (2004d), ambos de Michel Foucault.

Segundo Foucault (1986), a partir do século XVIII, com o progresso da alfabetização e a reestruturação do exército, a disciplina passa por um processo de reelaboração de seus princípios fundamentais. Embora já existisse desde a antiguidade, foi a partir dessa época que o poder disciplinar passou a ser aperfeiçoado, pois, nesse período, “se desenvolve uma arte do corpo humano. Começa-se a observar de que maneira os gestos são feitos, qual o mais eficaz, rápido e melhor ajustado” (FOUCAULT, 1986, p. 106). Assim, o avanço da disciplinarização se dá em instituições em que a vigilância ocorra com facilidade, como no exército, na escola e grandes oficinas.

a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra. E preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 106)

Podemos mencionar, também, um dispositivo de poder, que está no interior de um campo de historicidade, que insere o sujeito em uma determinada posição. As enunciações, portanto, legitimam ou não, permitem ou não que se ocupe uma dada posição-sujeito e são responsáveis por inserir o sujeito numa *ordem do discurso*. Por isso, as heterogeneidades enunciativas demonstram a diversidade de posições que o sujeito pode ocupar, as quais são determinadas por práticas discursivas. Nesse sentido, o sujeito é uma constante produção no interior da história, que tem acesso a si por meio de um jogo de relações de poderes e saberes. Trata-se de um poder *micro-físico*, diluído por toda a sociedade, por meio do qual se disciplinariza a si e aos outros, colocando cada sujeito no seu lugar, na *ordem do discurso* que ele tem direito de ocupar.

Foucault (1986) afirma que “a disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. E a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, *op. cit.* p. 106). Assim, o poder disciplinar exerce seu controle sobre o desenvolvimento de uma ação e não sobre o resultado

alcançado, implicando vigilância constante dos indivíduos. Portanto, não basta observá-los, é necessário vigiá-los o tempo todo durante o desenvolvimento de uma atividade. Nesse sentido, tudo deve ser registrado, anotado, arquivado continuamente. A partir dessas anotações há uma “transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 106). O alvo e resultado da disciplina, que é um conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder atuam, são os indivíduos em sua individualidade.

No século XVIII o ‘corpo’ é analisado como uma fonte inesgotável de poder e de disciplinarização. É ao mesmo tempo dócil e frágil, facilmente adestrável, e, portanto, susceptível de dominação. Discute-se como as práticas avaliativas tornaram-se dispositivos de vigilância permanente e de bom adestramento, docilizando corpos e mentes. Examinam-se como as práticas avaliativas podem gerar efeitos relacionais de controle e de disciplinamento, mediante práticas de sujeição e de resistência, operadas pelo entrecruzamento de tecnologias de si e relações de poder, interferindo na constituição de subjetividades. As práticas disciplinares utilizadas nos séculos XVII e XVIII diferenciam-se das formas de massificação aplicadas até então, diferenciando-se dos princípios de escravização e de domesticidade das épocas clássicas. A disciplina cria *corpos dóceis*, submissos, aumentando a força em termos econômicos e diminuindo a resistência que o corpo pode oferecer. Contudo, essa forma de sujeição não surge apenas por meio dos instrumentos da violência. Nesse ínterim, os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade, são aquilo a que podemos chamar de disciplina. As práticas disciplinares surgem a partir do momento em que nasce uma arte do ‘corpo’ humano, que visa à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil for e vice-versa.

Forma-se, então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados "corpos dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças ela dissocia o poder do corpo faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potencia que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita". (Foucault, 1997, p. 119) (grifos do autor)

Conforme Foucault (1997), existe a arte das distribuições e o controle das atividades, que são dois dispositivos utilizados pela prática disciplinar para fazer valer sua autoridade, serão discutidos nesse momento.

Com relação ao primeiro dispositivo, ou seja, *a arte das distribuições*, podemos afirmar que a disciplina distribui corretamente os indivíduos no espaço, visa à sua submissão, e para tanto, utiliza-se de diversas técnicas.

1. “A disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um lugar heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 1997, p.122), locais como as escolas, os quartéis etc.
2. O *princípio da clausura* não é constante, nem indispensável e tão pouco suficiente aos aparelhos disciplinares.

o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. [...] Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades de seu mérito. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 123)

3. A regra das *localizações funcionais* vai fazer com que, pouco a pouco, os espaços que estavam geralmente livres para vários usos, se especializem para satisfazer a necessidade de vigiar, para acabar com comunicações perigosas, mas também com o objetivo de tornar esse espaço útil.
4. Na prática disciplinar os elementos são intercambiáveis,

pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e de técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 125)

Nessa perspectiva, podemos dizer que a disciplina é ao mesmo tempo massificadora e individualizadora, pois todos se sujeitam às mesmas obrigações em um lugar determinado.

No que se refere ao segundo dispositivo, ou seja, *o controle da atividade*, Foucault aponta cinco princípios de controle:

1. O horário: sugerido como modelo estrito pelas sociedades, difundiu-se amplamente em três princípios: estabelecer as censuras; obrigar às ocupações determinadas; regulamentar os ciclos de repetição. “A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar”. (FOUCAULT, 1997, p. 129)
2. A elaboração temporal do ato: “define-se [como] uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 129). É um grau de precisão na decomposição dos gestos e dos movimentos, uma maneira de ajustar o corpo a imperativos temporais.
3. Onde o corpo e os gestos postos em correlação: impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, pois “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 130).
4. A articulação corpo-objeto: a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. É uma cuidadosa engrenagem entre um e outro. É a despersonalização do sujeito que se transforma e integra numa máquina produtora. A disciplina não é simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o seu tempo, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. O corpo torna-se um objeto em constantemente movimento, sempre a produzir e a trabalhar, até à máxima exaustão, utilizado até aos seus últimos limites.
5. A utilização exaustiva: “o corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas do saber” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 132), assim, pode-se pensar que a disciplina apropria-se do corpo com a finalidade de o aproveitar o máximo possível.

A partir desse momento trataremos um pouco acerca do *exame*, que é o produto final de todas as técnicas disciplinares, reunindo a vigilância, a sanção, o controle de tempo, de espaço, enfim, uma forma de classificar, punir e corrigir. Está presente em praticamente todos os regimes disciplinares. O exame, em Foucault, é um conceito muito mais abrangente que um mero jogo de perguntas e respostas, um sistema de notas ou classificações. O exame é válido para todas as ciências humanas, da psiquiatria à pedagogia e ao diagnóstico clínico. Para Foucault (1997), a mais relevante consequência

do exame situa-se ao nível da individualidade do indivíduo. No exército, nos hospitais e nos estabelecimentos de ensino, foram criadas e desenvolvidas técnicas e inovações relevantes (registros e anotações escritas) relativas à identificação, à descrição, à evolução dos “corpos” e das “mentes”, consubstanciadas numa série de códigos homogeneizantes: código físico, código médico, código escolar, código militar que, ainda que bastante rudimentares na sua forma qualitativa e na sua forma quantitativa, marcam o momento de uma primeira formalização do individual dentro das relações do poder. Ainda conforme Foucault (1997),

Tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual é exibido. ... O poder disciplinar ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. ...É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, mantém sujeito o indivíduo disciplinar. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de ser o poderio, em vez de impor a sua marca aos seus súbditos, capta-os num mecanismo de objetivação. (FOUCAULT, *op. cit.*, p.156)

Nessa perspectiva, Foucault (1986) trata das técnicas de disciplinarização no interior dos hospitais, uma vez que por razões econômicas ou por uma tentativa de evitar a propagação das epidemias, há um *esquadrinhamento disciplinar* no interior dessas instituições.

Mas se esta disciplina torna-se médica, se este poder disciplinar é confiado ao médico, isto se deve a uma transformação no saber médico. A formação de uma medicina hospitalar deve-se, por um lado, à disciplinarização do espaço hospitalar, e, por outro, a transformação, nesta época, do saber e da prática médicas. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 107)

Assim, o deslocamento da intervenção médica e disciplinarização do espaço hospitalar estão na origem do hospital médico. Esses fenômenos se ajustam com o aparecimento de uma disciplina hospitalar que terá por objetivo garantir a vigilância, “a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 107).

### 3.2.1. CORPOS DISCIPLINARIZADOS, CORPOS DOCILIZADOS

*E agora?... Oh! Seu psiquiatra!  
Estou pra lá de louco  
E nem sei como explico  
Essa triste piração  
Minha cabeça está confusa  
Ouço vozes esquisitas...  
São muitos bate-papos  
Algazarras e gritarias  
Dentro da minha cabeça  
E eu estou pra lá de louco  
E nem sei como é que eu explico  
Essa triste piração  
[...]  
(autor desconhecido)*

Retirado de: <http://www.worldartfriends.com/modules/publisher/article.php?storyid=12634>

Pensando o manicômio como uma instituição em que a vigilância predomina e ocorre com muita facilidade, nos propomos a observar e a analisar o louco como um corpo disciplinarizado e docilizado, que é inserido em um espaço de segregação, interdição, a partir do qual discursos são instaurados. Para tal, analisaremos e descreveremos recortes do *corpus* que evidenciam tal fato. O primeiro deles evidencia aspectos físicos da instituição em que está internado. O segundo recorte é uma enunciação de Rogério, logo no primeiro diálogo que estabeleceu com Austrý, numa tentativa de convencê-lo que não seria examinado e nem diagnosticado. Que sua ‘ficha’ já continha as informações de que o psiquiatra necessitava para prescrever seu tratamento e medicação.

**(F18):**

Fui o último a levantar da mesa. Os outros tinham ido para o fundo do pavilhão. Após aquele café com cevada e pão fui levado a outra sala, a das mesas grandes. O enfermeiro abriu uma porta e mandou-me sair. Sai para um pátio de uns 20 por 20 metros, cercado por um muro de uns 5 metros de altura. (CARRANO, 2004, p. 54)

**(F19):**

- Caiu aqui dentro, você não é mais dono de si. Faz o que quiserem contigo, tua ficha já tá cheia de informações, seu pai preencheu. Está como viciado. Só vão examinar teu coração e derreter os teus chifres. É foda! (CARRANO, *op. cit.*, p. 60)

O poder, para ser eficaz deve produzir uma positividade, de tal modo que o incremento da vida social tem, como preço, o adestramento do corpo, sua



disciplinarização, conforme podemos evidenciar no enunciado: “Caiu aqui dentro, você não é mais dono de si” (CARRANO, *op. cit.*, p. 60). No interior do manicômio os internos (suas mente e seus corpos) são tratados como objetos. Sobre isso Foucault (1997) afirma o seguinte:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se, então, uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma «anatomia política», que é também igualmente uma «mecânica do poder», está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos «dóceis». A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma «capacidade» que procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (Foucault, *op. cit.*, p.85) (grifos do autor)

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância constante dos indivíduos, nesse sentido, o manicômio é palco ideal para a criação de sujeitos disciplinarizados, inserindo o sujeito, independentemente de seu diagnóstico, em uma posição de sujeito anormal. Convém ressaltarmos, ainda, que esse diagnóstico era dado pela família, uma vez que a prescrição médica era feita a partir da ficha que essa preenchia no ato da internação e não por exames clínicos, como seria a ordem natural de um tratamento psiquiátrico. Para Foucault (1986) a disciplina é a análise do espaço, a individualização pelo espaço e a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório (“Caiu aqui dentro, você não é mais dono de si”). (CARRANO, *op. cit.*, p. 60).

Assim, manicômio é um espaço perfeito para que o poder disciplinar se exerça, local esse em que há vigilância constante dos indivíduos. Os enfermeiros vigiam os internos o tempo todo, registrando, anotando suas ações, com o objetivo de mostrar ao médico posteriormente (“O enfermeiro abriu uma porta e mandou-me sair.”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 54). Há uma transferência da informação de baixo para cima, de modo que, o médico tenha conhecimento e controle do que ali se passa. Nesse engodo, o interno torna-se uma fonte inesgotável para a disciplinarização, pois, dentro da instituição psiquiátrica não tem controle sobre si, uma vez que é constantemente

submetido às práticas medicinais do suposto tratamento. O interno torna-se, portanto, um sujeito dócil e frágil, facilmente adestrável e susceptível de dominação, uma vez que a disciplina transforma os indivíduos em *corpos dóceis* e submissos, minimizando a resistência que o corpo pode oferecer contra as práticas a que é submetido (“Só vão examinar teu coração e derreter os teus chifres. É foda!” - CARRANO, *op. cit.*, p. 60).

O sanatório é um espaço perfeito para a *arte das distribuições*, uma vez que os indivíduos são adequadamente distribuídos em seu espaço, uma vez que é um lugar heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, favorecendo os dispositivos de *controle das atividades*: horário, o corpo e os gestos postos em correlação, a utilização exaustiva do corpo (“Após aquele café com cevada e pão fui levado a outra sala” - CARRANO, *op. cit.*, p. 54).

Estamos evidenciando, com essa análise, que o manicômio é um espaço físico que funciona como um tipo de panóptico. Este complexo mecanismo de poder foi inventado pelo jurista inglês Jeremy Bentham no final do século XVIII, para centralizar o olhar e o controle sobre os corpos no interior das instituições. Esse modelo, devido à sua arquitetura, permitia o controle total dos internos, fossem loucos, doentes, condenados, etc. Embora a arquitetura da grande maioria dos Hospitais Psiquiátricos não se ajustasse ao modelo panóptico de vigilância – “Sai para um pátio de uns 20 por 20 metros, cercado por um muro de uns 5 metros de altura” (CARRANO, *op. cit.*, p. 54) – nota-se o mesmo tipo de preocupação com a vigília permanente dos ocupantes, de seus corpos.

Nos hospitais e nas instituições psiquiátricas, técnicas relevantes, como os registros e anotações escritas foram desenvolvidas, facilitando a identificação, a descrição, relativa à evolução dos “corpos” e das “mentes”, batizada em códigos homogeneizantes. O exame, que no caso de Austrý foi feito pela ficha médica preenchida pelo pai, que o classificava como viciado (“tua ficha já tá cheia de informações, seu pai preencheu. Está como viciado”) (CARRANO, *op. cit.*, p. 60), justificando assim *sua* internação no manicômio, espaço em que há um *esquadrinhamento disciplinar*. A instituição não precisou examiná-lo para tratar de seu vício, “só vão examinar teu coração e derreter os teus chifres” (CARRANO, *op. cit.*, p. 60).

### 3.3. ESPAÇOS DISCURSIVOS: HETEROTOPIAS

*o buraco do espelho está fechado  
agora eu tenho que ficar aqui  
com um olho aberto, outro acordado  
no lado de lá onde eu caí  
pro lado de cá não tem acesso  
mesmo que me chamem pelo nome  
mesmo que admitam meu regresso  
toda vez que eu vou a porta some  
a janela some na parede  
a palavra de água se dissolve  
na palavra sede, a boca cede  
antes de falar, e não se ouve  
já tentei dormir a noite inteira  
quatro, cinco, seis da madrugada  
vou ficar ali nessa cadeira  
uma orelha alerta, outra ligada  
o buraco do espelho está fechado  
agora eu tenho que ficar agora  
fui pelo abandono abandonado  
aqui dentro do lado de fora  
(Araldo Antunes, In: Silêncio)*

O conceito de heterotopia apareceu pela primeira vez no prefácio do livro *As palavras e as coisas* (2004c), no qual Foucault afirma que a ideia que esse conceito encerra surgiu a partir da leitura de um texto de Jorge Luis Borges, que faz circular a ideia de que “a linguagem se entrecruza com o espaço” (Foucault, *op. cit.*, p. 7, 2004c). Nas palavras de Foucault:

esse texto de Borges fez-me rir durante muito tempo, não sem um mal-estar evidente e difícil de vencer. Talvez porque no seu rastro nascia a suspeita de que há desordem pior que aquela incongruente e de aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito; e importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas estão aí “deitadas”, “colocadas”, “dispostas” em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo umas e outras um lugar comum. As utopias consolam: é que, se elas não têm um lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases, – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. [...] (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 7-8, 2004c). (grifos do autor)

Acreditamos que, ao introduzir o conceito de heterotopia, Foucault (*op. cit.*) está incluindo em suas abordagens o “fora”, tanto em relação à linguagem quanto ao sujeito e é, nesse sentido, que promove uma conceitualização acerca da questão do espaço. Assim, podemos afirmar que, por um lado, deparamo-nos com a questão do espaço e, por outro lado, com a questão da produção de sentido. O termo heterotopia, portanto, aponta-nos para essa dupla problemática. Conforme afirma Foucault (2001),

não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja carregado de fantasmas; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas, é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço debaixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 413-414 )

No volume III dos *Ditos e Escritos*, no texto intitulado *Outros Espaços* – conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos, 14 de março de 1967 –, Foucault (2001) desenvolve um pouco mais o conceito de heterotopia afirmando que

há, inicialmente, as utopias. As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais. Há igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diversos de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, *op. cit.*, vol. III, p. 414-415).

Para a constituição conceitual da heterotopia, Foucault (2001) postula cinco princípios. No primeiro princípio, afirma que elas se manifestam de forma muito variada e que, provavelmente, de maneira bastante distinta em sociedades e épocas diferentes. Contudo, apesar dos pontos de divergência, é possível classificá-las em dois grupos: heterotopias de crise e heterotopias de desvio. As heterotopias de crise –

“lugares privilegiados ou sagrados, ou proibidos, reservados aos indivíduos que se encontram (...) em estado de crise” (FOUCAULT, 2001, p. 416) – estavam bastante presentes nas sociedades “primitivas”, e quase desapareceram nas sociedades atuais, sendo substituídas pelas heterotopias de desvio – lugares em que são colocados os indivíduos cujo comportamento se desvia do padrão estabelecido e normatizado pela sociedade.

O segundo princípio é o de que as heterotopias estão em constante movência, assim, no curso da história, elas podem funcionar de maneira bastante distinta em épocas diferentes – “cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade e, a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura na qual ela se encontra, ter um funcionamento ou um outro” (FOUCAULT, 2001, p.417).

O terceiro princípio, diz respeito ao fato de que a heterotopia pode justapor em um mesmo local real, diferentes espaços e posicionamentos antagônicos. O quarto princípio se refere ao fato de que as heterotopias estão relacionadas a recortes temporais, constituindo, assim, o que Foucault (2001) denomina como ‘heterocronias’, portanto, “a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional”. (FOUCAULT, *op. cit.*, p.418).

O quinto e último princípio refere-se ao fato de que as heterotopias estabelecem ou “supõem um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente as isola e as torna penetráveis” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 420). Nesse sentido, há heterotopias em que o sujeito é obrigado a entrar, uma vez que é inserido nelas por uma ordem discursiva que dita a verdade acerca da sociedade – como é o caso dos manicômios e das prisões –, há também heterotopias nas quais o sujeito só tem permissão para entrar e submeter-se a certos rituais de purificação. Existem outras, nas quais o sujeito tem a ilusão de ser livre para entrar, mas que, na verdade, são excludentes – “acredita-se penetrar e se é, pelo próprio fato de entrar, excluído” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.420). Como último traço das heterotopias, Foucault aponta o fato de estabelecerem uma função, que se desenvolve em dois extremos:

tem o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana e compartimentada. [...] ou, pelo contrario, criando um espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-arrumado quanto o nosso e desorganizado, mal disposto e confuso. Isso seria a heterotopia não de ilusão, mas de compensação (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 420-421).

Interessa-nos, para a análise do *corpus*, observar o manicômio como um posicionamento heterotópico de desvio, pois o sujeito é ali inserido por ter um comportamento de desvio em relação às normas e regras estabelecidas pela sociedade, uma vez que os sujeitos são ali colocados por terem comportamentos que se desviam do padrão estabelecido e normatizado pela sociedade dita ‘normal’.

### 3.3.1. MANICÔMIO: ESPAÇO INSTITUCIONAL QUE INSTAURA DISCURSIVIDADES

*Peço por favor  
Se alguém de longe me escutar  
Que venha aqui pra me buscar  
Me leve para passear*

*No seu disco voador  
Como um enorme carrossel  
Atravessando o azul do céu  
Até pousar no meu quintal*

*Se o pensamento duvidar  
Todos os meus poros vão dizer  
Estou pronto para embarcar  
Sem me preocupar e sem temer*

*Vem me levar  
Para um lugar  
Longe daqui  
Livre para navegar  
No espaço sideral  
Porque sei que sou*

*Semelhante de você  
Diferente de você  
Passageiro de você  
À espera de você*

*No seu balão de São João  
Que caía bem na minha mão  
Ou numa pipa de papel  
Me leve para além do céu*

*Se o coração disparar  
Quando eu levantar os pés do chão  
A imensidão vai me abraçar  
E acalmar a minha pulsação*

*Longe de mim  
Solto no ar  
Dentro do amor  
Livre para navegar*

Partindo do princípio de que o manicômio se circunscreve como um espaço de exclusões variadas, o consideramos uma instituição estratégica para se compreender os fundamentos da ordem social. E é nesse sentido que nos propomos a analisar esse espaço institucional. Para esse fim escolhemos para análise alguns fragmentos do *corpus* (retomaremos também o F18 por meio do seguinte enunciado: “Saí para um pátio de uns 20 por 20 metros, cercado por um muro de uns 5 metros de altura”. CARRANO, 2004, p. 54). No primeiro momento, nos propomos analisar e descrever o Sanatório Bom Recanto, lugar da primeira internação de Austrý. No segundo, abordaremos o espaço de exclusão que se instaura no interior do manicômio, denominado como “canto dos malditos”.

**(F20):**

Tudo realmente era uma grande produção. O espetáculo parecia uma estreia de teatro. Os mínimos detalhes eram lembrados. O grande cenário era lá fora. O interior do pavilhão era proibido à visita de estranhos, poderiam prejudicar o andamento do valioso tratamento! (CARRANO, *op. cit.*, p. 80)

**(F21):**

O conceito geral daquele pátio é urna grande jaula, onde as feras ficavam, umas deitadas, outras sentadas em diversos lugares, os olhares perdidos horas e horas, olhando não se sabia para onde. Todos mantidos escondidos, como animais contaminados e que deviam ser trancados em algum lugar. E o lugar era aquele pátio. (CARRANO, *op. cit.*, p. 55)

As instituições, como o hospital psiquiátrico, dentre outras, são mais do que simples lugares da exclusão. Seus procedimentos internos tendem a extravasar o espaço fechado de seus muros e a envolver a sociedade inteira, pois o seu interior é habitado por aquele que foi rejeitado, em nome de sua anormalidade, pelo meio social, inclusive pela família.

Trataremos os fragmentos em análise a partir do quinto e último princípio das heterotopias, que, conforme já afirmamos anteriormente, refere-se a um sistema de abertura e fechamento que torna o espaço impenetrável para aqueles que não se enquadram às normas discursivas ali instauradas, ou seja, os normais não tinham acesso ao interior do manicômio, pois a visão grotesca do comportamento e tratamento dos

loucos provocaria neles pavor, um verdadeiro horror, não apenas com relação à instituição psiquiátrica, mas, principalmente, com o “tratamento” dispensado aos sujeitos-internos, que se tornavam verdadeiras monstruosidades (por meio do corpo e do comportamento). Por conseguinte, só conheciam o manicômio por meio de um saber social instaurado e não por tê-lo vivenciado. Por outro lado, esse saber era confirmado pelo pouco que conheciam, de fato, da instituição psiquiátrica: o jardim em que as visitas eram recebidas. Na outra face desta moeda têm-se os internos, que consideram aquele lugar “um verdadeiro inferno” (CARRANO, *op. cit.*, 94), sobre o qual “as pessoas só dizem mentiras” (CARRANO, *op. cit.*, 94). Os internos, submissos às práticas institucionais do manicômio, o conhecem por sua vivência, no entanto, como “a loucos ninguém dá ouvidos” (CARRANO, *op. cit.*, 94), seus dizeres sobre os acontecimentos e práticas utilizadas naquele lugar são anulados, desacreditados e, ao contrário de instaurarem outras verdades, reiteram sua alienação.

Os sujeitos “normais” imaginavam o interior do manicômio como um espaço de um hospital comum, como qualquer outro, do qual não deveriam se aproximar para não atrapalhar o andamento do tratamento: acreditavam que seus entes estavam recebendo a melhor técnica medicinal possível, afinal, os médicos que ali atuavam eram muito conceituados e renomados. Dessa forma, podemos dizer que esse espaço hospitalar, construído no imaginário da família do interno, é uma transposição de suas vontades, correspondendo ao que consideram ideal para o tratamento – esse espaço hospitalar ideal é, a nosso ver, uma utopia, é uma analogia dos espaços reais da sociedade.

Os familiares não poderiam sequer imaginar as condições em que os internos viviam (devemos nos lembrar que a instituição manicomial considera adequadas as práticas por ela instauradas), pois, a representação “verdadeira”, construída pelo saber instaurado na sociedade, apontava para outros rumos, construía e punha em circulação a imagem do hospital enquanto o lugar por excelência de restauração da saúde e, portanto, um lugar bom, limpo, em que tudo é feito em nome do bem-estar do interno. Para a família, o desejo de trazer “de volta o seu ente à normalidade” – vislumbra como opção única o saber institucional sobre a loucura/anormalidade –, além da vergonha de conviver com um ser “monstruoso”, costumavam ser decisivos para a atitude de interná-lo como “louco”. Assim os médicos, que detinham a autoridade sobre esse assunto, diziam fazer o que fosse necessário para devolver-lhes a lucidez, para normalizá-los e trazer-lhes de volta à razão – no caso do pensamento médico daquele momento, a razão e a normalização se equivalem.



Tratamos até aqui das diferentes verdades que se constroem sobre a instituição manicomial, a partir da posição sujeito que se ocupa. Agora, retomaremos um enunciado do segundo fragmento (F2), analisado no primeiro capítulo (p.59), com o intuito de evidenciar a construção discursiva dos espaços na instituição psiquiátrica, realizada com o objetivo de perpetuar o saber social sobre a instituição manicomial.

Outros tinham o que trazer. Esses se isolavam com seus fidalgos, com seus olhares de superioridade. Os plebeus se misturavam, os fidalgos se isolavam. (CARRANO, *op. cit.*, p. 89). [Enunciado de F2]

Observemos o jardim: há, nesse espaço, uma tentativa de se preservar os valores sociais, com vistas a trazer credibilidade para a instituição em que os internos estavam subjugados (“O interior do pavilhão era proibido à visita de estranhos, poderiam prejudicar o andamento do valioso tratamento!”- (CARRANO, *op. cit.*, p. 80). No que se refere ao jardim, estamos partindo do princípio de que as repartições discursivas, instauradas a respeito desse pequeno espaço da instituição são constitutivas de uma utopia: “esse lugar é tão bonito, tão gostoso, dá vontade de ficar aqui pra sempre” (CARRANO, *op. cit.*, p. 80) – é a fala do irmão de Austrý, referindo-se ao jardim. No entanto, os internos observavam aquele mesmo espaço de outra maneira: tratavam-no como um grande cenário que tinha como objetivo único enganar os familiares (“O espetáculo parecia uma estreia de teatro. Os mínimos detalhes eram lembrados. O grande cenário era lá fora”. CARRANO, *op. cit.*, p. 80), pois lá fora, a divisão social era preservada, contudo, no interior do manicômio, todos eram tratados como iguais – todos eram loucos e estavam ali para ser “curados”.

Diante dessas evidências, podemos constatar que, nesse espaço o sujeito-visitante tem a ilusão de ser livre para entrar, mas, na verdade, isso não ocorre, pois o paciente, dependendo da posição-sujeito ocupada por sua família no meio social, são cuidadosamente dispostos, cada um em seu devido lugar, de acordo com suas respectivas posições na sociedade (ricos e pobres não se misturam) e que são, mais uma vez, excludentes. Esse jardim, no dia de visitas, reproduz o ambiente social em que os internos deveriam ocupar se não tivessem se tornado “aberrações”. Lugares esses que sua família deseja que seus entes ocupem, mas, por serem anormais, foram destituídos dele.

Dessa feita, reiteramos que, além da utopia representada por todo o espaço do sanatório, há, ainda, uma outra, representada pelo jardim, pois, para a família dos

pacientes, aquele lugar é a transposição de seus desejos sobre o espaço físico que gostariam que fosse reservado ao seu ente, ou seja, um espaço bonito, limpo, arborizado – a representação do paraíso cristão. No tocante às utopias, convém dizer que se

elas não têm espaço no real, desencadeiam um espaço mágico, confortável, linear, e descortinam sítios simplificados, cujo acesso é comumente por meio do quimérico, do sonho. As heterotopias, opostamente, inquietam, desconcertam, porque são reais e deflagram um grande número de mundos possíveis, justapostos, fragmentados, múltiplos. (Gama-Kalil, 2008. p5)

Contudo, esses espaços não são apenas utópicos, uma vez que a discursividade sobre ele não é instaurada apenas por familiares, mas também pelos internos<sup>29</sup>, dentre outros (médicos, enfermeiros e etc.).

O manicômio é um espaço físico sobre o qual diferentes discursividades são instauradas, pois, para os que ali estavam internados assemelhava-se a uma grande jaula na qual eles próprios eram as feras, detidas para receber o devido adestramento (“Saí para um pátio de uns 20 por 20 metros, cercado por um muro de uns 5 metros de altura” (F18) – CARRANO, *op. cit.*, p. 54). Ali as feras ficavam, umas deitadas, outras sentadas em diversos lugares, os olhares perdidos.

No interior do sanatório havia alas proibidas, mesmo para aqueles que eram internos. Eram as alas de tratamento intensivo – destinadas àqueles que se tornavam incontroláveis –, onde os crônicos recebiam medicamentos (tranquilizantes, haloperidol, etc.), eletrochoques, até que se alcançasse a submissão do paciente. Estamos pensando essas alas, também, como espaços heterotópicos nos quais o sujeito é colocado, quer queira, quer não. Esse espaço é fundamental para a prática do poder disciplinar, pois os discursos que se constroem sobre esse lugar funcionam como ameaça ao não cumprimento da disciplina interna (“quem dá trabalho vai pra tourtolina” – CARRANO, *op. cit.*, p.59).

O que podemos depreender dessa análise é que a distribuição e ocupação dos espaços no interior do hospital psiquiátrico não reproduzem as posições sociais, mas, ao contrário, as anula. A vivência no interior do manicômio fazia com que os sujeitos tivessem seus corpos docilizados, normatizados, seus desejos e vontades completamente

---

<sup>29</sup> Gostaríamos de salientar que os discursos sobre manicômio são instaurados por toda a rede social, mas nesse momento de análise interessa-nos apenas aqueles concebidos pela família (enquanto grupo social mais próximo) e pelos internos (sujeitos-loucos destituídos do direito à voz).

apagados e desacreditados. Podemos conceber de tudo isso, que os discursos que se constroem acerca das instituições psiquiátricas propagam um saber percebido como verdadeiro pela sociedade que se distingue em muito da verdade aplicada por meio de discursos e práticas utilizadas em seus internos. O manicômio, para quem ali ocupa o lugar do louco, possui uma rede discursiva própria com práticas que buscam destituí-lo de sua identidade, de sua posição-sujeito de desrazão.

Nesse sentido é que acreditamos que, tanto o interior do manicômio, como o jardim, são espaços heterotópicos, pois instauram discursividades diferentes de acordo com olhar ou a vivência do sujeito sobre aquele lugar.

Uma observação mais apurada acerca do manicômio nos levou a perceber mais uma divisão que se constrói dentro de seus muros, mais precisamente um canto do pátio: “o canto dos malditos”. Acreditamos que esse espaço simboliza uma exclusão no interior da própria exclusão que institucionalmente é operada. Observemos os fragmentos:

**(F22):**

Vi outros internos, que não estavam às mesas, em frente ao meu quarto. Mais pareciam mendigos maltrapilhos. Ficavam isolados dos outros num canto próximo aos banheiros do pátio. Nesse canto havia um telhadinho, parecendo uma churrasqueira de parque. Aquele grupo estranho ficava ali. (CARRANO, 2004, p. 54)

**(F23):**

Aquele canto era qualquer coisa diabólica. Como se o demônio tivesse o comando de suas mentes, nelas derramando sua ira e divertindo-se em atormentá-los. Aquilo era satânico: pessoas urinadas, defecadas, revirando os olhos, cabeças, querendo entrar dentro do concreto. Todo aquele tormento só podia ser comparado ao inferno. Se ele realmente existe, sem dúvida eu estava vendo um pedacinho dele, ali naquele canto, o canto dos malditos... (CARRANO, *op. cit.*, p. 55)

**(F24):**

O que mais me chamava a atenção era aquele grupo, no canto coberto... tinha um sujeito enorme, forte, meio gordo ou inchado, com um corte de cabelo estilo militar. Não parava de balançar a mão direita e virava a cabeça de um lado para outro. Era uma figura assustadora. Outro sujeito corria de um canto para outro, soltando um tipo de grunhido. Havia alguns com as calças molhadas e sujas, devia ser urina e fezes. Um outro escorregava andando com o corpo e o rosto encostados na parede, parecendo querer entrar, fazer parte daquela parede, esconder-se de todo, misturar-se com o concreto.

Era uma visão triste: aquelas pessoas reduzidas àquilo. Eram pessoas sim, seres humanos, mas pareciam feras torturadas, agoniadas, com alguma coisa mordendo seus corpos e rasgando-lhes também a alma.

Os que haviam tomado café comigo pareciam normais e não estavam em farrapos, como aqueles lá do canto. Havia outros malvestidos ou sujos, esparramados na pouca grama. Mas os daquele canto eram diferentes,

pareciam a degradação de uma raça sobrevivente de uma guerra nuclear. O desespero em seus olhares, o medo em seus atos... a individualidade em suas fantasias, apenas quebradas por algum ato de violência de um para com o outro. (CARRANO, *op. cit.*, p. 54-55)

Seria o canto dos malditos mais um espaço heterotópico no interior da instituição manicomial? Acreditamos que sim. O canto dos malditos era o espaço em que os crônicos se amontoavam, vegetando ou deixando aflorar sua agressividade; era a segregação no interior da segregação.

Para os outros internos do manicômio, principalmente, os novatos, “aquele canto era qualquer coisa diabólica” (CARRANO, *op.cit.* p. 55). Poucos dos que ocupavam aquele lugar ainda utilizavam a linguagem verbal, a grande maioria deles se comunicava por meio grunhidos, urros – sons verdadeiramente animais e aterrorizantes, “como se o demônio tivesse o comando de suas mentes, nelas derramando sua ira e divertindo-se em atormentá-los.” (CARRANO, *op.cit.* p. 55) –, gestos, gritos, ou mesmo pelo corpo mal cuidado, sujo, muitas vezes ferido, cheio de piolhos e muquiranas. Ficavam urinados, defecados, “revirando os olhos, cabeças, querendo entrar dentro (sic) do concreto” (CARRANO, *op.cit.* p. 55).

Podemos ressaltar nesse ínterim, que para o próprio Austry, esse espaço (o canto) foi constitutivo de duas posições-sujeito diferentes, em dois momentos, também, distintos, o que comprova que o sujeito é um campo de regularidades para inúmeras discursividades, dependendo da posição-sujeito que ocupa no ato da enunciação. Aproveitemos esse momento, ainda, para lembrar que um sujeito se constitui pela tomada de uma pluralidade de posições.

Logo na sua chegada ao sanatório, o canto lhe causou repulsa. Não entendia como um ser humano poderia viver em condições tão desumanas: sentia um misto de nojo, medo e pena daqueles que ficavam ali, pois “eram pessoas sim, seres humanos, mas pareciam feras torturadas, agoniadas, com alguma coisa mordendo seus corpos e rasgando-lhes também a alma” (CARRANO, *op.cit.* p. 55). Os outros internos não se aproximavam daqueles do canto. Muitos por medo, outros por nem mesmo notar-lhe a existência, mas a maioria não se aproximava por pura indiferença. Os do canto já não recebiam visitas, já não tomavam banho e só eram retirados dali quando, por algum ato de violência, eram levados para a tortulina. Os crônicos eram um grupo de sujeitos de

quem todos já haviam desistido, inclusive eles próprios, pois sabiam que não iam se curar, por isso se entregavam a um isolamento total.

Essas atitudes dos loucos crônicos, ao contrário de revelarem uma passividade, podem ser encaradas como uma prática de resistência, conforme já discutimos no Capítulo II, quando tratamos da inserção de Austrý na posição de crônico. Naquele momento, constatamos que a entrada de Austrý nesta posição junto ao grupo dos do canto foi tratada por ele como uma prática de resistência, uma forma de fugir da dor, uma maneira de livrar-se do sofrimento (consideramos essa adesão como uma forma de resistir ao sofrimento que as práticas institucionais lhe impunham).

Dessa forma, destacamos duas discursividades diferentes acerca do canto que são instauradas por Austrý: como prática de resistência, quando ele ocupa aquele lugar; opondo-se a isso temos o pavor, o medo (“era uma figura assustadora.” – CARRANO, op.cit., p 54) e o nojo (“alguns com as calças molhadas e sujas, devia ser urina e fezes.” – CARRANO, op.cit., p 54) que sente daquele espaço logo que foi internado naquela instituição.

Até esse momento nos limitamos a tratar das relações que se estabeleceram entre Austrý e o “canto dos malditos”; a partir de agora, pensemos um pouco sobre a relação médicos/enfermeiros (autorizados a falar do lugar da verdade sobre a loucura) e crônicos (consequentemente, canto enquanto espaço físico): aqueles que ocupavam o lugar eram vistos pela instituição como aqueles que não teriam mais cura. Não haveria tratamento capaz de trazer-lhes de volta à razão, portanto ficavam ali, tomando tranquilizantes, para conter a violência, mas nada, além disso, era feito, a não ser quando havia grande infestação de piolhos e muquiranas, o que obrigava os enfermeiros a raspar-lhes a cabeça e dar-lhes banho de creolina. A instituição permitia que ficassem ali até a chegada de sua morte, afinal, a maioria deles já havia sido completamente abandonado pela família e o INSS destinava verba de acordo com o número de internos, o que interessava à instituição.

Verificamos, então, a tomada de três posições-sujeito que instauram três discursividades distintas acerca do canto e de sua ocupação, o que nos viabiliza afirmar que ele constitui um espaço heterotópico (que também é heterotópico porque é um lugar, fora de todos os outros lugares), pois assim como “as heterotopias dissecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda a possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das

frases” (FOUCAULT, 2004c, p. 7-8), os espaços são ocupados, descritos e ditos, em função da posição-sujeito que se assume em cada momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM EFEITO DE FIM...

*A- Estive doente? Estou curado?*

*E quem foi então meu médico?*

*Como pude esquecer tudo isso?*

*B- Só agora acredito que estejas curado,  
Pois está bem de saúde aquele que esqueceu.*

*(Nietzsche (1976), In: A gaia da ciência)*

Partimos dos pressupostos teóricos da Análise do discurso de herança francesa com o objetivo de analisar, a partir de pressupostos foucaultianos, a constituição histórico-discursiva do objeto loucura e sua emergência no *corpus* em estudo.

Consideramos que as posições-sujeito são definidas pelas relações de poder e saber que se estabelecem no meio social. Essas posições-sujeito, assim como as identidades, não fixas, constituem-se em meio a uma pluralidade e são marcadas por constante mutação, transformação e deslocamentos. Nesse ínterim, a Análise do Discurso de linha francesa foi a disciplina que nos permitiu observar os enunciados constitutivos da loucura como objeto de discursos, evidenciando suas formações e transformações ao longo da história. O discurso é um aspecto essencial para o jogo de poderes inerentes à vida em sociedade – chamamos de jogo de poderes os embates e lutas por ocupar (ou que levam a ocupar) determinadas posições-sujeito: sujeito de razão, de desrazão ou, ainda, a posição-sujeito de resistência<sup>30</sup>, dentre outras.

Dividimos o estudo em três capítulos. No primeiro, constatamos, que Foucault (1997) não trata a alienação a partir daquilo que já havia sido pensado sobre ela (em estudos anteriores aos seus), mas a partir das condições de possibilidade para um pensamento sobre a loucura, que determinam a sua constituição como objeto discursivo e corrobora para a sua instauração como saber, que se constrói por meio de embates e disputas, numa relação de poder. Foucault (1997) observa, ainda, que os discursos sobre a loucura se tratavam mais acerca dos limites entre razão e desrazão do que da

---

<sup>30</sup> Pensamos a resistência como uma prática discursiva que se exerce em meio às relações de poder, fazendo emergir posições-sujeito.

busca por uma possibilidade de cura: o que interessava era uma normatização<sup>31</sup> do sujeito, uma docilização de seu corpo. Nesse viés, pudemos constatar que Foucault (1997) faz um estudo arqueológico sobre a loucura e as práticas que a constituíram como objeto histórico-discursivo.

Em outras palavras: a arqueologia de 1961 é o que permite ouvir, no silêncio do tempo, a instauração originária do que são os limites de uma cultura, que lhe dão seus contornos e que definem, por assim dizer, as condições de sua historicidade: a arqueologia é o estudo de história naquilo que é ausência da história. O posicionamento arqueológico é, portanto, não um simples método historiográfico, mas o lugar onde é preciso se colocar para analisar aquilo que é um pouco anterior à história, que é mesmo sua condição de possibilidade: uma continuidade muda e fundamental que faz ecoar as figuras históricas da loucura. (Nicolazzi, 2001, p.4)

Para Foucault (1997), "fazer a história da loucura querera então dizer: fazer um *estudo estrutural* do conjunto histórico" (FOUCAULT, 1997, p. 214) [grifo do autor] daquilo que constituiu os discursos sobre a loucura na época clássica (séculos XVII-XVIII). Pensando em tudo isso, começamos a investigar o *corpus* de estudo, com o objetivo de verificar como se dava a emergência desse objeto histórico-discursivo na escrita de si, promovida por Austriy. Portanto, partindo do pressuposto foucaultiano de que os objetos, dos quais tratam os dispositivos de saber e poder são historicamente construídos nas/pelas práticas discursivas, analisamos os fragmentos recortados do *corpus* de estudo. Buscamos, então, verificar o funcionamento das *superfícies primeiras de emergência* do objeto loucura, suas *instâncias de delimitação* e as suas *grades de especificação*. Contudo, percebemos a impossibilidade de nos centrarmos em práticas discursivas sem verificarmos a posição-sujeito que delas emerge.

Os discursos, ou antes, as formações discursivas, são campos de relação entre enunciados, que, por sua vez, são as unidades elementares dos discursos. Assim, existem enunciados sobre a loucura que formam o discurso da psiquiatria, por exemplo, ou que distinguem quem é louco de quem é normal. Contudo, não é apenas o objeto enunciado que forma a unidade discursiva: para pertencer aquele discurso, os enunciados devem não só enunciar a loucura, mas a enunciação deve respeitar modalidades particulares, deve ser estabelecida segundo conceitos convergentes e

---

31 Compreendemos a noção de norma como algo que remete a uma série de estados e situações, funcionando como mecanismo de intervenção do poder.



obedecer a estratégias enunciativas semelhantes. Nesse sentido, embora de forma contínua apareçam enunciados sobre a loucura, as regras de formação dos discursos se modificam com o tempo; são, pois, descontínuas.

Assim, a partir da análise do primeiro fragmento, percebemos as vozes de dois sujeitos que se contradizem, se opõem e se constituem por meio desses embates, pois Rogério se identifica e detém um saber sobre as práticas discursivas de resistência no hospital psiquiátrico; entretanto, Austrý não se insere nesse espaço e refuta os dizeres de Rogério acerca do que é ser louco. Assim, a construção identitária desses dois sujeitos é simbolicamente marcada pelas práticas de subjetivação em que estão inseridos.

Já no segundo fragmento que analisamos, procuramos evidenciar as maneiras como o conceito de anormalidade se dilui no interior das instituições psiquiátricas, constituindo posições-sujeito. Com essa abordagem, pudemos detectar a constituição de um sujeito plural, multifacetado, que ocupa a posição de louco no momento de sua internação, devido às condições a que é submetido e ocupa, concomitantemente, a posição-sujeito de razão, o que pôde ser evidenciado por meio de fragmentos recortados de seu relato. E a isso nos dedicamos no Capítulo II, pois

a história não é devir, porém emergência: espaço sem dono do aparecimento súbito e do confronto entre os corpos e deles com o tempo. Ela é sem responsabilidade, anônima e acidental. Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa no corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento. Emergência dos homens, emergência das verdades, emergência das histórias; a perenidade do mundo na inconstância absoluta do tempo: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles, assim, a história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em seu próprio ser. (Nicolazzi, 2001, p. 14) (grifo do autor)

Nesse mesmo capítulo, nos propusemos a analisar as práticas de subjetivação e as constituições identitárias que levam a tomada ou a inserção em uma posição-sujeito. O sujeito discursivo a que nos propusemos a analisar constituiu-se devido a sua inserção em uma rede de formações discursivas, que se atravessam, se cruzam, se deslocam. Nessa perspectiva a identidade não é fixa, está sempre em movência, uma vez que emerge por meio de embates e contradições. Para tal, tomamos a subjetivação, conforme Foucault, como o processo constitutivo dos sujeitos, ou melhor, processo que leva o indivíduo a objetivar-se em sujeito. As técnicas e práticas de subjetivação são

construtos históricos que surgem nas práticas sociais e emergem por meio dos embates entre as relações de poderes e saberes. Nesse sentido, o sujeito é produzido nas/pelas relações discursivas.

O sujeito é objetivado por ciências que o examinam e normalizam e subjetivado por ciências confessionais que vão ao seu íntimo para extrair a sua “verdade”. O saber e o poder criam relações, induzem à verdade, criam subjetividades. “Tecnologias do saber/poder” e “tecnologias do eu” produzem os indivíduos e os grupos governáveis. Mas produzem, também, os focos de resistência, pelos quais os indivíduos podem operar transformações. (Araújo, 2000, p. 59) (grifos do autor)

Nesse capítulo dois, tratamos, também, do corpo como suporte discursivo, no qual se inscrevem discursos de resistência, no caso de Austrý e de tantos outros que dispunham de seu corpo de maneira que agredia a norma social vigente, pagando preços altos por isso. Abordamos, também, a escrita de si como uma prática de subjetivação que corrobora para a tomada de uma pluralidade de posições, constitutivas do sujeito Austrý.

Após as considerações sobre as práticas de subjetivação, interessou-nos reiterar que a obra tomada como *corpus* de pesquisa, dialoga com outras obras, com outros discursos que, por sua vez, têm lugar na história, constituindo séries de enunciados que têm como regularidade um atravessamento ou entrecruzamento com um objeto constituído historicamente (Foucault, 2004a), ou seja, a loucura.

No percurso de análise, tratamos, no Capítulo III, da vontade de verdade como um princípio que se apóia sobre um suporte – família – e uma distribuição institucional – manicômio –, exercendo sobre os outros discursos uma pressão, um poder de coerção. Tentamos, então, descrever e analisar as formas como a verdade acerca da loucura é produzida no *corpus* em questão e as formas de controle que emergem dessa produção. Pudemos constatar que o sujeito-louco é aquele que tem seu discurso impedido de circular, seu corpo segregado e esquadrinhado, aquele que é destituído de seus desejos, saberes e poderes.

Interessou-nos, para esse estudo, salientar o aspecto do controle discursivo, observado tanto pela exclusão/separação do discurso do louco, quanto pela sua constituição em *corpos dóceis*, por meio do poder disciplinar.

Pudemos constatar, com as análises, que a prática discursiva é controlada, selecionada, com o objetivo instaurar e estabelecer ‘a verdade’ do corpo social, que é

determinada pelos discursos dos sujeitos “ditos” normais. Observamos, também, que, no interior da exclusão, há outro espaço de exclusão, de segregação, de rejeição. E, para o louco, há uma negação da individualidade, restando-lhe apenas posição-sujeito que lhe foi imposta, ou seja, a do maluco, do anormal.

Nesse ínterim, verificamos os procedimentos de controle do dizer do louco – uma vez que esses procedimentos, os quais tomamos como integrantes daquela prática de subjetivação, também são constitutivos de uma posição-sujeito, no caso em questão, do sujeito de desrazão.

Em *Canto dos Malditos*, o sujeito discursivo, a partir de suas experiências, compõe uma observação do coletivo, que resulta em um documento histórico de grande relevância para a compreensão do ultrapassado sistema manicomial. O relato se constitui como uma crítica à instituição manicomial a partir do olhar de um ex-interno; que, enquanto lá esteve encerrado, foi desapropriado da cidadania, teve o corpo detido, interditado e inserido no processo disciplinatório, num jogo de relações entre poderes e saberes.

Nesse sentido, podemos dizer que o relato, no qual evidenciamos uma escrita de si, funciona como uma inversão da ideia do panóptico, uma vez que Austry pôde e quis inverter o processo perverso do controle no hospício, ao escapar da vigilância para escrever o que bem entendesse no espaço branco do papel – este espaço infinito, autônomo, intocado pela psiquiatria. Em diversas observações sobre o manicômio, sobre médicos e enfermeiros, o tom era sarcástico, e esse sarcasmo era, muitas vezes, o ponto de partida para uma reflexão sobre a loucura, observada pelo olhar do paciente (a loucura vista de dentro). O diário funcionava, para Austry, como uma prática de resistência, pois ele tinha o seu direito à voz negado, por ocupar a posição-sujeito de desrazão, contudo, escondido do olhar disciplinador dos médicos e enfermeiros, descrevia seu cotidiano, fazendo de sua escrita um meio para alcançar o governo de si mesmo.

E, por fim, tomamos o manicômio como um espaço heterotópico, sobre o qual discursividades são instauradas, constituindo verdadeiras redes discursivas, constitutivas de saberes que resultam da luta entre poderes.

O *Canto dos Malditos*, usado como documento para a luta antimanicomial, que surgiu anos após sua escrita, representou a reação ao micropoder, ao controle, à padronização de gestos e, sobretudo, de discursos, ou seja, a situações normatizadoras, obviamente agravadas no domínio do hospício. O relato que tomamos como *corpus*,

construiu uma narrativa em meio a uma sociedade em que a disciplina era o grande instrumento do poder, composta, segundo Foucault (2004d) por “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, L.L. “Foucault e a constituição do sujeito”. In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2000.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOSSEUR, Chantal. **Introdução à Antipsiquiatria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1976.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000. p. 183-191.
- CARRANO, Austregésilo. **Canto dos malditos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. O nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004d.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Outros espaços”. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (p. 411-422).
- \_\_\_\_\_. “Linguagem e Literatura”. In: MACHADO, Roberto. **A Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro Jorge. Zahar. 2000a.
- \_\_\_\_\_. “Retornar à História”. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. (p. 282-295).
- \_\_\_\_\_. “Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c. (p. 82-118)

- \_\_\_\_\_. “Sobre as maneiras de escrever a história”. In: \_\_. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000d. (p. 62-77).
- \_\_\_\_\_. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva. 1997.
- \_\_\_\_\_. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. **O que é um Autor?**. Lisboa: Passagem, 1992
- \_\_\_\_\_. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986. p. 15-37.
- \_\_\_\_\_. “O nascimento do hospital”. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986. p. 99-111.
- \_\_\_\_\_. Poder-corpo. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Verdade e Poder”. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986. p. 01-14.
- \_\_\_\_\_. “A escrita de si”. In: **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1983.
- \_\_\_\_\_. **Além das fronteiras da filosofia** (“Foucault passe-frontières de la philosophie”). Tradução Wanderson Flor do Nascimento. *Le Monde*, 6 sept. 1986. Entrevista conduzida por Roger-Pol Droit em 20 de Junho de 1975.
- GAMA-KALIL, Marisa. **O espaço e as configurações da narrativa fantástica: Uma leitura de A invenção de Morel**. XI Congresso Internacional da ABRALIC. USP. 2008. mimeo.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. \_\_\_\_\_. **Identidade: objeto ainda não identificado?**. In: \_\_ **Estudos da Linguagem**. Vitória da Conquista: UESB. 2007. mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz. 2004.
- MACHADO, Roberto. **Introdução: Por uma genealogia do poder**. In: \_\_ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986. p. VII-XXIII.
- NICOLAZZI, Fernando F. **As Histórias de Michel Foucault**. Porto Alegre: UFRGS. 2001. mimeo.
- NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Hemus, 1976.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2007.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In:\_\_\_ SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 2007. p. 7-72.